



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS



JORGE EDSON SANTOS

São Cristóvão - SE

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Jorge Edson

S237I A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) / Jorge Edson Santos; orientador Eraldo da Silva Ramos Filho. – São Cristóvão, 2017.

170 f.: il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Geografia humana. 2. Territorialidade humana. 3. Solo urbano – Uso. 4. Movimentos sociais – Aracaju (SE). 5. Habitação popular. 6. Segregação urbana – Aracaju (SE). I. Ramos Filho, Eraldo da Silva, orient. II. Título.

CDU 911.372.2(813.7)

JORGE EDSON SANTOS

**A LUTA POR HABITAÇÃO POPULAR: a espacialização do Movimento
Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para a conclusão do curso de Mestrado em Geografia, na linha de pesquisa Produção do Espaço Agrário, sob orientação do Prof. Dr. ° Eraldo da Silva Ramos Filho.

São Cristóvão - SE

2017

JORGE EDSON SANTOS

**A LUTA POR HABITAÇÃO POPULAR: a espacialização do Movimento
Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)**

COMISSÃO EXAMINADORA

Pref.^o. Dr.^o. Eraldo da Silva Ramos Filho

Prof.^a. Dr.^a. Christiane Senhorinha Soares Campos

Prof.^a. Dr.^a. Geisa Daise Gumiero Cleps

*“As pessoas que tentam tornar esse mundo pior
não tiraram um dia de folga. Como é que eu
posso? ”*

(Bob Marley, Kingston Jamaica 05-12-1976).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos condenados da terra, os miseráveis e excluídos, a cada sem-terra e sem teto do mundo e a todos aqueles que deram as suas vidas por um mundo mais justo e humano.

À minha mãe Maria Auxiliadora Santos, o meu maior exemplo de luta, resistência e coragem que com muito sofrimento nunca deixou que me faltasse nada e me ensinou o valor da verdade.

Aos meus Avós Maria dos Santos e Manuel Joaquim dos Santos, meus eternos amores que ensinaram e me guiaram nos dias mais tristes.

À minha tia Maria Aurelina dos Santos minha segunda mãe que me ensinou que somos do tamanho do nosso sonho.

À minha tia Helena Gomes de Moura que me ensinou a dividir e o valor da humildade.

Às minhas irmãs Iana Mara dos Santos, Joana Ianise dos Santos e Iacaia Lorena dos Santos, minhas eternas princesas.

Aos meus irmãos Pedro Emanuel dos Santos e Thiago Vieira dos Santos Filho (Juninho), os filhos do trovão.

Aos meus melhores amigos do rock, skate, das correrias, madrugadas, aventuras, dos sorrisos e lágrimas que dividimos juntos: Wilton Guilherme, Erick Santos de Santana e Daniel Santos de Santana (Sekuela), Kel, Alan (Siri), Murilo Leal, Amilton Gomes (Papalégua).

Aos meus compadres e amigos Rayane Dejanira e José Hugo Feitosa (Zezinho) que ensinaram que ser família é ter mais que corrente sanguínea.

A Raiane Santos de Santana meu eterno, único e verdadeiro amor que divide comigo há oito anos minhas loucuras, sonhos, frustrações e conquistas, que me apoia nos momentos mais difíceis e que me ensinou que o impossível é só uma questão de opinião.

A Ísis Santos de Santana, minha filha, aquela que faz os meus olhos brilharem, a minha luz aquela que com um sorriso queima toda a escuridão.

AGRADECIMENTOS

A minha história como pesquisador se confunde com a minha busca pessoal de encontrar um caminho no meio do caos de tantas perdas e portas fechadas que passei. Nessa busca sentia que algo sempre me movia para frente. Sentia que independente das quedas e erros que cometi, tinha um sonho: mudar o mundo. Hoje, mais do que nunca, acredito nisso. Assim, andando sobre pedras, os meus passos me levaram à universidade. Naquela época tinha um ódio do mundo e das injustiças que passei e que os meus iguais passavam. Isto me deixava tão cego que não conseguia ver uma saída.

Entretanto, no Departamento de Geografia (DGE), especificamente no Laboratório de Estudos Rurais e Urbano (LABERUR), obtive um sim que mudaria a minha vida para sempre. Fazer, naquele momento, parte de uma pesquisa, logo no terceiro mês de graduação, com limitações técnicas sem saber o que era um *mouse* de computador, por exemplo, era um desafio. Porém, com uma vontade de aprender e de dividir isso com aqueles que realmente precisam, fiz do meu objetivo de vida dividir o conhecimento, sempre e acima de tudo, com os pobres e excluídos.

Nesse local passaram pessoas que me ensinaram muito, parceiros de luta e de vida: Marcos Vinícius Cruz, Charles Alves, Dalmo Junior Gomes, Raqueline, Oneclark, Vanuza Teixeira, Nair, Cíntia, Edilma, Carlos (Carlão), Adenil, Marília, Jorge Rabanal, Hunaldo, Saulo, Yule, Guilherme, David, Mikaela, Sirley, Cleanderson, Carla, Roni, Seu Carlos, professor Antônio Carlos. Dentre outros que já passaram por lá. A vocês meus eternos agradecimentos pelos conselhos, pelo incentivo nas horas difíceis, pelas discussões e pelo apoio a fazer sempre uma geografia engajada.

Mas a vida ainda deu de presente eternos e fiéis amigos: Aloísio (Lolo), Tamara, Maria Bento, Gabriel, Everton, Carol, Dexter, Caio (Olhinhos), Laiany, Fernando Correia (Cocó), Miguel Luiz, Miguel Ângelo, Luiz Andrade, Mário Artur Barbosa, Juliana (Ju), Reuel Machado Leite, Alana Louise, Rayane Mara (Maga). Levarei cada um de vocês no meu coração onde quer que eu vá, para sempre!

Nestes anos de universidade, confesso que há um turbilhão de sentimentos e aprendizados que se misturam. A todos aqueles que conviveram comigo só tenho palavras de agradecimentos. Aos que irão participar de pesquisas no LABERUR, minha segunda casa, gostaria de dizer que nada que é bom vai vir de graça, que trabalhar e conviver nesse espaço é ter uma família. Isto se dá por vários motivos: somos rebeldes porque não aceitamos as formalidades e a neutralidade da ciência como uma caixa, onde suas fórmulas devem ser

seguidas sem questionamentos, bem como não somos um padrão de produtivismo sem consistência e vago: aqui nosso conhecimento está a serviço dos trabalhadores e da humanidade. Assim, os laços de afetividade são construídos. Convivemos com a objetividade do fazer acadêmico, nossos anseios, preocupações acerca da transformação estrutural da sociedade e em nossa militância realizada nas pesquisas, projetos individuais e coletivos se misturam ao rigor do método. E isto nos torna um grupo combativo.

Entretanto, uma boa parte dessa história só seria possível graças à pessoa que acreditou em mim, que viu em mim algo que nem eu mesmo conseguia enxergar, que me ensinou a acreditar, meu eterno mestre. Eraldo, o que dizer a você? Muito, muito obrigado por tudo! Serei eternamente grato pelos seus conselhos, puxões de orelha e incentivo. Sei que durante esses anos superamos coletivamente nossas limitações, acertos, erros. Tivemos conflitos, mas avançamos juntos. Conhecer você durante esses anos, apesar de para muitos transparecer duro por possuir um zelo pelo trabalho acadêmico, me mostrou o ser humano especial que você é. Sei que essa é apenas mais uma fase na minha vida acadêmica, mais saiba que você ainda é o meu maior exemplo.

Agradeço também às estimadas professoras que nos ajudaram diretamente para a construção desta dissertação, desde a banca de qualificação orientando, dando pistas e conselhos valiosíssimos. Em especial à professora Dr^a. Alexandrina Luz Conceição (Alê), seu exemplo de luta me inspira a sempre estar superando meus medos, limites e dificuldades. Obrigado por sua amizade, carinho e atenção. Às professoras Dr^a. Geisa Daise Gumiero Cleps e Dr^a. Cristiany Senhorinha pela dedicada leitura desse trabalho e indicação dos textos.

Não esquecendo, ainda aos preciosos serviços técnicos prestados na orientação e elaboração dos cartogramas, pelo geógrafo Gilberto Nunes da Silveira e ao Prof^o. Antônio Carlos Campos.

Outro coletivo importante e que tenho o prazer de conviver é com os militantes do Movimento Organizados dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) em especial a Dalva Angélica, Maria da Glória Ribeiro, Dejanilde, Jackeline, Eliete, Bem-ti-vi, Edvaldo, Tamara, Camila Paula, Verônica, Cristiano, Jane, Jielza, Nice, Roseneide, Marcelo, Bibio, Seu Teta, Israel, Seu Arnaldo, Dona Lurdes. Além de tantas lições de vida e de luta, me ensinam constantemente sobre aceitar a diferença, sobre a vida e seus caminhos, sobre a militância e organização política engajada. Confesso que me torno um ser humano cada vez melhor por conviver com pessoas como vocês.

Ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD) em especial Eliane, Galvão, Guapei, Vinicius (Glicose), Iasmin, André Luiz, Adília, Márcia, Chirlei, Paulo

Luciano, Lea, Cineide, Sara, Erivânia. Que apesar da distância entre os nosso Estado são amigos preciosos.

Aos companheiros da Consulta Popular (CP) em especial ao núcleo Cacique Serigy, Laili, Celcio, Lekinho, Kian, Jonh, Kelvyn, Rawy, Queiza, Osvaldo e aos Herick(s) Feitosa e Argolo.

Ao Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) em especial Bruno Villaça, Sashi, Pref^o. Edmar, Prof.^a. Elienaide, Euziane, Fábio Weber, Pref^o. João Bosco, Moab, Prof.^a Marilene, Prof.^a Sônia, Pref^o. Wilams, José Sá, Raimundo, Jayne, Brenno e Brunno Batista e a Prof.^a. Dr^a. Thereza Cristina Zavaris.

Aos colegas do Programa em Educação Ambiental em Comunidades Costeiras (PEAC) Eleine, Pref^o. Dr^o. Genésio, Kátia, Marcela, José Neto, Priscila, Sindiany, Iris, Alessandra, Prof.^a Dr^a. Núbia, Prof.^a. Dr^a. Maria do Socorro, Fagner, Daniele da Corôa, Heberty, Jonas, Fabiana, Jonatas, Sena, Bruna, Pedro (Bomba), Hilda, Lorena, Ticiane, em especial a equipe do Observatório Social dos Royalties (OSR) Davi, Michael, Leandro (Pel), Prof.^a. Dr^a. Gicélia Menezes (Gica), Rane.

Aos colegas de mestrado turma de 2015-2016 do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) Franciele, Roberta, Josemar Hipólito, Danilo, Rosangela, Luana, Lilian, Roberta, Ana, Cristina, Clarinha, Sheila.

Por fim agradeço a todos os professores e professoras do Departamento de Geografia (DGE) e do PPGEO da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a todo coletivo de técnicos, funcionários, professores, estudantes que constroem diariamente essa importante instituição. Tudo isso serve para afirmar que esse trabalho é fruto de muitas mãos que sempre me ergueram e apontaram o caminho de seguir em frente, incentivando a conquistar e a acreditar que um mundo melhor é, sim, possível!

RESUMO

No ano de 2007, no estado de Sergipe, surgiu o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU). Realizando sua espacialização a partir da organização de famílias na capital e no interior, o Movimento fomenta a construção de uma consciência de classe onde alguns sujeitos são levados a ter uma postura de contestar o descumprimento da função social da terra e da propriedade privada no espaço urbano. A partir da ocupação de terrenos públicos e privados, empreendimentos inacabados ou abandonados há anos, o MOTU objetiva conseguir políticas sociais de Estado. Assim, atualiza a luta por *habitação/terra* através de suas ações e reivindica a Reforma Urbana (RU). Desse modo, nosso principal objetivo é analisar o processo de espacialização através das lutas do MOTU no contexto das questões urbana e agrária sergipanas. No decorrer dessa abordagem, levantamos as seguintes questões de pesquisa: a) A espacialização e o agravamento da luta por *habitação/terra* na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) se dá, enquanto resultado/reflexo da permanência de uma alta concentração da estrutura fundiária, a partir da não realização das políticas de Reforma Agrária (RA) e RU? b) As políticas públicas habitacionais recentes têm se mostrado efetivas na promoção da igualdade social? c) Essas lutas populares utilizam os conceitos de habitação enquanto *valor de uso*, confrontando o discurso da cidade enquanto espaço de *valor de troca*? d) Na luta por *habitação/terra* na RMA, há o dimensionamento do espaço de socialização política? Utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão da literatura para elucidar interpretações teóricas sobre os conceitos de *Estado, espaço, território, espacialização, movimento socioterritorial, déficit habitacional, reforma urbana, função social da terra e da propriedade e habitação*; além do levantamento de dados quantitativos junto ao movimento socioterritorial, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA), Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), Secretária de Estado do Planejamento (SEPLAG), Companhia de Habitação e Obras Públicas (CEHOP) e Superintendência de Patrimônio da União (SPU), entre outros. Os temas e informações elencados nesta pesquisa estão representados sob a forma de gráficos, tabelas, quadros, organogramas e mapas. A partir da consciência de que muitas das informações sobre o tema não podem ser quantificadas e necessitam de uma interpretação mais ampla e cuidadosa, procurou-se, no presente trabalho, desenvolver também um estudo qualitativo. Nesse contexto, refletimos que os processos de lutas por *habitação/terra* que desencadeiam a espacialização do Movimento se expressam como sendo fruto da *produção/apropriação e dominação* desigual e contraditória do espaço geográfico no modo capitalista de produção, o que gera a segregação

socioespacial e socioeconômica contribuindo para o empobrecimento da classe trabalhadora.

Palavras Chave: Espacialização; Habitação Popular; Lutas por Terra; MOTU; Região Metropolitana de Aracaju.

RESUMEN

En el año 2007, en el estado de Sergipe, surgió el Movimiento Organizado de los Trabajadores Urbanos (MOTU). Realizando su espacialización a partir de la organización de las familias en la capital y en el interior, el Movimiento fomenta la construcción de una conciencia de clase donde algunos sujetos son llevados a tener una postura de impugnar el incumplimiento de la función social de la tierra y de la propiedad privada en el espacio urbano. A partir de la ocupación de terrenos públicos y privados, emprendimientos inacabados o abandonados hace años, el MOTU tiene como objetivo conseguir políticas sociales de Estado. Así, actualiza la lucha por habitación / tierra a través de sus acciones y reivindica la Reforma Urbana (RU). De este modo, nuestro principal objetivo es analizar el proceso de espacialización a través de las luchas del MOTU en el contexto de las cuestiones urbanas y agrarias sergipanas. En el transcurso de este enfoque, planteamos las siguientes cuestiones de investigación: a) La espacialización y el agravamiento de la lucha por habitación / tierra en la Región Metropolitana de Aracaju (RMA) se da, como resultado / reflejo de la permanencia de una alta concentración de la estructura agraria, a partir de la no realización de las políticas de Reforma Agraria (RA) y RU? b) ¿Las políticas públicas habitacionales recientes se han mostrado efectivas en la promoción de la igualdad social? c) Estas luchas populares utilizan los conceptos de habitación como valor de uso, confrontando el discurso de la ciudad como espacio de valor de cambio? d) En la lucha por habitación / tierra en la RMA, ¿hay el dimensionamiento del espacio de socialización política? Utilizamos como procedimientos metodológicos la revisión de la literatura para elucidar interpretaciones teóricas sobre los conceptos de Estado, espacio, territorio, espacialización, movimiento socioterritorial, déficit habitacional, reforma urbana, función social de la tierra y de la propiedad y habitación; (IPCA), Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE), Secretaria de Estado de Planificación (SEPLAG), Compañía de Investigación Económica Avanzada (IPEA), Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE), Secretaria de Estado de Planificación (SEPLAG) Vivienda y Obras Públicas (CEHOP) y Superintendencia de Patrimonio de la Unión (SPU), entre otros. Los temas e informaciones enumerados en esta investigación están representados en forma de gráficos, tablas, cuadros, organigramas y mapas. A partir de la conciencia de que muchas de las informaciones sobre el tema no pueden ser cuantificadas y necesitan una interpretación más amplia y cuidadosa, se ha intentado, en el presente trabajo, desarrollar también un estudio cualitativo. En ese contexto, reflejamos que los procesos de luchas por habitación / tierra que desencadenan la espacialización del Movimiento se expresan como fruto de la producción / apropiación y dominación desigual y contradictoria

del espacio geográfico en el modo capitalista de producción, lo que genera la segregación socioespacial y socioeconómica contribuyendo al empobrecimiento de la clase obrera.

Palabras Clave: Espacialización; Vivienda Popular; Luchas por Tierra; MOTU; Región Metropolitana de Aracaju.

ÍNDICE

RESUMO	vii
RESUMEN	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	xiii
LISTA DE FIGURAS E DE IMAGENS	xvi
LISTA DE TABELAS E QUADROS	xix
LISTA DE GRÁFICOS	xx
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E A HABITAÇÃO NO CAPITALISMO	30
1.1. “O nó é a terra”: A apropriação capitalista da terra na configuração da produção e (re)produção do espaço	30
1.2. A (re)produção do espaço urbano sob o enfoque do valor de uso e do valor de troca	36
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL	54
2.1. O modelo de política de moradia do Banco Nacional de Habitação (BNH-1964)	54
2.2. Plano de Aceleração do Crescimento (PAC - 2007) e a relação com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV-2009)	59
2.3. As atuais políticas públicas de habitação no Brasil	66
CAPÍTULO 3 – SERGIPE: A REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (RMA) CARACTERIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES	73
3.1. Sergipe: aspectos demográficos	73
3.2. Características da formação territorial e histórica da Região Metropolitana de Aracaju	81
CAPÍTULO 4. CONFLITOS POR FRAÇÕES DO ESPAÇO URBANO: A MATERIALIZAÇÃO DA ESPACIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO ORGANIZADO DOS TRABALHADORES URBANOS (MOTU) NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (RMA)	91
4.1. Gênese, organicidade e histórico do MOTU (2007-2015) no estado de Sergipe	91
4.2. Características do município de Aracaju	108
4.2.1. As ações do MOTU no município de Aracaju	108
4.3. Características do município de Nossa Senhora do Socorro	126
4.3.1. As ações do MOTU no município de Nossa Senhora do Socorro	128

4.4. Características do município de Barra dos Coqueiros	131
4.4.1. As ações do MOTU no município de Barra dos Coqueiros	132
4.5. Características do município de São Cristóvão	141
4.5.1. As ações do MOTU no município: a desapropriação da Cabrita	143
CONSIDERAÇÕES	148
NOTAS	151
REFERÊNCIAS	161
SITES VISITADOS	168
APÊNDICE	169
ROTEIRO DE ENTREVISTA	170

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ATEC - Assistência Técnica
BM - Banco Mundial
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BB - Banco do Brasil
BNH - Banco Nacional de Habitação
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
CEF - Caixa Econômica Federal
CADÚNICO - Cadastro Único da Assistência Social do Governo Federal
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CG - Coeficiente de Gini
CEHOP/SE - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado de Sergipe
CEATES - Companhia Estadual de Abastecimento Telefônico do Estado Sergipe
CRE - Comissão de Representantes do Empreendimento
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CF - Constituição Federal
CUH - Custo Unidade Habitacional
CSMA - Clube dos Servidores do Município de Aracaju
CPT - Comissão Pastoral de Terra
DGE - Departamento de Geografia
DIA - Distrito Industrial de Aracaju
ET – Estatuto da Terra
EC - Estatuto da Cidade
EO - Entidade Organizadora
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FAPITEC/SE - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
GEG - Gerência Executiva Governo
GA - Grande Aracaju
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa e Estatística Avançada
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LABERUR - Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MC - Ministério das Cidades
MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MF - Ministério da Fazenda
MST/SE - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Sergipe
MOTU/SE - Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos - Sergipe
OAB/Sergipe - Ordem dos Advogados do Brasil - Sergipe
OGU - Orçamento Geral da União
PMES - Polícia Militar do Estado de Sergipe
PMA - Prefeitura Municipal de Aracaju
PMBC - Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros
PMNSS - Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PCNVN - Programa Casa Nova Vida Nova
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
RF - Receita Federal
RU - Reforma Urbana
RA - Reforma Agrária
RAM - Reforma Agrária de Mercado
RMA - Região Metropolitana de Aracaju
RGA – Região da Grande Aracaju
RB - Relação de Beneficiários
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SEPLAN/SE - Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento de Sergipe
SEMAS - Secretária Municipal de Assistência Social
SMTT - Secretária Municipal de Transportes e Trânsito
SRES - Sindicato dos Radialistas do Estado de Sergipe
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SPU - Superintendência de Patrimônio da União

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SR - Superintendência Regional

TS - Trabalho Social

UFS - Universidade Federal de Sergipe

ZEU - Zona de Expansão Urbana

ZGA – Zona da Grande Aracaju

LISTA DE FIGURAS E DE IMAGENS

Figura 01 – Mapa: Aglomerados subnormais Região Metropolitana de Aracaju (RMA)	82
Figura 02 – Mapa Sergipe: número de ocupações do MOTU (2007-2014)	93
Figura 03 – Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2012)	78
Figura 04 – Mapa: Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Espacialização das ações do MOTU 2007-2016	125
Figura 05 - Bandeira do MOTU	103
Foto: 01 - Aracaju. Bairro Centro. Praça Fausto Cardoso. Marcha do abril vermelho.....	102
Foto: 02 - Aracaju, Bairro Atalaia: Local da Ocupação 1º de Maio	111
Foto: 03 – Aracaju, Bairro Atalaia: Ocupação 1º de Maio - Valor de Uso	112
Foto: 04 - Aracaju. Bairro Atalaia. Uso do empreendimento	113
Foto: 05 - Aracaju. Bairro Atalaia. Marca da espacialização da luta	103
Foto: 06, 07 - Aracaju. Bairro Siqueira Campos. Galpão alugado pela PMA	114
Foto: 08 - Aracaju. Bairro Coroa do meio. <i>Flat</i> Atalaia 1º Dia da Ocupação Almir Bezerra de Araújo	116
Foto: 09 - Aracaju. Bairro Coroa do meio. Resistência das famílias da Ocupação Almir Bezerra de Araújo	116
Foto: 10 - Aracaju. Bairro Coroa do meio. Reintegração de posse com a presença da PM. Ocupação Almir Bezerra de Araújo	117

Foto: 11 – Aracaju, Desocupação. Bairro Coroa do Meio. Ocupação Almir Bezerra de Araújo	118
Foto: 12 - Aracaju. Bairro Coroa do Meio, Isolamento das Famílias na Avenida Mário Jorge. Ocupação Almir Bezerra de Araújo	119
Foto: 13 – Aracaju: Bairro Coroa do Meio, Violência - Ameaças as famílias no portão	121
Foto: 14 – Aracaju: Bairro São Conrado, Condições de acomodação das famílias do MOTU no galpão alugado pela PMA no Conjunto Orlando Dantas	122
Figura 06 - Mapa: Município de Aracaju espacialização das ações do MOTU 2007-2013	125
Foto: 15 - Nossa Senhora do Socorro. Conjunto Marcos Feire II. Acampamento Novo Amanhecer	130
Foto: 16 - Nossa Senhora do Socorro. Conjunto Marcos Feire II. Acampamento Novo Amanhecer. Criança brincando	131
Foto: 17 - Barra dos Coqueiros. Saída Aracaju-Barra. Situação dos barracos após a desocupação	133
Foto: 18, 19 - Barra dos Coqueiros. Famílias montam acampamento em frente à prefeitura	134
Foto: 20 - Barra dos Coqueiros Quadra poliesportiva do Colégio Estadual José Franklin (CEJF). Famílias na quadra	134
Foto: 21 - Barra dos Coqueiros. Atalaia Nova Ocupação. Vitória da Ilha	135

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro: 01 - Aracaju: Produção de habitações populares/ COHAB-SE 1968 a 2002	57
Tabela: 01- Região Metropolitana de Aracaju (RMA): unidades habitacionais entregues pelo PMCMV (2010-2014)	60
Tabela: 02 - Sergipe População Rural e Urbana 1950- 2010	74
Tabela: 03 – Sergipe: População urbana e rural cidades mais populosas (2010)	76
Tabela: 04 – Sergipe: Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)	77
Tabela: 05 - Sergipe – Transformações na estrutura fundiária. Variação do número de imóveis e área cadastrada – 1992-2011	79
Tabela: 06 - Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Área e População (2010)	83
Quadro 02 – Sergipe: Espacialização do MOTU (2007-2015)	95
Tabela: 07 - Sergipe. Geografia das Ocupações Urbanas do MOTU. Região Metropolitana de Aracaju (RMA). 2007-2015	104
Quadro: 03 – Aracaju: Geografia das Ocupações Urbanas do MOTU (2007-2013)	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Brasil financiamento habitacional: contratos (1998-2017)	75
Gráfico 02 - Evolução da população urbana e rural no estado de Sergipe 1950-2010.....	62

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado trata sobre a espacialização da luta urbana realizada pelo Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), que existe há 9 (nove) anos com atuação nos municípios Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Estância, Itabaianinha, Salgado, Umbaúba, Itabaiana, Lagarto, Tobias Barreto, Canindé de São Francisco, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Carmópolis, Santo Amaro das Brotas, Riachuelo e Malhador. Em 10 (dez) anos de existência, o Movimento realizou 27 ocupações, sendo 19 acampamentos e quatro assentamentos mobilizando um total de mais de 8.887 famílias na capital e no interior.

No ano de 2014 o Movimento amplia a sua base social para o estado do Ceará, atualmente contando com um conjunto de 450 famílias organizadas em 11 núcleos e beneficiadas com dois projetos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). No estado da Paraíba o MOTU surge no ano de 2016 realizando ações em parceria com cinco associações de moradores, já contando com três ocupações que organiza mais de 1.300 famílias em 30 núcleos de base.

Nestas unidades da federação o MOTU vem realizando a sua espacialização a partir da organização de famílias na capital e no interior, uma vez que essa fomenta a construção de uma consciência de classe em que alguns sujeitos são incentivados a assumir uma postura de contestar o descumprimento da função social da propriedade nos espaços urbano e rural, a exemplo de terrenos, prédios, empreendimentos, etc.

A partir da ocupação de áreas públicas e privadas, empreendimentos inacabados ou abandonados há anos, conhecidos popularmente como *elefantes brancos* (denominação dada às construções dos empreendimentos e imóveis que não são utilizados pelos proprietários), com objetivo de conseguir políticas sociais de Estado, o MOTU tornou-se a principal referência em Sergipe, na luta por *habitação/terra*, no enfrentamento e resistência de modo direto contra grileiros, proprietários fundiários, incorporadoras, imobiliárias, construtoras, etc. Dessa maneira, o Movimento atualiza a luta por *habitação/terra* através de suas ações reivindicando a Reforma Urbana (RU).

Este estudo tem uma relação estreita com o meu processo de crescimento pessoal, formação acadêmica e preparação política. O interesse pelo tema teve origem a partir de um

trabalho de campo durante o curso de graduação, na disciplina Geografia Política, quando foi realizada uma visita a um galpão cedido pelo governo para famílias sem teto, fruto de um processo de negociação para desocupação de um imóvel urbano improdutivo.

Os questionamentos e preocupações com as condições de vida daquelas famílias proporcionaram uma busca de como, por quais motivos e de que forma poderia haver alguma contribuição com as suas pautas (principalmente a luta por habitação) e organização do Movimento. Dessa maneira, foi iniciada uma investigação que durou três anos de pesquisa com o intuito de estudar as questões da realidade concreta e poder contribuir de alguma forma na luta dos trabalhadores.

Para iniciar este estudo, foi construído um diálogo permanente com a direção estadual do Movimento, com colaboração de militantes, coordenadores, dirigentes de ocupações e acampamentos, ajustando a investigação de acordo com a necessidade da organização. No caminhar tornei-me orgânico do Movimento e esta pesquisa passou a fazer mais sentido para todos. Sendo assim, ela nasce da história de vida, do fazer acadêmico no Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) e da luta social no Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU).

Uma vez que a política urbana de acesso à habitação não é prioridade no Brasil, nem em qualquer outro país periférico, pois essa foi negligenciada, assim, torna-se preciso dar um conjunto de visibilidades (através de marchas, manifestações, ocupações, mobilizações, campanhas, jornadas, etc.) para que as pautas e lutas da classe trabalhadora que se dão em torno da cidade tenham sentido e intencionalidade.

Essa dissertação justifica-se pela busca de uma análise crítica das contradições “da produção e (re)produção do espaço (...) capitalista” (LEFEBVRE, 2005, p, 15). Na intenção de compreender o embate das diferentes ações criadas pelos trabalhadores sem renda e/ou empobrecidos, acreditamos que esta pesquisa oferece a oportunidade de confrontar problemas concretos da realidade, possibilitando identificar, avaliar e ampliar o processo de aprendizagem para melhor entender a dinâmica da produção combinada e contraditória no espaço geográfico.

Para a sociedade, essa pesquisa será igualmente importante já que o processo da luta por *habitação/terra* se dá enquanto fruto do resultado histórico emanado do conflito constante de classes, que se apresenta como reflexo das distintas formas de segregação socioespacial e socioeconômica ¹ resultante da produção, homogeneização, apropriação e dominação combinada e contraditória do espaço no capitalismo. Dessa maneira, estudar a ação dos movimentos socioterritoriais, nos permite abordar de que forma eles estão inseridos no processo de mudança, na constituição das relações socioespaciais e socioeconômicas no espaço

rural e urbano.

No decorrer dessa abordagem foram levantadas algumas problemáticas, a saber: I) A espacialização e o agravamento da luta por *habitação/terra* na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) seria resultado/reflexo da permanência de uma alta concentração da estrutura fundiária, da não realização das políticas de Reforma Agrária (RA) e Reforma Urbana (RU), II) As políticas públicas habitacionais têm se mostrado efetivas na promoção da igualdade social? III) Essas lutas populares utilizam uma compreensão da habitação enquanto *valor de uso* confrontando o discurso da cidade enquanto espaço de *valor de troca* ou será que tais conceitos não são aceitos no discurso do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)? IV) Na luta por *habitação/terra* no interior do estado de Sergipe, há o dimensionamento do *espaço de socialização política* proposto nos estudos de Fernandes (1994, p.14, 233-234, 238-239)²?

Desse modo, nosso principal objetivo é analisar o processo de espacialização através das lutas do MOTU no contexto das questões urbana e agrária sergipanas. Tendo por objetivos específicos: 1) Identificar a formação histórica do MOTU; 2) Analisar as formas de luta popular que realizam a espacialização do MOTU (ocupações, marchas, caminhadas, campanhas, jornadas de luta) e suas pautas de reivindicação (luta por acesso a políticas públicas e direitos sociais); 3) Estudar as políticas governamentais de moradia do Banco Nacional de Habitação (BNH), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e sua relação com o déficit habitacional, a especulação fundiária e a luta popular por *habitação/terra* realizada pelo MOTU; 4) Examinar a regulamentação sobre a *função social da terra e da propriedade* no urbano e no rural.

O presente estudo tem como recorte espacial a Região Metropolitana de Aracaju (RMA) no estado de Sergipe. Utilizamos como referencial teórico a compreensão do tema a partir de revisão bibliográfica das interpretações teóricas sobre *Espaço Geográfico* (Carlos, 2001, 2007 e 2011; Harvey (2006, 2014); Lefebvre (1999, 2001 e 2005); *espacialização e territorialização* (Fernandes, 1996, 1999 e 2007); *cidadania, classe social e Democracia* (Thompson, 1981; Thoreau, 2011; Heidrich, 2006); *movimento socioterritorial* (Fernandes, 2005; Pedon, 2009; Scherer, 2011); *déficit habitacional* (Azevedo e Ribeiro 1996; Castelo e Garcia 2011; Carlos, 2007; Ferreira 2012; Gonçalves 1998); *reforma agrária, não reforma agrária e contrarreforma agrária* (Fernandes, 2005, 2007; Mitidiero Junior, 2008; Oliveira, 2001, 2007; Paulino, 2010; Pereira, 2004; Ramos Filho, 2008, 2012); *habitar e habitação*, enquanto *valor de uso*, ou seja, de abrigo familiar onde os sujeitos envolvidos possam inscrever sua própria história, concepção consonante com estudos realizados por (Carlos, 2001, 2007 e

2011; Gohn, 1991; Maricato, 2001, 2002, 2015; Rodrigues, 1997; Santos, 2008).

Os procedimentos metodológicos adotados se deram a partir do levantamento de dados quantitativos junto ao *movimento socioterritorial* e órgãos públicos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Superintendência de Patrimônio da União (SPU) Secretária de Estado de Planejamento (SEPLAG), Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado de Sergipe (CEHOP/SE), entre outros. Revisão bibliográfica e consulta a Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade 2004. Sobre o tema em foco na análise e representação das informações sob a forma de gráficos, tabelas, quadros e mapas.

Realizamos 25 entrevistas com dirigentes, militantes, coordenadores e famílias organizadas nos acampamentos e ocupações do Movimento entre os anos de 2012 a 2016. Os materiais coletados são de visitas de campo, participação em reuniões, assembleias e encontros, atos, marchas, etc. e deram subsídios para a escrita dessa pesquisa.

Foram construídos ainda cartogramas através da coleta de pontos de localização dos aglomerados subnormais da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), do número de ocupações, da quantidade de famílias mobilizadas no processo de espacialização das ações do MOTU (2007-2017). Na representação desses fenômenos foi empregado o sistema *Global Positioning System* (GPS), delimitados em graus/minutos/segundos e foi utilizada a coordenada *Universal de Mercator*, sistema de localização mundial. Em seguida, esses pontos foram ordenados em forma de planilha usando software *Microsoft Excel*®, onde essas informações estão salvas. Tais pontos foram então importados em formato: *kml*, ou seja, as camadas ou bases cartográficas são utilizadas em interatividade com a internet, que servem para a construção da localização dos fenômenos. A implementação dessa solução foi organizada usando os softwares de cartomáticas *GPS Trackmaker*®, *GTM Professional*® na elaboração dos mapas. Logo após todos os pontos foram guardados em uma pasta específica e exportados para o formato *dxf AutoCAD*, responsável pela forma em que as informações serão apresentadas. Posteriormente, converte-se a figura do mapa em arquivo *jpg*, para que seja inserido em texto no *Word*.

Cientes de que muitas informações sobre o tema não podem ser quantificadas e necessitam de uma ampla e cuidadosa atenção, foi desenvolvida uma metodologia do tipo qualitativa no intuito de alcançar uma profundidade na análise, isso acabou por nos levar à adoção de uma investigação do tipo pesquisa-ação em que foram realizados procedimentos de trabalhos de campo, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas juntos aos militantes, integrantes e lideranças do Movimento e registros fotográficos.

Portanto, essa pesquisa se deu em constante mobilidade através do acompanhamento direto ao MOTU e teve diferentes etapas dentro de um processo de permanente transformação, pois foram buscadas formas de identificar e conhecer a espacialização e a espacialidade do Movimento, bem como as condições de vida dos que fazem parte desta organização, na busca por entender como grupos e indivíduos vivenciam o mundo, numa cadeia de acontecimentos e práticas em que objetividades e subjetividades não se separam e onde “*o valor da casa é o valor da luta*”. (RODRIGUES, 1997, p.12-15). Logo, entendemos o MOTU, enquanto uma “ação coletiva organizada pela classe trabalhadora” Gohn (1991, p.56), ou seja:

Os movimentos da classe trabalhadora visam às melhores condições de vida tanto urbana como no campo através do acesso ao uso do solo, aos serviços e equipamentos de consumo coletivo, contendo [...], uma problemática urbana e rural que tem a ver, portanto com o uso, a distribuição e apropriação do espaço. (GOHN 1991, p.57-58).

A importância de registrar a luta dos trabalhadores inseridos num Movimento se dá no sentido da dimensão das diferentes formas de ações políticas empreendida por estes, uma vez que estas são por muitas das vezes (através do discurso hegemônico) colocadas como realizadas apenas como atos de “baderneiros”, “vândalos” e “desocupados”. Buscamos, dessa forma, a metodologia de pesquisa partindo do método de tipo pesquisa-ação, que entre os seus pressupostos, tem a negação da neutralidade da ciência. Como afirma Thiollent (1981, p. 130)

É necessário que o cientista e sua ciência, mais do que conhecer para explicar, pretendam compreender para servir. [...]. Contra a ilusão da neutralidade é preciso salientar que os métodos e técnicas de pesquisa-ação são, ao lado dos conceitos e teorias, os instrumentos de produção do conhecimento concreto.

A importância desse tipo de pesquisa se dá a partir da participação direta nos acontecimentos e de poder perceber relações que outros pesquisadores, distantes no tempo e na realidade, teriam maiores dificuldades em perceber ao acessar certas informações. A análise dos processos sociais imediatos, ou seja, a tentativa de compreensão dos *movimentos socioterritoriais* que estão em constante dinâmica, pode limitar o olhar do pesquisador no que diz respeito à compreensão do futuro dos mesmos, observados no presente e o poder de conclusão mostra-se arriscado.

O grande problema teórico da Geografia é que ela é uma só, correspondendo ao setor do conhecimento humano que estuda o processo de ocupação do espaço pelo homem e das transformações deste espaço em território, área de domínio do homem. [...]. Torna-se necessário à interdisciplinaridade dos

conhecimentos para uma real intervenção na sociedade (ANDRADE, 2010, p. 6-7).

É evidente que o risco de deixar obscuros alguns aspectos da realidade não é atributo exclusivo da pesquisa, mas da própria incapacidade de observar a realidade de modo amplo, sem deixar brechas, pois como afirma Thiollent (1981, p.130).

No conhecimento social, mais do que em qualquer outro tipo de conhecimento, a acessibilidade de determinados tipos de informação relevante para a explicação de uma situação depende dos modos práticos de atuação dos cientistas no seu relacionamento dentro da situação.

Existem diferentes maneiras e tipos de se realizar uma pesquisa. Segundo Haguette (2011, p. 103-153)., as principais características para a realização de uma pesquisa observação, pesquisa participante e pesquisa-ação são:

1ª. A **pesquisa observação**: Observar um “fenômeno social” significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudada em seus atos, atividade, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparências e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc.; 2ª. THIOLLENT distingue a **pesquisa-ação** da **pesquisa participante**: “A PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA [...], os partidários da PP não concentram suas preocupações em torno da relação entre investigação e ação dentro da situação considerada. É justamente esse tipo de relação que é especificamente destacado em várias concepções da PA. A PA não é apenas PP, é um tipo de pesquisa centrada na ação” (1985:83). Divergimos da distinção proposta pelo autor por termos constatado que muitas das experiências de PP introduzem o componente “ação”; 3ª. A **Pesquisa-ação** se direcionou para as instituições sociais, concebidas como portadoras de uma “violência simbólica”, e para movimentos sociais de libertação [...] esta alternativa de investigação dirigiu-se para os oprimidos ou dominados, aqueles que estão situados na base da estrutura social (camponeses, trabalhadores, índios, negros e movimentos sociais). [...]. Para uma ação político-partidária, cujo papel do intelectual orgânico é enfatizado.

Dessa maneira, durante o desenvolvimento dessa pesquisa optamos pelo tipo de pesquisa-ação, uma vez que a reivindicação e a luta por direitos exigem uma relação entre a teoria e a prática, pois entende-se que a produção do conhecimento deve estar vinculada à transformação social. No que se refere ao presente estudo, buscou-se entender como a procura por direitos torna-se necessária para que:

Não só apenas os simples reconhecimentos, legal-positivo dos mesmos sejam garantidos, mas através da luta estes se tornem realmente efetivos interferindo diretamente na construção de uma sociedade mais justa (JACOBI, 1993, p.22).

Os resultados encontrados ao longo dessa investigação têm como objetivo promover o debate junto à comunidade acadêmica, com gestores de políticas públicas, parlamentares e principalmente os trabalhadores, com vistas a elaborar um conhecimento que, ao final, contribua com o protagonismo destes na tomada de decisões sobre suas realidades.

CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E A HABITAÇÃO NO CAPITALISMO

Nesse capítulo são apresentadas as discussões acerca do “O nó é a terra”: a relação campo/cidade na configuração da produção e (re)produção do espaço, onde demonstraremos a produção capitalista do espaço urbano e a cidade enquanto valor de uso e valor de troca. Bem como as transformações do/no campo no século XX com a “revolução verde” como parte do processo de expansão capitalista, que ao fragmentar a (leitura da) realidade, institui a separação campo-cidade.

Além disso trataremos da indissociabilidade entre campo e cidade, partindo de elementos encontrados na questão agrária, questão urbana e a habitação. Nesse percurso, a centralidade da terra como possibilidade de realização humana (valor de uso) e materialização da reprodução ampliada do capital (valor de troca) e a operação dos atores hegemônicos (Capitalistas do Urbano e o Estado). Através dos estudos realizados por Carlos (2004); Corrêa (2008); Conceição (2007); Mitidiero Junior (2008); Maricato (2002); Martins (2002); Menezes (2011); Moreira (2007); Oliveira (2001-2007); Pereira (2004); Ramos filho (2006; 2013); Scherer (2011).

1.1. “O nó é a terra”: A apropriação capitalista da terra na configuração da produção e (re)produção do espaço

A partir do século XX, com a modernização da agricultura, tem-se o aprofundamento da necessidade do discurso da “revolução verde” e no seu modelo de desenvolvimento estruturado principalmente sob os pilares da mecanização e intensificação de biotecnologias, onde o campo passa a ser dependente de maquinaria e se estabelece uma disputa, inclusive muitas vezes velada com a cidade. Todo esse discurso se consolida no estigma da substituição do rural “tradicional” para o urbano “industrial”. Assim, o aprofundamento das contradições na acentuação das desigualdades entre os territórios torna-se cada vez mais determinante inclusive no modo de ocupação desses espaços.

No campo ou na cidade, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira e, com a globalização no final do século XX e início do XXI, essa situação se agrava ainda mais. Na divisão internacional do trabalho, o Brasil se coloca enquanto economia subordinada num processo de industrialização tardia que perpassa por um avanço técnico com limitações e sem alterar de forma significativa o seu modo de produção e de distribuição da

riqueza, fundada principalmente na questão da terra e na exploração do trabalho, que continua sendo alimentada na profunda desigualdade, tendo na tradicional relação entre propriedade privada, poder político e poder econômico o seu sustentáculo de existência.

Os padrões de acumulação da estrutura produtiva, seja no campo ou na cidade, subordinam a terra e o trabalho à lógica do capital. A consequente urbanização que desencadeia essa separação torna nítida a diferenciação espacial, o que resulta na valorização seletiva de territórios, marcada pelo domínio do urbano sobre o rural ou na sua mutação para o urbano. Dentro desse processo onde o campo se moderniza e a cidade passa a se destacar como espaço de possibilidades, mas também de contradições, tornando as desigualdades socioeconômicas mais perceptíveis.

Esta situação se agrava na atualidade do século XXI com a crise estrutural do capital em escala mundial e com repercussão direta na escala local, no campo e na cidade. Numa intensa mobilidade do trabalho provocada por essas transformações, o papel do exército industrial de reserva permite maiores lucros pela extração de trabalho expropriado (mais valia relativa), do campo para a cidade. De acordo com estudo realizado por Conceição (2007) no estado de Sergipe, sobre a mobilidade dos jovens da microrregião do Sertão Sergipano:

A dinâmica das relações de produção no Brasil, na inserção da mundialização do capital e consequentemente na reconfiguração da geopolítica mundial, as Políticas Públicas (PP) se inscrevem no campo mascarando os reordenamentos das configurações da divisão social e territorial do trabalho sob o discurso dos novos paradigmas da modernização tecnológica como reguladores do espaço através das relações de trabalho, tendo como propósito uma nova reestruturação produtiva (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78).

Ou seja, os resultados das políticas econômicas foram introduzidos...

Com o discurso ideológico capitalista e com o aval do Estado brasileiro para a introdução do Brasil no mercado mundial sobre o lema da modernização, fez com que ocorresse uma configuração regional do trabalho (MENEZES, 2011. p.84).

Transformando, assim:

A estrutura regional centro-periferia tornando o país urbano. Isto se deu com um intenso processo de metropolização reproduzindo as desigualdades sociais em níveis locais e sub-regionais. Associada a ideologia desenvolvimentista que se sustentava na metropolização houve uma forte divulgação do mito da urbanização como modelo de desenvolvimento. As grandes cidades passaram a ser focos de concentrações populacionais em guetos, que passaram a reunir centenas de milhares de humanos, na sua grande maioria migrantes, pequenos

produtores expulsos do campo frente à modernização agrícola (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78-79).

Os autores procuram assim compreender as mudanças de ordem econômica e política fazendo a desconstrução por meio do próprio discurso capitalista. Onde a cidade passa a ser “o lugar onde os seus sonhos serão contemplados”. (MENEZES, 2011, p.83). A cidade é assim vista como possibilidade de realização da classe trabalhadora. O resultado disso foi...

Um grande êxodo do Nordeste para o sudeste do país, em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades do Sudeste. Esse processo estendeu-se com força durante as décadas de 1970 e 1980. Como essas cidades não ofereciam condições adequadas para essa demanda de trabalhadores que chegava, ocorreu de forma muito rápida tornando-se uma hipertrofia urbana. (MENEZES, 2011, p.85).

Nesse contexto, Conceição (2007, p.79) afirma que:

Do seu local de origem seguindo a trilha do capital, a classe trabalhadora é também expulsa do urbano nas áreas de valorização do solo. Sem condições mínimas de moradia lhe é reservado, por apropriação e luta áreas sem valorização fundiária, desprovidas dos serviços necessários para a reprodução da vida. Distante da relação do poder de demanda a classe pobre produz o espaço da favela que revela o contraste do urbano a partir de uma paisagem/local marcada pela materialização dos “barracos da miséria”. É o movimento de ocupação/expulsão/ocupação pelas diferentes classes sociais que produz o urbano e o seu espaço da miséria.

Uma vez que a autora entende que “a expansão capitalista no campo significou a garantia da acumulação capitalista mundial a partir de diferentes instituições de “fomento” e controle a exemplo do Banco Mundial”. Assim, para a autora, os objetivos dessas políticas eram “os programas direcionados principalmente para o desenvolvimento regional, voltados para as áreas rurais” (CONCEIÇÃO, 2007, p.79-80). Ou seja, instalação e expansão da agroindústria e do agrohidronegócio³.

Conceição (2007, p. 80-81) analisa ainda que, em “decorrência da perda da capacidade de produzir dos camponeses, eles se tornam subordinados ao capital”. Os camponeses ficam “livres” para migrar, porque a perda da terra tira deles, de uma só vez, a unidade familiar de produção e a sua capacidade de reprodução social, enquanto classe social que é. “Nessa perspectiva, sobre a mobilidade da classe trabalhadora, ao analisar as dinâmicas das migrações internas e os fatores das migrações dos países pobres e não pobres” (MENEZES, 2011, p. 86). Martins nessa mesma perspectiva reforça que:

A dinâmica das migrações internas se apoia nos mesmos fatores das imigrações: desemprego, subemprego, falta de oportunidades de trabalho, excedentes populacionais crescentes, pobreza crescente associada à competição pelas oportunidades de emprego cada vez mais rara ou cada vez piores, expectativas crescentes de consumo, dificuldades para compatibilizar trabalho e nível de vida (MARTINS, 2002, p. 139-140).

Nessa direção, Martins (2002) procura compreender que o migrante é vítima, pois é submetido às precárias condições de vida, devido “às contradições da concentração fundiária e da importância anômala que nesse capitalismo periférico tem a renda da terra, a especulação com o preço da terra, a tendência à concentração da propriedade fundiária”. (p. 140-142). Na prática, a concentração da terra não está relacionada somente ao “desenvolvimento tecnológico da agricultura” (p. 142-143), que expulsa e expropria as populações camponesas da terra. Já a concentração fundiária significa ainda a conversão de áreas agrícolas em reserva de valor.

As consequências sociais e econômicas ocasionadas por esse processo intenso de migração nas grandes e médias cidades brasileiras estão ligadas principalmente ao incremento tecnológico destinado ao campo proporcionado pelo aumento da produtividade e, conseqüentemente, promove transformações no mesmo sem, no entanto, significar melhorias expressivas para os camponeses e para os trabalhadores rurais.

Na produção do “espaço da riqueza” estão às elites urbanas sustentadas pela população de baixa renda que vivem “no espaço da pobreza e da miséria” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79), que “está destinado aos migrantes vindos do campo” obrigados a viver em quartos de vilas, favelas, morros, mocambos, cortiços etc. São áreas com falta de acesso a infraestruturas básicas (rede de esgoto, energia elétrica, abastecimento de água, etc..), de planejamento (destinado e pensado somente para áreas de interesse do capital) e da super/hipervalorização do solo urbano, fazendo surgir, assim, uma periferia rotulada de descaso e violência.

Constituem-se assim verdadeiros aglomerados humanos, com infraestrutura precária e sem acesso aos direitos básicos de vida. Essa realidade acaba também revelando como funcionam as engrenagens da periferia onde temos, por um lado, os já conhecidos motivos da migração campo/cidade, pelo aumento da concentração fundiária. Na cidade, fica mais evidente a violência, a segregação socioespacial e socioeconômica dos territórios, a poluição, a falta de saneamento básico, o desemprego, etc.

Nessa perspectiva Conceição (2007), Martins (2002) e Menezes (2011) buscam não só entender a mobilidade do trabalho, mas analisam também os resultados e consequências das políticas públicas desenvolvimentistas que contribuem para a saída dos trabalhadores do campo para a cidade, fazendo a discussão sobre o tripé: Estado, capital e mercado. “O discurso da

modernização do campo, ao tempo em que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade familiar de produção” (Martins 2002, p. 143-145).

Desta forma, os autores entendem que o “desenvolvimento tecnológico da agricultura tem contribuído para a expropriação e expulsão de populações camponesas da terra” (MENEZES, 2011. p. 145-147). As mudanças sofridas no campo geram contraditoriamente “o desenvolvimento desigual e combinado” (MARTINS, 2002. p. 146-148).

Neste processo, nem cidade nem campo se sobrepõem: ambos são produzidos para atender às necessidades do capital e, apesar das evidentes diferenças entre eles, tais como quantidade de habitantes, equipamentos, infraestrutura, aparentemente marcando uma condição de oposição, têm-se no ponto de vista da sobrevivência, ou seja, da (re)produção social da vida uma determinada proximidade de uma maneira geral, no campo e na cidade, em que predomina a mesma lógica imposta pelo capital, ou seja, a exploração máxima do trabalho, a hipervalorização do lucro e a sacralidade da propriedade privada e do consumo.

Nesse sentido, o que separa campo e cidade não são características estruturais quantitativas, mas sim imposições de pontos de vista e de interesses no modo pelo qual estes são explorados, entretanto estão mais próximos na medida em que o capitalismo avança.

A extensão do capitalismo com o desenvolvimento da troca, e com ele o do mundo da mercadoria (de sua lógica, linguagem), estendendo-se ao mundo inteiro, também permitiu a generalização da propriedade privada a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, cultura e tradições da vida tanto na cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais (CARLOS, 2004, p. 8).

Portanto, compreender campo e cidade de modo isolado não permite observar o elo que os liga, assim como não permite também refletir sobre os processos dos quais são resultantes. É importante considerar que, no decorrer dos tempos, as mudanças acontecem e na medida em que a sociedade, a natureza e consequentemente o homem se transformam, o espaço e as relações sociais nele estabelecidas também sofrem alterações, num movimento dialético de crise, acumulação, separação e novamente crise, “as transformações nas cidades brasileiras se intensificaram na medida em que se diversificaram as atividades produtivas no país, possibilitando o avanço do poder econômico que a cidade desempenha” (CARLOS, 2004, p. 8-12).

A diversificação das atividades produtivas e a industrialização tornaram o campo mais mecanizado e a cidade polarizadora de decisões políticas e econômicas. Assim, essa última é

palco central da concentração de riqueza ao mesmo tempo em que é canalizadora das contradições socioespaciais e socioeconômicas.

A partir do aprofundamento da crise estrutural do capital e com aumento dessas desigualdades tem-se acentuado de forma expressiva no campo e na cidade o surgimento e a presença dos movimentos socioterritoriais (tanto na escala local, quanto global), em sua grande maioria contestadores da atual forma de organização da sociedade e de cunho contra hegemônicos. São movimentos que têm na vivência e nas experiências locais a produção de novas referências que orientam novas práticas, mudanças, alimentando a capacidade de criar situações novas ou de reproduzir novos limites, exigindo o cumprimento de direitos de auto-definir seus espaços de esperança via fomento/formação de políticas públicas.

É um fator objetivo. [...] A simples situação de miséria, de discriminação ou mesmo de exploração não produz automaticamente este reconhecimento, de pertencimento a uma determinada classe. [...]. Neste sentido é fundamental a existência de um fator, ou seja, o reconhecimento de sua dignidade humana, que sempre foi solapada nas classes subalternas e tem suas raízes no sistema escravocrata e colonial. [...]. Cria-se, assim, a consciência não apenas do direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino (SCHERER, 2011, p. 69).

Essas lutas, tanto no campo quanto na cidade, são frutos/produto de processos contraditórios face ao acúmulo e ao aumento da riqueza e da segregação e no aumento do grau de consciência dos sujeitos sociais que nelas se inserem, assumindo o grande desafio diante das desigualdades sociais, onde “o empobrecimento da classe trabalhadora e o aumento da miséria são imagens que dominam o cotidiano do lugar/mundo, afetando pessoas e territórios” (MENEZES, 2011. p. 147-148).

A seguir, será apresentada a seção intitulada *A (re)produção do espaço urbano sob o enfoque do valor de uso e do valor de troca* na qual é debatido o conceito de espaço geográfico sendo este o *locus* das relações de produção, isto é, ele é criado pelo homem por meio do trabalho socialmente necessário, a partir dos estudos de Lefebvre, (1999, 2001, 2005). Entender o *valor de uso* em Carlos (2007, 2011); Engels (1872); Lênin (1870); Souza (2010); Rodrigues (1997); Santos (2006).

Utilizamos as análises do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010); Instituto de Pesquisa e Estatística Avançada (IPEA, 2010); e de estudos levantados por Gonçalves (1998) sobre dados e o conceito de *Déficit habitacional*, para em seguida fazer a sua desconstrução a partir dos estudos de Carlos (2007 2011); Lefebvre, (1999, 2001, 2005); Maricato (2001, 2002, 2013); Singer, (1978).

Entendendo que a *apropriação, homogeneização/dominação* sendo ela combinada e contraditória do espaço tem por consequência a geração da segregação socioespacial e socioeconômica. Carlos (2007, 2011); França (2004, 2005); Lefebvre, (1999, 2001, 2005); Maricato (2001, 2002, 2013); sendo fruto direto da produção capitalista do espaço Harvey (2006, 2014).

1.2. A (re)produção do espaço urbano sob o enfoque do valor de uso e do valor de troca

Dentro da perspectiva da geografia crítica, o espaço geográfico é entendido enquanto o *locus* das relações socioeconômicas e sociopolíticas de produção, sendo resultado/reflexo do trabalho humano. Isto é, ele é criado pelo homem por meio do trabalho socialmente necessário na sua acumulação histórica ao longo dos séculos, através dos múltiplos avanços técnicos e da relação/apropriação com a natureza, onde este, ao recriá-la, transforma não somente a natureza do espaço como modifica a si mesmo enquanto sujeito histórico.

O espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, “funcional”. [...] dentro do tempo. (LEFEBVRE, 2005, p. 20).

Assim, o espaço acaba se tornando “condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2015, p. 15), ou seja, da existência humana na superfície do planeta. Esse, portanto, acaba possuindo determinado valor segundo a sua importância (localização, reservas de matéria prima etc.) que é estabelecida a partir das relações instituídas na/da sociedade e com a natureza.

No momento histórico atual, este vem sendo remanejado segundo as exigências da sociedade capitalista, com a sua *apropriação/dominação/homogeneização* de forma desigual e, de forma contraditória, vem sendo fragmentado, vendido em pedaços, tornando-se cada vez mais fluído, onde a espoliação (roubo, destruição) de formas tradicionais de existência é intensificada. Tendo por consequência o aprofundamento da miséria, da pobreza e da degradação do homem e dessa mesma natureza.

É esse o espaço que é (...) “produzido, (re)produzido, planejado, caótico, fragmentado, segregado, modelado, pensado, desejado em um determinado tempo histórico de acordo com os interesses e enfrentamentos das classes envolvidas(...)” (CORREIA, 2011. p. 1-13). Mas afinal, pergunta-se o que é *produzir*, em sentido amplo? Seguindo o pensamento de Lefebvre no seu livro “A cidade do capital” (2001. p. 84), ao citar o pensamento de Marx (2013), este descreve

que, adotando o método do materialismo histórico dialético, o autor responde a essa questão e diz que ele também responde a outra questão fundamental: “O que é uma sociedade?” E mais: como essa se (re)produz através do tempo e no espaço na sua forma material, da convivência entre os sujeitos, da sua língua, do seu território, dos seus costumes, ou seja, das relações sociais entre os homens e da sociedade-natureza?

Produzir, não é somente produzir materialmente, é produzir direito, uma forma de família, um sistema jurídico [...], arte, não sem disparidades entre esses setores da produção. Uma sociedade? Isso implica relações sociais práticas, das quais a “cultura” faz parte. [...]. Uma *sociedade* não pode se reduzir à produção na acepção dos economistas: aparelho de produção e de consumo, identidade ou diversidade entre os dois aspectos. *Produzir, para uma sociedade*, é também produzir acontecimentos, história e, conseqüentemente, guerras. E mesmo “a guerra se pratica antes da paz”. Relações econômicas tão importantes como o trabalho assalariado e o maquinismo “desenvolveram-se no exército antes de se desenvolver na sociedade burguesa”. Além disso, o exército ilustra melhor “a relação entre as forças produtivas e os modos de troca e de distribuição”. (MARX, 2013. p. 39 - 40 apud Lefebvre, 2001. p. 84-87).

Dessa forma, cada sociedade tem seu modo de produção, tem sua língua, seus costumes, seu território extenso ou localizado, sua atividade principal (caça, pesca, pecuária, agricultura, indústria familiar, com combinações muito diversas desses elementos), em resumo, uma relação imediata com a natureza e todos os seus aspectos, vida biológica e animal, recursos, laços de parentesco etc. Então *O que é a terra?*

A terra é o suporte material das sociedades. A terra seria imutável? Não. Sua face muda, da pura natureza original à natureza devastada. Esse suporte das sociedades humanas dá origem ao fim dos homens, não é nem imutável nem passivo. A terra é primeiramente “o grande laboratório” (*Grundrisse*, I, p. 437) que fornece tanto o instrumento e a matéria do trabalho, como a sua sede, o seu lugar. Depois, os homens associados, construindo uma sociedade, dominam a natureza, modificando a terra e seus elementos, extraindo daí os meios para suas atividades, distanciando-se da natureza para substituí-la por outra realidade (a sua), que vai até a facticidade. A terra não continua sendo o laboratório inicial. O que a substitui? A cidade. A relação *mutante* (e o termo “mutante” significa “conflitual”): cidade-campo é o suporte permanente das mudanças da sociedade. *O que é então a cidade?* Como a terra na qual ela se apoia, a cidade é um *espaço*, um *intermediário*, uma *mediação*, um *meio*, o mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica outro lugar, outro ambiente: a cidade. Mesmo que não haja “modo de produção urbano”, como não há “modo de produção agrário” (novamente), a cidade, ou mais exatamente sua relação com o campo, *veicula* as mudanças da produção, fornecendo ao mesmo tempo o *receptáculo* e a *condição*, o lugar e o meio. Na e pela cidade, a natureza cede o lugar a uma segunda natureza. A cidade atravessa assim os modos de produção, processo que começa desde que a comuna urbana substitui a comunidade (tribal ou

agrária) ligada intimamente a terra. Assim, a cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais. É isso que estabelecem e desenvolvem os *Grundrisse*. (MARX, 2011, p. 84-86).

Assim, a cidade ao se tornar o grande laboratório das forças sociais, permite que a paisagem (ao longo do processo histórico) reflita a *condição/relação* (des)igual, contraditória e combinada que resulta da correlação de forças entre as diferentes classes sociais na disputa pela *produção/apropriação* e *dominação* do espaço. Essas *contradições no/do espaço*, são dissimuladas ou mascaradas, a partir do processo de alienação da sociedade.

O espaço não é uma representação inocente, mas veiculada as normas e os valores da sociedade. As *contradições no/do espaço* advêm do conteúdo prático e social, especificamente, o conteúdo capitalista pretendendo ser racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado e vendido em parcelas. [...]. É o conteúdo capitalista que organiza a função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFEBVRE, 2005, p. 39- 42).

Desse modo, a cidade no capitalismo, especialmente a partir da expansão da produção industrial, é cada vez mais produzida como mercadoria, vendida e parcelada em fragmentos. Nela também se encontram os fixos e os fluxos dos meios de circulação do capital, permitindo assim, que ele se realize na sua plenitude. Isso indica a passagem do espaço urbano como “condição geral e fundamental do processo de acumulação do capital na sua produção e (re)produção” (CARLOS. 2001, p. 66-70).

Desde a Revolução Industrial, a história do desenvolvimento econômico das cidades tem se apontado, de uma forma cada vez mais acelerada, na direção de uma divisão mundial do trabalho e de uma rede de fluxos e intercâmbios crescentemente complexa e especializada. (HOBBSAWM, 1995, p. 92).

A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos: degradação ambiental, segregação socioespacial e socioeconômica, violência, entre outros, que exigem a realização de estudos que sejam capazes de explicar os diferentes processos urbanos nos dias atuais.

Essa gama de problemáticas acaba por exigir dos diferentes profissionais, intelectuais e especialistas um gigantesco desafio que deve ser compartilhado de forma coletiva, apoiado no debate de uma transinterdisciplinaridade onde os seus conhecimentos sejam capazes de contemplar várias perspectivas teórico-metodológicas (onde aqui também não se pode ignorar o conhecimento popular acumulado sobre a cidade), e que se possa alcançar debates úteis acerca dos temas trabalhados, com as respostas a esses problemas dando o retorno à sociedade.

Entende-se que esse acúmulo de conhecimentos apresenta a cidade como “obra da civilização, bem como lugar de possibilidades sempre ampliadas para a realização da vida humana”. (CARLOS, 2001, p. 70-72).

A partir do planejamento da gestão das cidades, ocorre uma lógica onde o espaço é “administrado” sob a ótica dos grandes grupos imobiliários, em que as estratégias dos planos, operações urbanas, zoneamentos etc., são pensados a partir do valor de troca, em detrimento do valor de uso para que esse espaço seja pensado numa perspectiva de simplificação das necessidades (redução dos custos e aceleração do tempo). Isso faz com que os espaços apareçam como algo separado da sociedade, no estabelecimento de funções bem delimitadas: trabalho, lazer, compras, unidades de ensino, etc.

Assim, dentro dessa lógica de produção e organização do espaço, o discurso e as ações do planejamento urbano são fundamentais para dar e ter respaldo jurídico, político-econômico e social nas diferentes intervenções realizadas na cidade. A partir daí busca-se uma solução técnica para os problemas que surgem “fora” de cada uma dessas funções realizadas separadamente. Como decorrência inevitável, o ato de habitar também se reduz à função dos produtos dessas estratégias que vêm se impondo numa ordem repressiva em que as diferenças são constantemente esmagadas em nome do progresso.

Ou seja, o planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia o diagnóstico técnico que revelaria e fundamentaria os “problemas urbanos” e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seriam objeto das proposições que integram os aspectos econômicos, ambientais, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocaria a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões. (SOUZA, 2010, p. 187-188).

Sendo assim, isso acaba encobrindo determinados interesses que são mais bem revelados:

Com este procedimento se encobre os interesses imobiliários que permitem o deslocamento das favelas e a expulsão dos moradores indesejáveis dos “lugares valorizados” pelos atos decorrentes do planejamento urbano. (CARLOS, 2007, p. 15).

A partir das reflexões até aqui expostas, foram levantadas algumas dessas *contradições*: 1º. A opção pelo transporte motorizado individual (automóvel) e não pelo coletivo (metrô, trem e ônibus) nem por veículos não poluentes (bicicletas); 2º. A construção de enormes arranha-céus envidraçados em vez de edifícios de menor impacto arquitetônico e

energético; 3º. A impermeabilização do solo com a construção de rodovias, avenidas, estradas e estacionamentos, em detrimento da manutenção de áreas verdes; 4º. A remoção da população pobre do centro da cidade para as periferias geralmente distantes do seu local de trabalho, acabando por morar em áreas irregulares de vertentes, zonas alagáveis, cortiços, favelas etc.; 5º. A construção de vários muros nos processos de segregação e auto-segregação; 6º. A infraestrutura diferenciada: transporte, saneamento, abastecimento onde vemos, por exemplo, pessoas carregando baldes de água quando esta não chega ou não é fornecida em determinadas áreas da cidade.

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória. [...]. Assim, a cidade apresenta-se como um fenômeno concentrado e contraditório, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho; uma aglomeração que tem em vista o processo de produção norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada. (CARLOS, 2011. p. 26- 42).

Seria, portanto, “um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo que a intenção seja dissimulada sob aparências coerentes da figura espacial” (LEFEBVRE, 2005, p. 39-50). A representação do espaço sempre servirá a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada. Essa (re)produção do espaço deve ser analisada de acordo com as *contradições* que estão inseridas neste. Onde é necessário compreender que:

Com a ascensão do sistema capitalista, a necessidade de concentrar cada vez mais a produção deu mais impulso à industrialização e, com isso se precisou concentrar pessoas em espaços reduzidos para reduzir os custos de produção, encontrando na cidade e, em particular, no espaço urbano, as condições ideais para o seu desenvolvimento (LEFÈBVRE, 1999, p. 16-28).

Assim, com o desenvolvimento do capitalismo na cidade, a sociedade pós-industrial pode garantir a urbanização.

O desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial, ou seja, de uma sociedade que “nasce da industrialização e a sucede”, [...] é denominado de sociedade urbana e, de maneira sintética, de urbano. (LEFÈBVRE, 1999, p. 28-29).

O processo de urbanização não deve ser considerado como um subproduto da

industrialização, mas como fruto de um processo de exploração e degradação da natureza e do trabalho, na acumulação e sobreacumulação do capital, tendo por consequência a valorização e hipervalorização de determinadas frações da cidade onde, segundo o autor...

A cidade passa então a ter cada vez maior valor para e pelo o capital, devido à alta concentração de diversos setores da sociedade e segmentos da economia (prestação de serviços, instituições, circulação de mercadorias e pessoas) ao mesmo tempo em que esta é influenciada pela dinâmica do modo de produção capitalista. (LEFEBVRE, 1999. p. 15).

Neste sistema onde tudo e todos são “livres” e onde tudo em absoluto é mercadoria, desde pessoas, vestuário, transporte, alimentação, saúde, segurança, previdência social, moradia, educação e até a cultura, antes de serem direitos fundamentais, ou seja, condições básicas para o sustento e a realização da vida humana que são deixados de lado em busca de aumento e ampliação do dinheiro e dos lucros disponíveis para novos investimentos, tornando-se assim bens passíveis de consumo.

De forma mais abrangente, a produção e o consumo do/no espaço, assim como a urbanização e industrialização, estão inseridos no amplo processo de (re)produção das relações sociais de produção capitalista. As cidades constituídas pelas ruas, residências, as edificações, a infraestrutura, os serviços e o trabalho são também produtos/frutos das relações sociais que se ampliam entre diferentes sujeitos, e em diferentes tempos históricos. É, portanto, um fragmento do espaço cuja natureza foi intensamente destruída, transformada e modificada.

O espaço é entendido em função do processo de trabalho que o produz e reproduz a partir da relação do homem com a natureza. Assim, a cidade é totalmente transformada no curso de gerações. [...] O espaço urbano aparece como movimento historicamente determinado num processo social. O modo de produção do espaço contém um modo de apropriação, que hoje está associado à propriedade privada da terra. (CARLOS, 2011. p. 50-51).

Quando ocorre o conflito explícito através dos diferentes interesses, dos valores, dos costumes, do comportamento e de usos, a cidade mostra as expressões das múltiplas desigualdades entre as diferentes classes.

Na cidade coexistem duas ou várias cidades [...], sendo este fato resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividades econômicas. Podem ser verificados e medidos através de análise de diferentes características dos habitantes, serviços, infraestrutura: viária, sanitária, escolar e habitação, assim como os intercâmbios entre os diferentes setores da estrutura urbana. (SANTOS, 2006, p. 6).

Ou seja, é o processo de mercantilização típico do capitalismo que ao tornar a propriedade privada, acaba por consequência mercantilizado o espaço que passa a ser regido pelo *valor de troca* em detrimento do valor de uso.

A fragmentação do espaço no capitalismo, possibilitada pelo consumo, torna a mercadoria, num espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em seres alienados umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o *valor de troca* prevalecem sobre o uso e o *valor uso*, até reduzi-lo a um resíduo determina a certos indivíduos o poder de desfrutar de determinadas porções desse mesmo espaço; isto se materializa em desigualdades, nas quais poucos sujeitos têm condições de apropriar-se do solo, seja ele urbano ou rural. (CARLOS, 2011. p. 59-60).

Dessa maneira, a construção da cidade acaba servindo à lógica do mercado enquanto um *valor de troca*, ou seja, garantia de *status quo* através da valorização máxima da propriedade privada, da exploração da classe trabalhadora, segregando social e economicamente os desprovidos de dinheiro necessário para consumir sob os padrões de vida pré-determinados. Uma vez que seu objetivo é a glorificação máxima do lucro, deste processo transformam-se os lugares em *valores de troca*, gerando diferentes processos como os da *autosegregação e da segregação*.

O fechamento ou isolamento da rua no bairro, o automóvel, os condomínios fechados, as praias particulares, etc. constituem-se como formas de *autosegregação*, já a *segregação* que é a negação do urbano e da vida urbana, que se realiza de formas múltiplas, com a generalização da propriedade privada pela valorização diferenciada do espaço. (CARLOS, 2007, p. 99-100).

Sendo que a segregação está apoiada

A segregação se apoia na existência da propriedade privada (que, em suas várias formas, é fundamento da riqueza) do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão [...], na fragmentação dos elementos [...] que se acham separados nos diferentes espaços. (CARLOS, 2011, p. 96).

Assim segregação vai ocorrer de duas formas: 1ª. A *autosegregação* se refere à ação adotada pela própria iniciativa da classe dominante, que cria as condições desejadas para o seu conforto e para sua segurança, buscando viver com outras pessoas da mesma classe social. 2ª. Por outro lado, a *segregação* imposta é aquela em que a população empobrecida é obrigada a ocupar áreas distantes, muitas vezes inóspitas e desprovidas de serviços, com precária condição de vida. Como exemplo dessas duas formas de segregação, pode-se citar da primeira os condomínios horizontais ou verticais fechados “associados”, em sua grande maioria, à

monopolização da terra, sempre em mãos de grandes construtoras (FRANÇA, 2005, p. 116), onde “a estratégia de segurança, o distanciamento e isolamento dos moradores do restante da cidade conferem *status* a seus condomínios através dessas barreiras físicas e evidenciam a desigualdade social entre eles” (FRANÇA, 2005. p. 104-105).

Esses condomínios se constituem em espaços coletivos e seus habitantes adquirem um modo de vida próprio e, a partir daí, passam a viver como se estivessem num confinamento. Este espaço, chamado também de enclave fortificado, é de propriedade privada com uso coletivo dos moradores, mas restrito para os de fora que não estão incluídos no território privado. “Onde qualquer tipo de visita estranha se torna suspeita, sendo vista com restrições” (FRANÇA, 2005.p. 211).

Em geral, o condomínio tem cinco elementos básicos que se constituem em atrativo da população na preferência desses empreendimentos. São eles: a segurança, o isolamento dos centros urbanos, a homogeneidade social, o uso dos equipamentos urbanos e a oferta de serviços (FRANÇA, 2005.p. 218). Por outro lado, as áreas de habitação subnormais da cidade se apresentam com condições de vida precárias.

Assim, a proliferação da prática da *autosegregação* é consequência dos preconceitos de classe, favorecidos por processos sustentados por essa mesma classe (medo da violência e do crime e *status*). “Com isso, surgem padrões de *segregação* baseados na criação de enclaves fortificados” (FRANÇA, 2005. p. 208) para sanar todos os problemas acima citados. Desse modo, enquanto produto, meio e condição da transformação da sociedade, “o espaço é sempre um projeto inacabado e, como tal, é preciso estar-se atento às novidades que surgem em decorrência dos interesses do capital” (FRANÇA, 2005.p. 220-221).

Ou seja, a segregação socioespacial é produto da ação capitalista em função da presença das desigualdades sociais existentes no espaço urbano e é a partir dessas que o *valor de troca* é muito bem revelado no consumo da *habitação*. Onde segundo Carlos (2001, p. 32).

A função da *moradia* cabe dentro do *valor de troca* [...] espaço, que implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’, ou seja, torna-se coisa funcional, objeto de *status* como um mero abrigo resumido à mercadoria. Nesta dimensão, a *habitação* se refere ao *valor de uso* sempre a uma prática, atividade que deixa marcas.

Ou seja, a casa acaba possuindo um determinado valor a partir da sua importância,

Evidentemente uma casa tem também um valor de troca, mas sua importância para o dono da “casa própria” é o *valor de uso*. Já para os que têm muitos imóveis alugados interessa fundamentalmente a renda que obtêm no aluguel,

ou seja, o *valor de troca*. (RODRIGUES, 1997, p. 51).

Enquanto que, o *valor de uso*, parte da necessidade a exemplo, da “casa” como objeto construído a partir do trabalho humano, que tem vida e é impregnada de uma aura, repleta de sentimento e lembranças. A maneira como uma família virá a habitar esta construção se relaciona intrinsecamente à maneira como a casa foi construída. “O *valor de uso* se dá pela existência de viver e ter acesso ao espaço da cidade (lazer, passeio, deslocamentos etc.) ” (CARLOS, 2011, p. 32-40).

Todavia, com o intenso processo de negação e transformação dos *valores de uso* por *valores de troca* na constituição das cidades e dos elementos que a formam (casas, terrenos, vias, transporte, etc.) passam a ser reduzidos enquanto mercadorias pelo modo de produção capitalista. Partindo desse pressuposto a questão do acesso a habitação é comprimida por essa lógica enquanto *troca* nesse marco essa vem sendo discutida, enquanto algo calculável e que pode ser regulamentado pelas leis do mercado (demanda-oferta). Assim, o conceito de *déficit habitacional*, é definido como:

O déficit habitacional pelo seu conceito etimológico se caracteriza pela falta física da unidade habitacional (casa, apartamento, etc.) *no estoque de habitações no mercado*. A demanda habitacional seria, portanto, a necessidade, por parte de uma população, do bem habitação, considerando as características intrínsecas e extrínsecas do imóvel, além das características socioeconômicas da população. É uma expressão que se refere à quantidade de cidadãos sem moradia em uma determinada região. (AZEVEDO, 1996, p. 43).

O respaldo do *déficit habitacional*, possui elementos em comum de acordo com o *valor de troca* que podem ser percebidos em linhas gerais, na essência da exploração estabelecida através da imposição do *valor de troca* ao *valor de uso* (de terrenos, habitações, aparelhos urbanos, etc.). Sobre isso, Lefebvre, alega que:

Uma sociedade não pode existir sem crise da habitação, quando a grande massa de trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, de um lado, a existência de um grande exército de reserva de desempregados e, de outro lado, jogam momentaneamente na rua a grande massa de trabalhadores; quando estes são empilhados nas grandes cidades, e isto num ritmo mais rápido que a construção das habitações nas condições atuais; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não somente o direito, mas em certa medida, o dever de extrair de sua casa, sem escrúpulos, os aluguéis mais elevados. Numa tal sociedade, a crise da habitação não é um acaso, mas uma instituição [...]. (2001, p. 55-56).

Assim, para solucionar a crise da escassez da habitação, o discurso adotado pela ampla maioria dos formuladores das políticas públicas de moradia é baseado na financeirização/financiamento de uma casa, enquanto uma mercadoria. Onde o foco central a ser discutido é: Qual nível de renda pode pagar por determinado tipo de construção? Ou seja, a prioridade é dada via garantia da (re)produção do capital. Forjado principalmente a partir de um consenso entre a necessária lucratividade do capital, os ganhos eleitorais dos políticos e partidos, a venda de terras (mais-valias urbanas) valorizadas pelos proprietários e os “beneficiários” (público alvo atendido pelos programas), é definido a partir de uma estratificação de renda devidamente comprovada, atendendo determinadas exigências para pagar as parcelas, taxas, juros, etc. que o retorno do lucro é garantido.

Logo, não podemos ter uma abordagem fragmentada, sendo de natureza conjuntural ou setorial que busque reduzir a complexidade e desafio desse processo. O economista Gonçalves (1998, p. 20-22), do Instituto de Pesquisas e Estatísticas Avançadas (IPEA), utiliza três critérios para definir moradias fora dos padrões ou “inadequadas” sendo: 1º. a rusticidade das estruturas físicas das habitações, como o uso de materiais não duráveis e/ou improvisados; 2º. a habitação não ser originariamente construída para se residir, adquirindo essa função apenas de forma esporádica ou improvisada; 3º. a *coabitação*, ou seja, a existência de mais de uma família por unidade habitacional. Por sua vez, os autores Garcia e Castelo (2011, p. 42) no relatório sobre a demanda habitacional no Brasil defendem que o *déficit habitacional*...

Refere-se às carências habitacionais de uma determinada sociedade não restrita à falta de *moradias adequadas*, inclui também as más condições das unidades habitacionais existentes. O déficit habitacional é uma fotografia que mostra o *excesso de população* que necessita de habitações. Ou seja, é o excedente entre a demanda e oferta de um bem de caráter social.

Ao se analisar a questão habitacional, outros aspectos devem ser levados em consideração, visto que o *excesso populacional* não deve servir enquanto argumento para justificar o não acesso a um direito fundamental básico (casa) visto que “(...) nem sempre um simples incremento como os dos programas de acesso à moradia popular se apresenta como a solução mais indicada para melhorar as condições de vida da população mais pobre” (AZEVEDO, 1996, p. 25).

É através do mercado de terra que o capital permite “incluir” a classe trabalhadora na sua lógica, tentando (des)fazer a conflitualidade permanente na cidade, onde os programas aparecem como forma de resolução da demanda por moradia, criando discursos na intenção de diminuir o *déficit habitacional* desconsiderando os complexos processos de formação das

idades.

Essa situação é, portanto, desfavorável aos trabalhadores, uma vez que estes programas não acolhem a totalidade das populações mais pobres que não detêm renda comprovada suficiente para ingressar neles, ampliando a diferença entre renda imobiliária e renda do trabalho (salário). Prova disso é que, no Brasil, milhões de famílias estão excluídas do acesso à habitação. Segundo dados do IBGE (2010) e do IPEA (2010), em 2010 a necessidade quantitativa correspondia a 7,9 milhões de unidades habitacionais, das quais 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões nas áreas rurais.

Já em termos regionais de concentração do déficit, a região Nordeste é responsável por mais de 4,4 milhões de déficit de unidades habitacionais, o que representa (36,6%) do total do Brasil. No estado de Sergipe, esse déficit chega a ser de mais de 74.387 mil unidades habitacionais (IPEA, 2010). Ainda segundo os dados do próprio IPEA, em 2009, em todo país, foram contabilizados 6,7 milhões de imóveis vazios: *“são domicílios fechados, não são para uso eventual, como casa de veraneio ou em reforma”* (IPEA, 2010).

Segundo dados atualizados pelo Departamento da Indústria da Construção (DECONCIC) da Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), onde demonstram que no ano de 2014 o déficit habitacional brasileiro, calculado com base na metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP), foi de 6, 198 milhões de famílias, contra 6, 941 milhões em 2010. Ou seja, no período, houve a queda do déficit habitacional foi de 2,8% ao ano. Em 2014, a maior parte (3, 258 milhões) das famílias que compunham o déficit habitacional estava no componente ônus excessivo com o aluguel. Já na coabitação familiar, outro componente importante do déficit, havia 1, 762 milhão de famílias, ou 28,4% do total. (Fonte: FIESP 2016).

Em termos absolutos, a maior concentração do déficit ocorreu na região mais populosa do país, o Sudeste, onde 2, 562 milhões de famílias se enquadravam nas condições de déficit habitacional. Já as famílias que moram em habitações precárias (domicílios rústicos mais domicílios improvisados) passaram de 1, 343 milhão de famílias em 2010 para 816 mil famílias em 2014, o que equivale a uma queda de 11,7% ao ano. (Fonte: FIESP 2016).

Segundo a pesquisa o déficit habitacional total, por componente em 2014. Sergipe, possui 2. 167 domicílios improvisados, sendo 5.442 domicílios rústicos, 722 domicílios com adensamento excessivo, 3.415 com ônus excessivo com aluguel, 27.166 coabitações, o déficit comparativo que em 2010 era de 74.387 mil unidades passou para 70.842 mil unidades com uma variação de – 3.545, ou seja - 1,2 %. (Fonte: FIESP 2016)⁴.

Por mais que se ataque a falta de habitação no país com o discurso do *déficit habitacional*, os modelos de produção de casa-mercadoria não reverterão o problema. Portanto,

o discurso do *déficit habitacional* torna-se uma ilusão, pois o problema da moradia não está no desequilíbrio entre oferta e demanda. A solução apresentada se dá via “mercado” através da produção capitalista de unidades habitacionais, ou ainda, a crença nas promessas do urbanismo moderno que não deixa de ter como objetivo a maximização do lucro, a valorização capitalista do espaço urbano, e que, conseqüentemente, intensifica a exclusão social. Para Lefebvre (1999, p. 124), pensar uma solução para a problemática urbana não é pensar “um crescimento organizado (planejado) das forças produtivas”.

Dessa maneira, partindo das análises dos autores Garcia e Castelo (2011) anteriormente supracitados, identificamos algumas inconsistências nas suas argumentações, uma vez que, a). Pode-se identificar que através da especulação imobiliária há a formação de estoques de bens imóveis na expectativa de que o seu valor de mercado aumente futuramente para obtenção de maiores lucros. b) A elevação dos preços, através da oferta de unidades para aluguéis, acaba possibilitando aos capitalistas auferir uma renda extraordinária, enquanto que aos trabalhadores empobrecidos e que não dispõem de nenhum imóvel para habitar, ficam subordinados a possibilidade de conseguir encontrar ou não um imóvel de acordo com a sua renda.

Logo, a cidade capitalista é marcada, na grande maioria das vezes, pelo *superávit habitacional*, onde pessoas com renda inferior aos critérios pré-estabelecidos para a aquisição de imóveis são impedidas de conseguir suas moradias por não possuírem garantias financeiras de pagar as prestações, taxas ou de não cumprirem com os contratos. Este processo é uma das formas da materialização do espaço urbano como *valor de troca*. Como nos descreve Lefebvre:

Assim, os proprietários de terra e a burguesia, quando não personificados na mesma figura, se enriquecem comprando e vendendo terra, reconstituindo sobre a base de um monopólio a propriedade e a extração da renda da terra. A propriedade da terra, reconstituída pelo capitalismo, pesa sobre o conjunto da sociedade (LEFEBVRE, 1999, p.160-1).

Podemos identificar estes como sendo,

Os mercadores do espaço que fomentam a partir da renda da terra, a especulação imobiliária, (...]. Determinando a função e o tipo de atividade oferecida, revelando o movimento de passagem do consumo no espaço ao consumo do espaço. (CARLOS, 2007, p.113).

Portanto, as contradições são inerentes e diretamente ligadas ao processo de produção do espaço no capitalismo, sendo responsáveis pela geração de extrema riqueza em alguns

fragmentos desse mesmo espaço enquanto que, numa proporção ainda maior, gera bolsões de pobreza, segregando a população mais pobre em moradias em condições precárias.

Dessa forma, atentamos para o proposto por Santos (2005, p. 132) quando afirma que “A miséria acaba por ser a privação total, com o aniquilamento, quase que total, da pessoa. A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível”. Esta distorção do papel econômico do solo urbano desencadeia um processo progressivo e autoalimentado de crescimento periférico. O déficit habitacional justifica-se dentro dessa lógica enquanto há a negação da cidadania, uma vez que é pelo nível de consumo que os sujeitos se inserem na sociedade e que será determinada a sua aceitação ou não.

A segregação socioeconômica e socioespacial torna-se algo normal e natural onde milhares de pessoas não tem a mínima condição de sobrevivência, enquanto que apenas uma pequena parcela tem total acesso à cidade com toda uma infraestrutura, através de uma série de equipamentos urbanos (escolas, delegacias, hospitais, creches etc.) garantidos pelo Estado. Quando não, essa pequena parcela se *autosegrega* indo viver em áreas cada vez mais fechadas, militarizadas e/ou “isoladas” (condomínios). Assim, a procura pela aquisição de áreas que se encaixam cada vez mais nas exigências do mercado e que são as mais disputadas, pois.

a) A aquisição de solo urbano para fins econômicos alheios às necessidades de utilização cria uma demanda adicional puramente especulativa; b) A demanda especulativa retira porções consideráveis do solo urbanizado do mercado, elevando artificialmente o seu valor, a elevação dos valores imobiliários encarece a utilização do solo e contribui para alimentar a espiral inflacionária; c) Mas, como existe uma demanda real em crescimento geométrico, acompanhado por investimentos econômicos que elevam a renda da terra, o valor do solo urbano sempre se eleva a taxas maiores do que aquelas da inflação. O efeito final reforça a demanda especulativa, que ganha novos estímulos e realimenta o processo, aumentando a sua velocidade; d) Uma parte da demanda real é expulsa para áreas cada vez mais distantes, enquanto a retenção especulativa mantém lotes ociosos ou ineficientemente ocupados nas áreas urbanizadas, à marcha urbana se expande a níveis bem maiores do que os requeridos pelo incremento demográfico. (MARICATO, 2001. p. 21-154).

Dentro da lógica do mercado, a apropriação do espaço deve ser homogênea. Entretanto, esse processo acaba provocando a desigualdade e a segregação socioespacial e socioeconômica, sobretudo da população pobre.

Nossas cidades são verdadeiras bombas sócio-ecológicas um grande negócio nas mãos de poucos. “Ou seja, *lobbys* muito bem organizados funcionam, para levar a cidade a um caminho onde há uma enorme extração de mais-valia com construções visadas ao interesse do grande capital internacional na forma de

obras faraônicas”. (MARICATO, 2013, p.19).

Na medida em que o espaço é concebido por essa forma de pensamento como única maneira de desenvolvimento, este não se configura mais como neutro, mas sim determinado pelas relações sociais impostas por uma elite que, ao se apropriar do Estado, imprime e define discursos hegemônicos (através do monopólio da informação e da terra), desconsidera as desigualdades existentes na sociedade impregnando necessidades no espaço através da hipervalorização financeira dos terrenos pelo fetichismo das mercadorias, pelos modelos e padrões de consumo, de casas e prédios (valorização fundiária).

Uma vez favorecidos pelo acesso restrito à infraestrutura urbana garantida por esse mesmo Estado, muitas vezes em “parceria” com a iniciativa privada, essa elite determina o nível e o consumo, intensificado o fluxo de informações e capital, garantido pela constante militarização e controle da vida dos sujeitos que podem ter acesso a esses espaços.

Um movimento a ser feito é o de pensar o processo que parte da valorização fundiária – do solo urbano -, articula-se como um momento necessário à valorização imobiliária – do espaço construído, dos bens imóveis, das edificações – para produzir a valorização do espaço como condição, meio e produto das novas e futuras valorizações que reproduzem o capital através da produção contínua de novos espaços. As novas mediações financeiras e institucionais colocam a possibilidade de um mercado de garantias que têm na propriedade imobiliária (imóvel) um ativo flexibilizado e que impõem a realização da moradia como puro negócio econômico (leia-se imobiliário-produtivo e financeiro). Esse movimento produzido pela valorização fundiária/imobiliária/espacial/estatista permite entrever um caminho possível que vai da renda da terra à produção do espaço como forma específica de produção do valor, o que nos fundamenta para a compreensão dos conteúdos atuais do processo de capitalização/ valorização dos espaços. [...] assim no urbano a terra não pode ser vista como um simples meio de produção, mas como uma mercadoria produzida e reproduzida socialmente através da história, em um processo assentado na produção de valor e de lucros. (VOLOCHKO, 2015.p.98-99).

Consequentemente, por essa concepção de desenvolvimento econômico, político e social, cada vez mais os indivíduos que não se inserem ou não conseguem se adequar a esse modelo de sociedade por não possuir o poder de consumo são afastados. Essa população com maior poder para consumir segrega uma massa empobrecida, desfavorecida e desvalorizada. Sem dúvida nenhuma, as três forças que comandam hoje o crescimento das cidades são “a indústria automobilística, que controla o interesse do transporte coletivo, o capital imobiliário e o capital das empreiteiras no atual crescimento da especulação imobiliária” (MARICATO, 2013, p.19-24), que através da *renda da terra urbana* provocam o aumento do seu preço e (re)valorizam e/ou supervalorizam o aluguel de terrenos e imóveis.

O *boom* imobiliário não é progresso, ele empobrece toda a cidade basta ver a quantidade de prédios vazios que encontramos. [...] Ele pega uma parte da riqueza produzida por toda a sociedade e a coloca no bolso de alguns, que são os proprietários imobiliários e principalmente os incorporadores. (MARICATO 2013, p. 21).

Sendo assim, a capacidade de criar o espaço é, na grande maioria das vezes, medida pela apropriação de bens (públicos e privados) que se encontram distribuídos ou unidos através do dinheiro que se possui. A posição de determinados sujeitos no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa, a partir do seu poder de consumo, tornando-se uma das formas por excelência de ostentação do poder. Para David Harvey no livro intitulado *ciudades rebeldes* o problema esclarece ele é que,

O problema, porém, é que vivemos em uma sociedade em que o próprio capitalismo se tornou incontrolavelmente feroz. Políticos ferozes fraudam gastos; banqueiros ferozes saqueiam o dinheiro público a qualquer custo; operadores de fundos de risco e gênios dos fundos de investimento em empresas de capital fechado saqueiam o reino da riqueza; companhias telefônicas e empresas de cartões de crédito cobram tarifas misteriosas nas contas de todos; as empresas e os ricos não pagam impostos enquanto mamam nas tetas das finanças públicas; comerciantes superfaturam suas mercadorias; e sem a menor hesitação, passam o conto do vigário nos mais altos escalões do mundo empresarial e político. Uma economia de espoliação em massa, de práticas predatórias que são verdadeiros assaltos à luz do dia – em particular dos pobres e vulneráveis, dos mais simples e carentes de proteção das leis – está na ordem do dia. E, seja como for, caso sejam descobertos por seus atos hediondos há inúmeras maneiras de proteger a riqueza pessoal dos custos das ilicitudes das corporações” [...]. Infelizmente, é isso que muitos desatentos não conseguem ver ou fingem não ver nem reivindicar. [...]. Tudo conspira para nos impedir também de vê-lo ou exigí-lo. É por isso que o poder político veste com tanta pressa as roupas da moral, da ética e da razão superiores, disfarçada para que ninguém possa vê-lo tão desnudo em sua corrupção e tão estúpido em sua irracionalidade. (HARVEY, 2014, p. 274-276).

Os sujeitos sociais excluídos e explorados por essa lógica se organizam social e politicamente dentro do contexto propondo uma nova visão de sociedade, acreditando assim que através da pressão política exercida, possam modificar as suas realidades exigindo os direitos que lhes são garantidos pela lei. A questão habitacional no Brasil pressupõe que os imóveis urbanos e rurais deveriam cumprir com a sua *função social*, ou seja, o problema seria plenamente solucionado pelo acesso à habitação e à terra, não requerendo assim novos empreendimentos, programas, projetos etc.

Mas caso fosse cumprida a lei, a quantidade de imóveis ociosos retidos poderia suprir essa questão? A resposta é não, pois se deve lembrar que a regulamentação, o funcionamento e

a aplicação das leis servem, acima de tudo, para a garantia do capital que tem no “lucro e na propriedade privada” as bases sociais, políticas e econômicas do seu sustento, da sua manutenção, da sua repressão e dominação garantidas por um “Estado democrático de direito”.

Pode-se aprofundar o debate da forma em que as contradições são expostas através dos estudos de Harvey (2006) na obra intitulada “A produção capitalista do espaço”, onde o autor aborda o conceito de Estado e analisa as principais contradições desse sistema legal. Pela análise do autor, não se deve desvincular a formação do Estado.

Em sua perspectiva jurídica e política dos interesses de classe dos elementos que, quase que invariavelmente, ocupam as posições privilegiadas para a tomada de decisões que atingem toda a coletividade e é exatamente neste contexto que a forma com a qual a cidade é pensada e planejada é, primordialmente, amparada nesses interesses da classe dominante, desconsiderando inicialmente os interesses da população desprovida desses privilégios do acesso primeiro à moradia e segundo aos aparelhos públicos que suplementem esse valor de uso decorrente de sua habitação. Segundo o autor o Estado capitalista pode ser definido a partir de determinadas características sendo a primeira:

1ª. O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo. (HARVEY, 2006. p. 81-82).

Nesse processo o papel do Estado na regulação da relação capital- trabalho acaba desempenhando um papel importante, uma vez que baseado num contrato legal “todos são iguais” perante a lei. Dando continuidade à sua argumentação o autor afirmar que,

2ª. A segunda estratégia para solucionar a contradição se baseia na conexão entre ideologia e Estado. Especificamente, os interesses da classe dirigente podem, com sucesso, universalizar suas ideias como “ideias dominantes”. Provavelmente, esse será o caso que resulta do processo real de dominação de classe. [...]. Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de “justiça”, “direito”, “liberdade” são apresentados como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. (HARVEY, 2006. p. 82-83).

Destacamos aqui o papel que a mídia, enquanto aparelho ideológico de formação onde através de divulgação de informações pelos meios de comunicação (rádios, revistas, jornais, etc.). Acaba exercendo um poder na difusão, defesa e elaboração de um a única forma de pensamento. Outras características que destacamos são:

3ª. O uso do poder do Estado. Deve-se garantir o direito da propriedade privada sobre as mercadorias em troca, de modo que “ninguém se apodere da

propriedade do outro pela força” e de modo que “cada um renuncie à sua propriedade de modo voluntário” (MARX, 1973:243). [...] O capital não é nada mais do que dinheiro reposto na produção e na circulação para render mais dinheiro. [...] Estado deve se empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade. [...] o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (MARX e ENGELS, 1970:80). O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. (HARVEY, 2006. p. 83-84).

Como direito da propriedade privada sobre as mercadorias deve ser garantindo cabe ao Estado organizar (através das suas instituições) por meio das leis (normas, regras, códigos, portarias, etc.) uma série de exigências, baseadas na argumentação de que “todos são iguais” perante a lei com seus direitos e deveres a cumprir. Assim, o Estado desempenha um papel importante enquanto regulador da sociedade, nesse sentido

4º. [...] o Estado. [...] Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista; 5º. Estado – que podemos chamar de democracia social burguesa – está bem aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção. Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. [...] O direito de propriedade privada constitui a base do poder econômico, mas, sob o sufrágio universal, os privilégios da propriedade privada são substituídos pelo poder correspondente a “uma pessoa, um voto”, que constitui a base imediata do poder político. (HARVEY, 2006. p. 84-85).

Nesse sentido o sistema democrático é baseado num Estado de direitos, esses por sua vez são garantidos pela força da representatividade de setores e classes, assim cabe aos eleitos democraticamente por um determinado sistema político, exercer seus cargos enquanto dirigentes numa disputa “harmoniosa” entre todos no controle e funcionamento das instituições que compõem esse Estado internalizando dentro de si uma disputa de classes, onde a força social e de decisão é determinada pela organização de setores da sociedade. Nesse sentido a burguesia é apenas capaz de ...

6º. [...] controlar apenas de modo indireto. [...]o Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho; 7º. O relacionamento entre o Estado e a luta de classes; portanto, é inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma

grande conspiração capitalista para a exploração dos trabalhadores. [...]o modo capitalista de produção e a democracia burguesa são orgânicos entre si e não estão simplesmente relacionados de modo conjuntural. (HARVEY, 2006. p. 86-88).

Dessa maneira, concordamos com o autor supracitado uma vez que, o Estado coloca-se a partir da regulação de um sistema legal, através de uma ideologia e da força (polícia e forças armadas) onde os interesses de uma determinada classe são colocados de forma persuasiva como “ideias de todos”, onde as noções de “justiça”, “direito”, “liberdade” são apresentados como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico.

Esse mesmo Estado deve, quando necessário, remover as barreiras (as minorias étnicas, povos tradicionais, camponeses, sem tetos etc.) em favor da mobilidade capitalista. Ou seja, o Estado capitalista desempenha um papel importante na regulação, enquanto instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho.

Entretanto, esse mesmo “Estado democrático de direito” pode realizar reformas estruturais básicas do sistema⁵, sem atingir de forma fatal “a propriedade e o lucro”, ou seja, através das regulamentações, do real funcionamento e aplicabilidade das leis, da realização de políticas públicas urbanas efetivas que devendo tutelar atos voltados para a implementação de objetivos que sejam pensados para o uso adequado da propriedade, bem como a garantia de direitos para os desprovidos legais visando à garantia mínima de um “Estado de bem estar social, onde a circulação do capital, a propriedade e o lucro, permaneceriam intactos, ao menos por um tempo” (HARVEY, 2006. p. 89-90).

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo apresentaremos a revisão das políticas públicas de moradia, o modelo do Banco Nacional de Habitação (BNH-1964), o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC - 2007) e a relação com os programas habitacionais dos governos federal e estadual, respectivamente, Minha Casa, Minha Vida (PMCMV-2009), onde traremos as principais características, estruturas e identificação dos principais objetivos e justificativas para criação e manutenção, apresentando as críticas, e como ocorrem em Sergipe e no Brasil.

Entendemos que essas políticas são elaboradas com a alegação de ataque em grande escala ao déficit habitacional, onde a *moradia* por esse programa é entendida e (re)produzida enquanto *valor de troca*. Partindo de estudos sobre a realidade brasileira em Andrade (2013); Azevedo (1988); Campos (2006); Ferreira (2012); França (1999); Maricato (2002, 2015); Pereira (2004); Rodrigues (1997); Santos (1998).

2.1. O modelo de política de moradia do Banco Nacional de Habitação (BNH-1964)

Originado de um processo de planejamento por parte do Estado para a “resolução” do problema da habitação, surge no ano de 1964⁶ um modelo de política de moradia, intitulado Plano Nacional de Habitação (PNH), esse por sua vez, a partir de uma série de estudos e pesquisas dá subsídio para a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Essa política baseava-se em um conjunto de características que deixaram marcas importantes na estrutura institucional e na concepção dominante de política de moradia nos anos que se seguiram. Essas características podem ser identificadas a partir dos seguintes elementos fundamentais:

1º. A criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que chegaram a atingir um montante bastante significativo para o investimento nessa política; 2º. À criação e operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, em nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada, pelos órgãos executivos; 3º. A criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou a partir de critérios definidos centralmente. 4º. A criação de uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas e fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo órgão central. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Caderno 4. p.9).

Os objetivos da criação do BNH e dos demais órgãos a ele relacionados sempre foram

explícitos. Em todos os documentos oficiais da instituição, e mais claramente no relatório referente ao exercício de 1969⁷, são definidos os critérios e as linhas de ação dessa política como:

1°. Coordenação da política habitacional e do financiamento para o saneamento; 2°. Difusão da propriedade residencial, especialmente entre as classes menos favorecidas; 3°. Melhoria do padrão habitacional e do ambiente, bem como eliminação de favelas; 4°. Redução do preço da habitação pelo aumento da oferta, da economia de escala na produção, do aumento da produtividade nas indústrias da construção civil e redução de intermediários; 5°. Melhoria sanitária da população; 6°. Redistribuição regional dos investimentos; 7°. Estímulo à poupança privada e, conseqüentemente, ao investimento; 8°. Aumento da eficiência da aplicação dos recursos estaduais e municipais; 9°. Aumento de investimentos nas indústrias de construção civil, material de construção e de bens de consumo duráveis, inicialmente de forma acentuada – até o atendimento da demanda reprimida – de forma atenuada, mas permanentemente, para o atendimento das demandas vegetativas e de reposição; 10°. Aumento da oferta de emprego, permitindo absorver mão-de-obra ociosa não especializada; 11°. Criação de polos de desenvolvimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas rurais. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Caderno 4. p.10-11).

No Brasil essa política se especializou nas capitais dos estados, buscando atender principalmente as regiões metropolitanas que se encontravam em crescimento acelerado populacional a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Salvador, Recife, Fortaleza, Aracaju, Vitória. Segundo dados do Banco Nacional de Habitação (BNH) entre os anos de 1964 a 1986 foram entregues um total de 4,3 milhões de unidades, sendo 2,4 milhões com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para população de baixa renda⁸.

Durante o período de vigência do BNH/SFH (1964/1986), a produção social de moradias correspondeu a 4,5 milhões de unidades, o que representa em torno de 25% do parque imobiliário brasileiro produzido no período, sendo que desse total, “somente 1,5 milhão de unidades foram destinadas as camadas mais pobres da população, tendo sido produzidas apenas 250 mil unidades em programas alternativos, ou seja, para pessoas com rendas entre 01 e 03 salários mínimos”. (AZEVEDO, 1988 apud CAMPOS, 2006. p. 229).

No contexto de Sergipe essa política concentrou-se inicialmente na Região Metropolitana de Aracaju (RMA):

Essa política se concentrou inicialmente, pela Região da Metropolitana de Aracaju (RMA) constituída pelos municípios de: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Maruim. Posteriormente, por decisão política, foram incorporados os municípios de Riachuelo e Itaporanga d’Ajuda, como forma de inseri-los nas linhas de transportes

suburbanos, uma vez que os mesmos não preenchiam os requisitos exigidos para a participação na referida região. Com um total de imóveis entregues de 30.578 unidades habitacionais. (FRANÇA, 1999. p. 20).

Durante esse período (1969-2002) foram construídas mais de 20.579 unidades habitacionais, distribuídas em 45 projetos. Entretanto o que aconteceu na prática foi que a edificação de grandes estruturas habitacionais na RMA expôs...

A fragilidade dos municípios pequenos perante à imposição do Estado que, dissociado de planejamento para a geração de empregos e renda, engendrou elementos novos na problemática social, modificando o desenho urbano e confinando a população na periferia em verdadeiros bolsões de pobreza, intensificando o problema das invasões e ocupações irregulares. (CAMPOS, 2006. p. 242).

Assim, as grandes intervenções realizadas no espaço por essa política causaram mudanças estruturais, econômicas, ambientais, políticas e populacionais profundas implicando numa nova ordem socioespacial/socioeconômica e em novas funções urbanas assumidas pelo Estado, que passou a “interagir” com os segmentos capitalistas: industrial, automotivo, imobiliário etc. Com o discurso de atender “aos interesses e reivindicações populares, ora como mediador, ora como propulsor do processo de reestruturação espacial” (CAMPOS, 2006, p. 227).

Com a construção desses conjuntos habitacionais, em áreas distantes do centro passou a existir um novo problema, uma vez que o entorno desses projetos se tornaram atrativos para aqueles que, “num primeiro momento tinham a esperança de um dia ser contemplados” (CAMPOS, 2006. p. 229) surgiram nova demanda sociais o que acelerou ainda mais os processos de favelização da periferia da Região Metropolitana de Aracaju (RMA).

A construção de grandes conjuntos habitacionais nas áreas de periferia urbana, justapondo-se aos processos de favelização, além de ampliar o desequilíbrio ambiental urbano, delineia outros fatores que contribuem para a leitura das desigualdades sociais muito além da pobreza e de sua segregação no espaço e para a exclusão de direitos à cidadania e ao conforto urbano. Fato que exprime um cenário de difícil intervenção para sua melhoria e que desafia novas formas de pensar e intervir na cidade. (CAMPOS, 2006. p. 243).

Os primeiros conjuntos habitacionais na RMA de Aracaju foram os: “conjunto Agamenon Magalhães (1950), na zona oeste da cidade; conjunto Jardim Esperança (1974), próximo ao rio Poxim, na zona sul e o conjunto João Paulo II (1981), no bairro Industrial” (CAMPOS, 2006. p. 236-237). A seguir apresentaremos a quadro 01 Aracaju Produção de habitações populares/ COHAB-SE 1968 a 2002.

Quadro: 01- Aracaju: Produção de habitações populares/ COHAB-SE 1968 a 2002

Número	Conjunto	Ano	Unidades Construídas (UC)
01	Castelo Branco I	1968	380
02	Castelo Branco II e III	1969	428
03	Gentil Tavares da Mota	1969	78
04	Lourival Batista	1970	353
05	Médici I	1971	434
06	Costa e Silva	1972	324
07	José Ramos de Moraes	1972	72
08	Sesquicentenário I	1973	58
09	Almirante Tamandaré	1974	89
10	Duque de Caxias	1974	118
11	Jardim Esperança	1974	144
12	José Pinto Freire I	1974	82
13	José Steremberg	1974	20
14	Médici II	1974	477
15	Santo Dumont	1974	58
16	Sesquicentenário II	1974	10
17	Tiradentes	1974	249
18	D. Pedro I	1975	481
19	José Pinto Freire II e III	1977	132
20	Loteamento Lênio	1977	13
21	Princesa Isabel	1977	60
22	Senador Leite Neto	1977	425
23	Assis Chateaubriand I	1978	861
24	Assis Chateaubriand II	1979	1.272
25	Ipes I	1980	101
26	Santa Tereza	1980	554
27	Alcebíades Vilas Boas	1981	48
28	João Paulo II	1981	125
29	Gov. Augusto Franco	1982	4.510
30	Gov. José R. Leite	1982	224
31	Parque dos Artistas	1982	112
32	João Andrade Garcez	1983	112
33	Médici III	1984	112
34	Bugio III	1987	130
35	Jornalista Orlando Dantas	1987	3.656
36	Vale do Cotinguiba	1987	240
37	Vale do Japarutuba	1987	144
38	Cerâmica II A e B	1989	144
39	Mar Azul	1989	400
40	Cerâmica III	1990	102
41	Santa Lúcia	1993	738
42	Padre Pedro I, II, III e IV	1999	2.223
43	Terra Dura I	2000	15
44	Terra Dura II (mutirão)	2001	100
45	Terra Dura II (mutirão II)	2002	171
Total			20.579

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Estratégico, CEHOP/SE, 2003, apud CAMPOS, 2006. p. 238-239.

Extinto em agosto de 1986⁹, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF), permanecendo na área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDUMA), cuja competência abrangia as políticas habitacionais, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto que a CEF estava vinculada ao Ministério da Fazenda (MF).

Dentre as críticas feitas ao modelo do BNH estão a). À atuação e a incapacidade do BNH em atender à população de renda mais baixa, pois este era o principal objetivo que havia justificado a sua criação; b). O modelo institucional adotado, com forte grau de centralização e uniformização das soluções no território nacional desconsiderando os diferentes processos históricos de formação das cidades brasileiras; c) A desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos também era apontada, bem como a construção de grandes conjuntos como forma de baratear o custo das moradias, geralmente feita em locais distantes e sem infraestrutura; d) O seu modelo financeiro que se revelou inadequado em uma economia com processo inflacionário; e) As políticas desse tipo tornaram-se totalmente aprisionadas pelas tradicionais práticas de clientelismo, a adoção desses procedimentos tornaram a seleção dos candidatos uma forma lucrativa de auto-beneficiamento político¹⁰.

2.2. Plano de Aceleração do Crescimento (PAC - 2007) e a relação com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV-2009)

No dia 28 de janeiro de 2007 o governo do então presidente Lula¹¹ criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), englobando um conjunto de retomada econômica e social, onde foi previsto um orçamento total de investimentos na ordem de R\$ 503,9 bilhões de reais¹², formado por fundos e recursos públicos das três esferas do governo. O Estado brasileiro passa então a criar programas governamentais para o setor de moradia, através de recursos do (PAC) em áreas como: infraestrutura, saneamento, moradia, transporte, energia, recursos hídricos, entre outros. Ainda nesse mesmo ano, em março de 2007, o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória (MP) nº 459¹³,

O PAC se beneficiou do artifício usado os dados do Projeto Piloto de Investimentos Público (PIPs) para constituir exceção em relação ao cálculo do superávit primário. Constava do PAC projetos de obras de: 1). Logística: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, com orçamento de R\$ 58,3 bilhões; 2) Energia: geração e distribuição de energia, combustíveis renováveis, petróleo e gás natural, com orçamento de R\$ 274,8 bilhões; 3) Infraestrutura social e urbana: luz para todos, saneamento, habitação e recursos hídricos, com orçamento de R\$ 170,8 bilhões. Este último

destino dos investimentos estava assim distribuído: 1) Habitação: R\$ 106,3 bilhões. 2) Saneamento: R\$ 40,0 bilhões; 3) Metrô: R\$ 3,1 bilhões; 4) Recursos hídricos: R\$ 12,7 bilhões. (MARICATO, 2014. p. 64-65).

Uma vez que, a quantidade de recursos destinados aos projetos de habitação, foram previstos para...

Os recursos destinados aos projetos de habitação previam que R\$ 11,6 bilhões seriam dirigidos à *urbanização de favelas*¹⁴ e R\$ 44,3 bilhões para novas moradias. Do ponto de vista das fontes de investimento na área de habitação, R\$ 10,1 bilhões teriam origem no Orçamento Geral da União (OGU), R\$ 42,0 bilhões no setor privado (SBPE ou cadernetas de poupança), R\$ 17,7 bilhões na contrapartida de Estados e Municípios e o restante no FGTS, com uma pequena componente de outros fundos. (MARICATO, 2014. p. 65).

Assim, em 25 de março de 2009, o governo federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), numa parceria entre estados, municípios, Ministério das Cidades (MC), Caixa Econômica Federal (CEF), e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o programa ficou destinado a impulsionar a construção de moradias como forma de reagir à anunciada crise internacional¹⁵ que eclodiu em outubro de 2008. Com um investimento inicial no total de R\$ 32 bilhões no programa, sendo R\$ 16 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU), para subsídio da moradia, R\$ 10 bilhões para subsídios em financiamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e R\$ 6 bilhões para financiamento da cadeia produtiva com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em sua primeira fase o programa previa a construção de um milhão de moradias no prazo de dois anos, além da promessa de geração de emprego, renda e sustentação econômica. Ou seja, a atual política de projetos financiados pelo PMCMV, privilegia quantidades ao invés de qualidade, em outras palavras:

Ao assumir como mote principal uma perspectiva quantitativa, ao invés de qualitativa. [...] e não o aprofundamento da discussão de porquê? Para que? E a quem? Deve ser dirigido os esforços do Estado através das políticas públicas de habitação para atender as demandas da população não a produção de 1 milhão de casas, pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) fortalece a tradição, de deixar em segundo plano aspectos de qualidade arquitetônica e dos impactos urbanos causados por essa produção. De forma geral, a equação entre quantidade e qualidade, deve incidir sobre a constante redução dos custos da construção, sendo um dos desafios mais difíceis para a arquitetura e o urbanismo. (FERREIRA, 2012, p.47).

O programa alcançou todas as metas das duas primeiras fases e, em março de 2015, chegou à marca de 3.857 (três milhões oitocentos e cinquenta e sete) unidades construídas. Desse total, as famílias beneficiadas já receberam 2.169 milhões de moradias. Mais 1.688 (um milhão seiscentos e oitenta e oito) casas e apartamentos foram contratados para entrega nos próximos meses e anos de 2016¹⁶. Os recursos investidos colocam o programa do governo federal entre os maiores do mundo, desde o início em 2009, foram liberados R\$ 139,6 bilhões em financiamentos dos bancos, principalmente da (CEF).

No estado de Sergipe, especificamente na Região Metropolitana de Aracaju (RMA): o PMCMV entregou 36.209 mil unidades habitacionais em 2014, beneficiando mais de 106,68 mil famílias¹⁷. Abaixo apresentaremos a tabela 01, referente ao ano, municípios e unidades habitacionais entregues entre 2010 a 2014 na RMA.

Tabela 01- Região Metropolitana de Aracaju (RMA): unidades habitacionais entregues pelo PMCMV (2010-2014)

Ano	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão	Total RMA
2010	2.937	336	285	1.266	4.824
2011	3.409	360	319	1.636	5.724
2012	4.261	373	393	1.764	6.791
2013	4.666	524	461	2.624	8.275
2014	5.366	752	1.655	2.822	10.595
Total	20.639	2.345	3.113	10.112	36.209

Fonte: Ministério das Cidades, 2014. Organização: SANTOS. J. E., 2017.

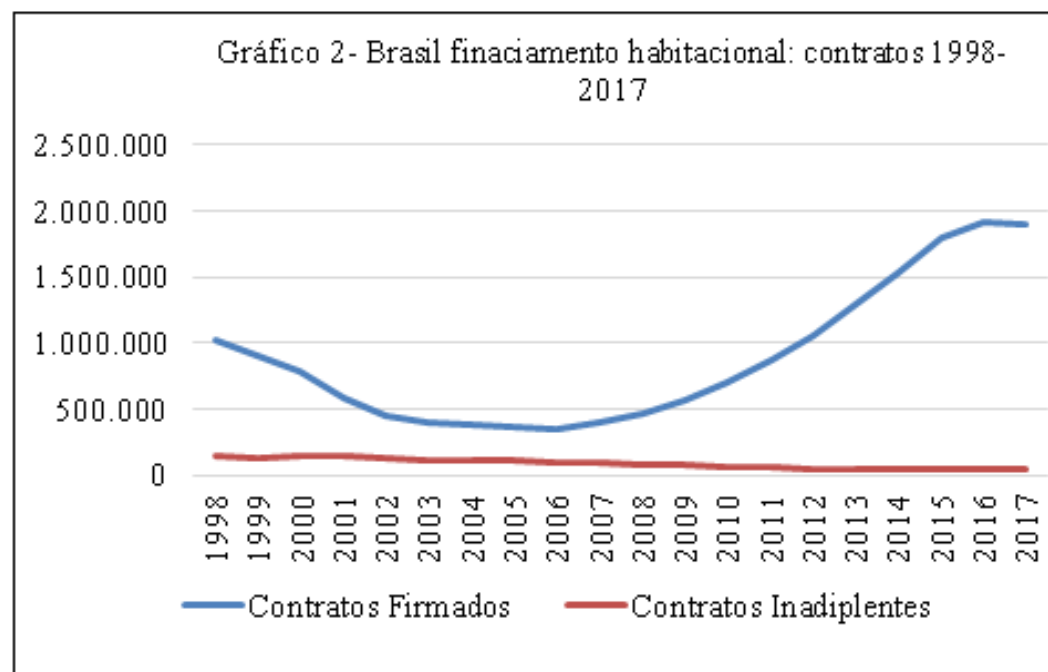
A partir da tabela 01 podemos observar que houve um crescimento gradual na quantidade de unidades produzidas na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) passando de 4.824 unid. /Hab. em 2010 para 10.595 unid. /Hab. em 2014. Ainda nesse período (2010-2014), foram entregues um total de 36.209 unid. /Hab. Além disso, os municípios que mais receberam investimentos foram: 1º. Aracaju com 20.639 unid. /Hab.; 2º. São Cristóvão com 10.112 unid. /Hab.; 3º Nossa Senhora do Socorro com 3.113 unid./hab.; 4º Barra dos Coqueiros com 2.345 unid. /Hab. Seguindo uma lógica padrão na qual os municípios com mais de 100 mil habitantes, podem ser contemplados de acordo com o seu *déficit habitacional*, o PMCMV funciona da seguinte maneira.

A União aloca recursos por área do território nacional e solicita apresentação de projetos; estados e municípios realizam cadastramento da demanda e após triagem indicam famílias para seleção, utilizando as informações do Cadastro Único da

Assistência Social do governo federal (CADÚNICO); construtoras apresentam projetos às superintendências regionais da CEF, podendo fazê-los em parceria com estados, municípios, após análise simplificada, a CEF contrata a operação, acompanha a execução da obra pela construtora, libera recursos conforme cronograma e, concluído o empreendimento, realiza a sua comercialização. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, Caderno 4. p.45-60).

A CEF detém as informações sobre todos os empreendimentos aprovados em nível nacional, é responsável por fornecer, mediante solicitação dos interessados, as informações sobre financiamento, cláusulas e projetos em andamento. Entretanto, estes são avaliados por uma seleção criteriosa junto ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) sobre fatores de risco em caso dos pré-candidatos não conseguirem pagar as prestações. Os aprovados nos critérios pré-estabelecidos pelo FAR, adquirem o empreendimento na planta.

Assim, seguindo o modelo neodesenvolvimetista, o governo federal vem adotando um discurso nos últimos anos onde uma série de investimentos do PAC para PMCMV que passa “a contribuir fortemente com o crescimento do país tanto no que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB) quanto à geração de empregos formais” (MÖLLER, 2013, p.179)¹⁸. A seguir apresentaremos o Gráfico 2- Brasil financiamento habitacional: contratos (1998-2017).



Fonte: Câmara Brasileira da Indústria de Construção- SBPE¹⁹. Organização: SANTOS, Jorge Edson. PPGEU/UFS.

A partir do gráfico apresentado podemos observar uma queda de 1998 a 2002, fruto da desaceleração econômica e dos (des)investimentos na área de habitação por parte dos governos neoliberais (FHC)²⁰ nos financiamentos de contratos habitacionais já a partir de 2007 há uma acessão em 10 anos no quantitativo desses contratos.

Ainda dentro da descrição dessas normas podemos observar um constante aumento no número de contratos entre 2010 a 2017. Isso tem por consequência uma série de impactos na cadeia industrial interna de matéria-prima e em setores secundários na movimentação de recursos e investimento que não estão na grande maioria das vezes em articulação com os planejamentos e gestão das cidades as consequências para isso são catastróficas uma vez que se cria uma expectativa distorcida e distante da realidade dos valores, dos projetos e das demandas, assim entendemos financiamento habitacional como:

Necessário à produção e ao consumo da moradia. [...] uma vez que, para o grande capital ao longo da *produção* trata-se da imobilização de capital significativo durante longo período de tempo, já com relação ao *consumo* é fundamental porque habitação é uma mercadoria especial, de alto preço, que exige crédito para sua compra. Essa condição não é recente no capitalismo. Por financeirização entendemos a hegemonia do capital financeiro e sua condição de criar capital fictício a partir do mercado imobiliário. (MARICATO, 2014. p. 74).

Nos projetos de moradia para famílias com renda de três a dez salários mínimos, o financiamento às empresas do mercado imobiliário provém da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A prioridade nestes casos são os mutuários com faixa de rendimento entre três e seis salários mínimos. Seu fluxo de operações é: 1) lançamento e comercialização; 2) após conclusão da análise e comprovação dos rendimentos dos mutuários é assinado o Contrato de Financiamento à Produção (CFP); 3) durante a obra a CEF financia ao mutuário pessoa física, e o montante é abatido da dívida da construtora; 4) os recursos são liberados conforme cronograma de obras, após vistorias realizadas pela CEF; 5) concluído o empreendimento, a construtora entrega às unidades aos mutuários²¹.

Ao analisar a proposta do PMCMV e fazendo uma comparação com o que foi a experiência do BNH, enquanto política habitacional do regime militar (período de maior índice de construções de moradia no país) é possível observar que a experiência recente já mostra alguns impactos negativos sobre as cidades como a precarização do trabalho...

A precarização do trabalho (inclusive com denúncia de trabalhos análogos a escravidão) esteja presente (na arregimentação da força de trabalho de mais baixa renda, por exemplo), mas há uma tendência de formalização de trabalhadores que são submetidos ao regime de premiação por produtividade. A arquitetura é terceirizada (como o marketing) e se resume a arranjos de modelos padronizados nos diferentes terrenos disponíveis. (MARICATO, 2014. p. 65).

Seguido da localização inadequada de alguns dos conjuntos habitacionais:

A maior parte da localização das novas moradias, grandes conjuntos sendo alguns, verdadeiras cidades será definida nos municípios e metrópoles, por agentes do mercado imobiliários sem obedecer a uma orientação pública, mas à lógica do mercado. Não podemos afirmar que prefeituras e governos estaduais garantem, usualmente, melhores localizações. Essa não tem sido a regra, mais as empresas, com suas estratégias individuais, certamente não oferecerão, em conjunto, um cenário de maior racionalidade. (MARICATO, 2014. p. 76).

O aumento da renda da terra urbana e dos imóveis através de “investimentos” em habitação tem...

O aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado, de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis desde o lançamento do PMCMV. Segundo a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP), o preço de lançamento do m² de imóveis de dois quartos subiu 25% no primeiro trimestre de 2010 em comparação com o primeiro trimestre de 2009, somente em São Paulo. (MARICATO, 2014. p. 78).

Em Sergipe...

Somente em setembro de 2016, o estado possui o sétimo maior preço de material de construção civil por metro quadrado (m²) do Nordeste, R\$ 866,71/m², ficando à frente dos Estados de Pernambuco (R\$ 855,55/m²) e Rio Grande do Norte R\$ (832,62 /m²). Comparado a agosto, de 2015 o custo da construção por m² subiu 0,51%, o índice registrou aumento de 7,73%. E em 12 meses, a variação foi de 7,55%. Em todo país, o índice apresentou variação de 0,26% em setembro, ficando 0,44 pontos percentuais abaixo da taxa de agosto (0,70%). O índice acumulado de janeiro a setembro foi de 4,86%. Nos últimos doze meses, a taxa situou-se em 6,07%, acima dos 5,96% registrados nos doze meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2014 o índice fora de 0,16%. O custo nacional da construção, por metro quadrado, que em agosto fechou em R\$ 955,12, em setembro passou para R\$ 957,63, sendo R\$ 512,51 relativos aos materiais e R\$ 445,12 à mão de obra. A parcela dos materiais apresentou variação de 0,32%, subindo 0,11 pontos percentuais em relação ao mês anterior (0,21%). A mão de obra registrou variação de 0,20% e ficou 1,08 pontos percentual abaixo da taxa de agosto (1,28%). Os acumulados do ano

são 3,06% (materiais) e 7,01% (mão de obra), sendo que em doze meses ficaram em 3,97% (materiais) e 8,58% (mão de obra), respectivamente²².

Um pratica histórica é que as elites da sociedade brasileira têm como tradição histórica capturar recursos públicos para atender, via mercado, as demandas das camadas de renda média e alta, nega-se assim o direito a cidade como um todo, para a grande maioria da população segregada social/econômico/politicamente de algo fundamental só lhes resta sobreviver e se (re)produzir em áreas de risco ambiental, lugares distantes, insalubres etc. Para os não se “adaptam” a essa proposta de sociedade a inconformidade dos que “estão de fora” para com as injustiças urbanas acabam por fazer da luta social/econômica/política por direitos algo concreto e repleto de sentido.

Tudo acaba nos levando a crer que os conflitos (pela/na cidade) tendem a ser e se tornar cada vez mais intensos, ainda que estes apresentem mudanças temporárias de acordo com a conjuntura e com a dinâmica social. Quando as “(...) condições de vida cada vez mais precarizadas dos que vivem nas cidades impactam significativamente no modo de vida urbano, fatores como o aumento do desemprego, a violência e o caos em que encontram as nossas cidades são fonte de muitos problemas sociais, e isso é fatal para as cidades. ” (MARICATO, 2014. p. 84).

As políticas macroeconômicas adotadas não são capazes de solucionar os gravíssimos problemas atuais e alguns de seus frutos (conjuntos habitacionais) que impactam a sociedade e os territórios. Aquilo que muitos (gestores, políticos, empresários, consultores, arquitetos etc.) julgam ser as soluções para as cidades no enfrentamento ao *déficit habitacional* podem trazer por consequência mais problemas do que constituir soluções.

2.3. As atuais políticas públicas de habitação no Brasil

A realidade brasileira vem sendo marcada pela inserção subordinada do país no mundo globalizado, no aprofundamento da miséria e da desigualdade alimentadas em grande parte por políticas neoliberais que tem por princípio defender a não participação e a redução do Estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio e do consumo, para garantir o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social.

Tendo como uma das suas formulas as privatizações de empresas estatais (a exemplo: Companhia Vale do Rio (CVR) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia

Siderúrgica de Tubarão (CST), Companhia Siderúrgica Paulista (CSP), COSIPASM, MITRIFLEX, FOSFÉTIL, etc.) seguem o discurso adotado pelos seus formuladores e governos, como sendo pensadas para solucionar o pagamento da dívida externa do país visando estimular a “*redução da pobreza em padrões aceitáveis mais nunca o seu fim*” (PEREIRA, 2004, p.1-17).

Recusando a ideia de que na ordem burguesa atual não há conflito, lançamos aqui um olhar sobre as políticas e os programas habitacionais, no atendimento às demandas da população. Isso, por sua vez, nos permite analisar os impactos alcançados no desenho de tais políticas e, ao mesmo tempo, como são utilizados os discursos, os projetos, e a forma de planejamento na justificativa para a realização dessas.

Nesse âmbito, destacamos as contradições intrínsecas das mesmas bem como a descontinuidade dos programas habitacionais que se mantiveram atrelados às coligações político-partidários de governos não se caracterizando enquanto políticas de Estado em prol de universalização do direito à habitação digna tornando-se distantes de uma proposta de cidadania²³. Ou seja, a prioridade desses programas não tem como prioridade o acesso ao direito à cidade enquanto condição humana

Os programas habitacionais têm como fundamento principal a política habitacional com interesse *apenas na quantidade de moradias*, e não no fundamento do direito a cidade, enquanto condição humana. [...]. Quando esses programas/projetos/modelos se remetem apenas à construção civil o seu foco é num primeiro momento a tarefa de geração de postos de trabalho, pois assim criam-se demandas para trás, na indústria que a alimenta (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia) e para frente, após sua conclusão (eletrodomésticos, mobiliários para as novas moradias). (MARICATO, 2014.p.75).

Portanto,

Os empreendimentos e as políticas dos conjuntos habitacionais significaram apenas uma promoção de ascensão econômica *para uma parte* da população, configurando-se assim como acesso à habitação em nível individual, desvalorizando no seu atendimento a universalização dos direitos, essas geralmente não, possibilitam de maneira estrutural a expansão do acesso, do abastecimento, e da participação política, ou seja, do real direito a cidade. (MARICATO, 2002, p.78.).

A partir da apresentação dos parâmetros desses programas, suas exigências, vantagens, diferenças e semelhanças, verificamos a existência de problemas nos modelos propostos, uma vez que todos eles têm como objetivos, diretrizes, elaboração, planejamento, táticas, estratégias, existência e conclusão a avaliação e a sujeição aos bancos (públicos ou

privados) como principais articuladores e financiadores dessas políticas, que uma vez efetuadas, não visam corrigir o percurso de suas ações, tendo como principal regulador apenas o mercado financeiro.

Entretanto, esquecemos que nada regula o mercado, e, que, portanto, tais ações visam no fundo corrigir/atenuar as crises do modelo capitalista, tendo como principal válvula de escape à apropriação da natureza, vinculada principalmente a especulação imobiliária de terra, seja urbano a ou rural que uma vez travestidas de políticas públicas adotam o discurso de atacar as demandas sociais quando na verdade não o são. A partir desses elementos apresentados teceremos algumas críticas a esses programas:

a) A fragmentação, descontinuidade e desarticulação das políticas habitacionais nos três âmbitos dos governos, com evidente pulverização de recursos entre diversos programas, são problemas históricos da questão habitacional gerando graves problemas de desarticulação e desvinculação entre decisões de políticas setoriais e da territorial; b) A insegurança do mercado financeiro, a não regularização da posse de terra e a especulação são fatores, que fazem com que tais políticas não estejam realmente vinculadas às demandas sociais, e sim a demandas do mercado de terras que tem na apropriação da natureza sua saída principal para a crise estrutural do capitalismo;

c) A insegurança, nos contratos, as cláusulas abusivas (muitas vezes com conceitos confusos e subliminares), as taxas, os juros e a não certeza da posse da *habitação/terra* pela prevalência de padrões de aceite; d) A irregularidade da adequação das políticas públicas às realidades locais que se vinculam aos problemas de acessibilidade, deixando milhares de sujeitos de fora, e outros tantos presos às formas jurídicas de aquisição desiguais tendo, apenas como certeza, caso não haja o pagamento, o risco iminente de perda de suas propriedades e para os demais o sonho de ser aceito nos programas.

Assim, no conjunto dessas políticas, encontramos elementos que se caracterizam como *uma* série de contradições, uma vez que não são realizadas ações reais e significativas que atenderiam de forma ímpar, os anseios das populações segregadas do campo e da cidade nas suas demandas sociais, tais programas são insuficientes para eliminar o problema tanto do *déficit habitacional* quanto da *reforma urbana*, uma vez que estão inseridos dentro da lógica do mercado, dando maior ênfase ao rendimento dos beneficiários e não ao atendimento dos mais carentes.

Os elaboradores desses modelos/programas/projetos argumentam que as atuais políticas públicas de acesso à moradia são melhores por dar a possibilidade de um maior acesso ao consumo às pessoas de renda inferior a três salários mínimos do que as adotadas pelos governos militares²⁴, financiadas a partir de 1964, pois permitem gerar a possibilidade de consumo, e através dessa ótica poder contribui para a inclusão social e para a ampliação da capacidade da classe trabalhadora de alterar o já dado cenário de pauperização. Cria-se a confusão necessária para que as elites, evidentemente, reforcem o direito à propriedade privada como regra e princípio positivo sendo este mesmo princípio a ser perseguido por todo o “cidadão”.

Não existem cidadãos no Brasil e sim consumidores, usuários de bens e serviços [...] cria-se um modelo de desenvolvimento que sufoca o povo, tudo dentro de um objetivo capitalista. [...] criou-se uma falsa ideia de progresso, onde o consumo é o revelador de quem é ou não um cidadão. A própria mídia, capaz de influenciar nos valores e gostos populares, passa a utilizar-se intencionalmente mais do termo consumidor, substituindo e/ou igualando-o ao termo cidadão. [...]. Com a individualização crescente, decorrente da competição, do egoísmo, do medo da violência, aumenta a insatisfação individual e coletiva. (SANTOS, 1998, p. 39).

Assim, o discurso adotado pelos elaboradores dessas *políticas/modelos/projetos* que têm como princípios de seus fundamentos, inserir seus beneficiários no mercado enquanto consumidores, do bem, *casa* (via financiamento, empréstimo ou compra desses empreendimentos). Esses uma vez “incluídos” tornam-se “cidadãos” não pelo acesso garantido na lei (direito) do bem habitação.

O que pelo processo de alienação imposta acaba individualizado os sujeitos, obrigando que a energia e a força dos trabalhadores se dirijam para a luta por ascensão social (fortalecendo assim, a competitividade, o individualismo e a concorrência entre estes). Não promovendo dessa forma a realização de uma crítica aprofundada aos mesmos que traga uma perspectiva de organização e um real projeto de sociedade que tenha em seu princípio a regularização de terras, a taxação das grandes fortunas e o amplo acesso aos direitos sociais.

O Estado abdica de um projeto de inteligência projectual tanto para as cidades como para o campo, não realizando uma política pública de regularização de terras e desenvolvimento urbano e rural. O “nó da terra” continua como trava, revisitada na globalização, para a superação do que podemos chamar de subdesenvolvimento. (MARICATO, 2015. p. 37-39).

Acreditamos que os programas de habitação popular geridos pelo Estado, dentro de uma lógica de mercado a exemplo do BNH/PMCMV não tem como perspectiva, um avanço no sentido da organização das famílias para travar uma disputa de poder no acesso a essas políticas públicas (embora a condição material de ter um teto seja de fundamental importância para a garantia do descanso, após longas jornadas de trabalho) não sendo essas fundamentadas na promoção de um debate crítico acerca da *condição da vida urbana* dos que residem nas periferias do capitalismo no/do Brasil. Para isso torna-se necessário a retomada de uma agenda que promova a níveis mundial/regional/estadual/municipal uma real mudança na qualidade de vida, as quais estão sujeitos milhões de brasileiros sujeitos “beneficiados” ou não de tais políticas. Deste modo,

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na produção habitacional em escala altamente subsidiada e voltada às famílias de mais baixa renda (numa proporção que talvez nem os meios otimistas do campo da reforma urbana imaginariam) como forma de política pública acaba: 1º. Incentivando o crescimento e o avanço econômico à cadeia produtiva da construção civil (na fabricação de insumos à indústria de mobiliário, eletrodomésticos e linha branca); 2º. Causa importantes desdobramentos relativos aos vínculos entre o capital financeiro e capital imobiliário (grandes construtoras à frente); 3º. Aumento generalizado de preços dos imóveis e aluguéis; 4º. Produção de novas periferias e aprofundamento da segregação socioterritorial [...]; 5º. Converte à produção de moradia (não mais na perspectiva de melhorias, urbanização, regularização fundiária), mais sim a partir das oportunidades de “negócio” ou de uma espécie de nicho de mercado criado pelo programa. (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015. p. 165-183).

Segundo avaliação dos representantes dos *movimentos sociais* (onde aqui entendemos esses enquanto uma das ferramentas de organização da classe trabalhadora, para alcançar determinados objetivos) que atuam na cidade e em seus múltiplos territórios promovendo uma série de enfrentamentos por fragmentos do espaço urbano (no acesso ao direito à cidade) contra o capital (imobiliárias, especuladores, grileiros, etc.), apontam que ao contrário da discussão se dá em torno do papel do Estado na regulamentação da função social da propriedade no urbano há um esvaziamento intencional onde esse direito acaba ficando na esfera do controle/gestão/planejamento/participação, visando a melhor otimização do espaço-tempo.

Uma das críticas é que há uma apropriação por demandas específicas de determinados setores das sociedades (saneamento, habitação, pavimentação, coleta seletiva, etc.) não havendo uma discussão acerca da totalidade do que é a cidade no capitalismo, isso representa um aprisionamento de frações da classe mantendo os laços históricos de dependência

(clientelismo político e econômico), a burocracia tradicional, onde a demora das ações e a espera pelas soluções não condizem com uma proposta de ação imediata no sentido de resolver as reais necessidades da população, principalmente dos mais carentes.

Esses avaliam ainda que tais programas, a exemplo do PMCMV e outras políticas públicas, servem enquanto ações amortizadoras dos graves problemas sociais (falta de acesso a serviços básicos), e que os programas/políticas/programas deveriam ser conduzidos dentro de outra lógica de funcionamento, organização e financiamento, apontando que essas políticas são necessárias para cumprir demandas de prazo imediatos, porém que não serão resolvidos fora das reformas estruturais de base, a exemplo da Reforma Urbana (RU) sendo esse sim o debate prioritário para o Estado.

Vivemos um paradoxo: quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada a “mais alta do mundo”. (MARICATO, 2015. p.38-39).

Devemos atentar ainda, que tais programas fazem parte de um modelo de desenvolvimento onde o setor privado é o principal beneficiário, ou seja, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção civil, assim como a facilidade de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fazem com que as empresas/grupos, articulados com os representantes do Estado são as que mais solicitam empréstimos para construção de moradias populares, isso acaba facilitando significativamente a redução dos encargos e o aumento dos lucros uma vez que, estas priorizam e decidem na definição do local, padrão de urbanização, arquitetura, tecnologia a ser adotada, e assim por diante.

Uma simbiose entre governos, parlamento e capitais de incorporação, de financiamento e de construção promoveu um *boom* imobiliário que tomou as cidades de assalto. Se nos EUA o mote da bolha imobiliária se deu no contexto especial da especulação financeira, cremos que, no Brasil, o *core* do *boom* aliou ganhos financeiros à histórica especulação fundiária (patrimonialista/clientelista), que se manteve provavelmente ainda como espaço reservado à burguesia nacional agora no contexto da financeirização. (MARICATO, 2015. p.39).

Concomitante a isso, o aumento do preço das construções, os reajustes excessivos, as implantações de projetos técnicos repletos de burocracias inviabilizaram o atendimento em sua plenitude às camadas populares, promovendo assim, uma onda de aumento no preço da terra urbana e rural gerando lucro para alguns poucos investidores, convertendo-se na prática da especulação imobiliária, sendo prejudicial para as cidades e as zonas rurais. Além disso, quem realmente “opera” os projetos é a CEF, - que segue a racionalidade financeira de cálculo de riscos comerciais de crédito consignado e um *checklist* de pré-requisitos mínimos para a aprovação dos empreendimentos (fiscalização que muitas vezes é até terceirizada).

Apoiada principalmente na lei de alienação fiduciária²⁵, que dá a sensação de segurança às empresas na retomada de imóveis dos inadimplentes e permite, ao final, avançar na valorização posterior dos imóveis. Para os sujeitos, trabalhadores de baixa renda e/ou desempregados que ficam de fora de tais programas, restam como opções de refúgio para o descanso do corpo e tentativa de reprodução da vida: a moradia de favor, os aluguéis em cortiços, ocupações irregulares nas áreas menos valorizadas.

Neste contexto, conforme já demonstrado por (Rodrigues. 1997, p. 24), “parte dos sujeitos excluídos passam a formar movimentos de reivindicação e contestação que implementam a luta por *habitação/terra*, visando superar sua atual condição de (re)produção”. No próximo capítulo, demonstrados os elementos acerca do processo de formação da Região Metropolitana de Aracaju (RMA) a partir do levantamento de dados e do histórico de sua constituição, serão trabalhadas questões como a evolução do Índice de Gini da propriedade da terra no estado.

CAPÍTULO 3 – SERGIPE: A REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (RMA) CARACTERIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES

A seguir serão demonstrados os elementos do processo de formação da Região Metropolitana de Aracaju (RMA) a partir do levantamento de dados e do histórico de sua constituição. Será trabalhado nesse capítulo, questões como a evolução do Índice de Gini da propriedade da terra no estado de Sergipe, bem como as transformações na estrutura fundiária, sua variação do número de imóveis, área cadastrada, sua relação/influência na evolução da população urbana e rural.

Afirmamos que a intensa inversão na distribuição da população tem forte relação com a concentração da propriedade terra, com a expropriação da população rural e com a adoção de políticas públicas por parte do Estado, em diferentes épocas, visando à migração da população rural para as cidades. Assim, essa pressão populacional no sentido campo-cidade vem configurando e intensificando uma série de contradições que são exacerbadas nas cidades num novo cenário populacional da Região Metropolitana de Aracaju (RMA).

3.1. Sergipe: aspectos demográficos

Sergipe, menor estado brasileiro, com área de 21.915,116 km², localizado na porção Leste da região Nordeste, com equivalência de 0,26% do território nacional e 1,43% da região nordeste possui 75 municípios. Com uma população absoluta de 2.068.017 e densidade demográfica de 94,35 (hab./Km²). Em 2010, sua população foi recenseada em 2.068.017 habitantes. No tocante à sua localização absoluta, Sergipe situa-se entre as latitudes sul de 9°31' a 11°34' e as longitudes oeste de 36°25' a 38°14', cujos pontos extremos são: ao norte, a barra do rio Xingó, em Canindé de São Francisco; ao sul, a curva do rio Real, no Povoado Barbeiro em Cristinópolis; ao leste, a barra do rio São Francisco, na ilha de Arambipe, em Brejo Grande; ao oeste, a curva do rio Real, no povoado Terra Vermelha, em Poço Verde. (IBGE, 2010).

Segundo os dados apresentados pelo IBGE, entre os anos de 1950 e 2010, a população total de Sergipe passou de 644.361 para 2.068.017 habitantes, isso representa um acréscimo de 1.423.656 habitantes e uma variação relativa de 94,3 (hab. Km²) o crescimento demográfico é de 1,5% ao ano. A população urbana no mesmo período (1950-2010) passou de 204.984 para 1.520.366 habitantes, um crescimento de 1.315.382 com variação relativa de 641,69%. Já a

população rural, no mesmo período (1950-2010), passou de 439.377 para 547.651 habitantes, apenas 108.274 numa variação de 24,64%.

Abaixo é apresentada tabela da evolução populacional rural e urbana de Sergipe no período de 1950 a 2010, em que, além de análise da população absoluta, também é apresentado o total da sua população rural, com a sua variação absoluta e relativa, e o total da população urbana, também com a sua variação absoluta e relativa:

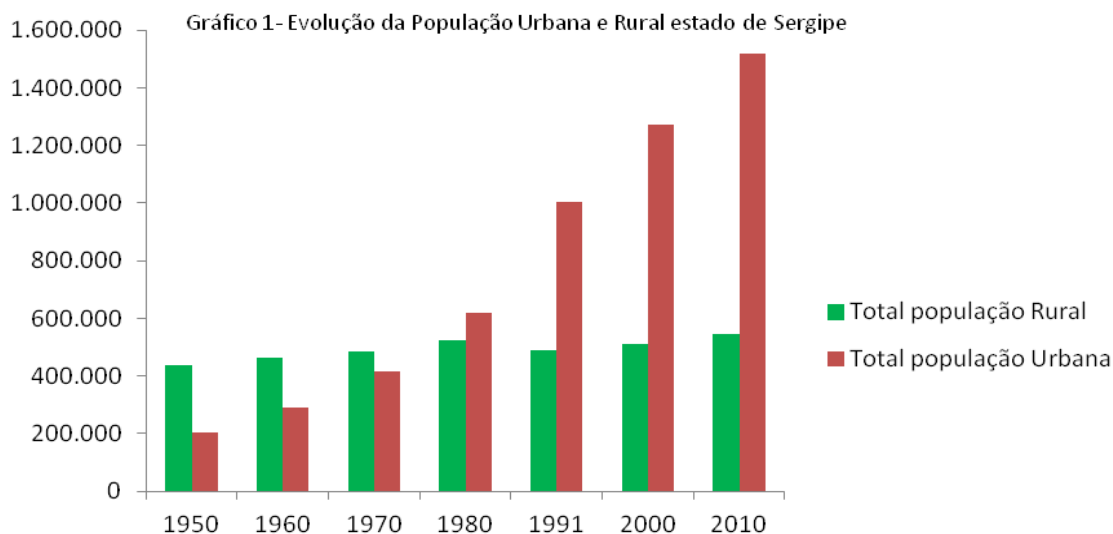
Tabela 02 – Sergipe: População Rural e Urbana 1950- 2010

Anos	População absoluta do estado de Sergipe	Total população Rural	Variação absoluta da população Rural	Variação relativa da população Rural	Total população Urbana	Variação absoluta da população Urbana	Variação relativa da população Urbana
1950	644.361	439.377	-	-	204.984	-	-
1960	760.373	462.327	22.950	5,22%	289.929	84.945	41,43%
1970	911.251	485.329	23.002	4,97%	415.415	125.486	43,28%
1980	1.156.642	522.325	36.996	7,62%	617.796	202.381	48,71%
1991	1.491.876	488.999	-33.326	-6,38%	1.002.877	385.081	62,33%
2000	1.784.475	511.249	22.250	4,55%	1.273.226	270.349	26,95%
2010	2.068.017	547.651	36.402	7,12%	1.520.366	247.140	19,41%

Fonte: IBGE. Censos demográficos da população rural e urbana em Sergipe: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Organização: SANTOS, J. E. UFS; PIBIC/FAPITEC. 2016.

Se observarmos e refletimos que a partir dos dados apresentados na tabela 02, ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 foi se configurando e se intensificando um novo cenário populacional, onde podemos observar duas tendências principais. a) o processo de urbanização em Sergipe se deu a partir do período de (1980-2010), com um acréscimo da população urbana no total de 902.570 hab./km². Com uma variação relativa de 146,09% coincidindo com as intervenções de infraestrutura realizadas pelo Estado; b) a população rural no mesmo período (1980-2010) obteve um acréscimo total de apenas 25.326 hab./km². tendo uma variação relativa de somente 7,12%, ratificando o caráter urbano que tem tomado nossa população.

Ou seja, a população urbana sergipana representa na atualidade um total de 1.520.366 hab./km², ou seja, 73,67% de todo o contingente populacional. Já a população rural representa 547.651 hab./km², ou seja, apenas 26,33% da nossa população. A seguir destacamos o gráfico 01- Evolução da População Urbana e Rural no estado de Sergipe entre (1950-2010).



Fonte: SIDRA - IBGE. Censos demográficos da população rural e urbana em Sergipe: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Organização: SANTOS, Jorge Edson. UFS; PPGEO/UFS.

Observamos que a população urbana vem crescendo aceleradamente devido à migração de pessoas provenientes de outros municípios de Sergipe, das áreas rurais, bem como de outros estados da federação, notadamente de cidades do norte da Bahia, para Região Metropolitana de Aracaju (RMA) composta pelos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão. Entretanto esse processo se deu tardiamente em relação ao Brasil. Além disso um outro fator que devemos destacar é que a população rural não sucumbiu, continua crescendo, embora não sendo na mesma velocidade que a urbana.

Assim, a RMA, por se tratar de uma área condensada proporcionalmente ao território de Sergipe (total de 859.965hab./km²), possui o título de a 4^a maior densidade demográfica do Nordeste e a 7^a maior em território brasileiro atrás somente das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife (IBGE, 2010).

Foi à metrópole do nordeste meridional que mais cresceu na última década. Junto com Salvador e Recife teve o maior crescimento demográfico metropolitano dentre as capitais da região Nordeste. (IBGE, 2010). Esse dado está melhor organizado na tabela 03 onde apresentamos a colocação, município e a quantidade de habitantes das cidades mais populosas do estado.

Tabela: 03 – Sergipe: População urbana e rural cidades mais populosas (2010)

Colocação	Localidade	População
1º	Aracaju	632.744
2º	Nossa Senhora do Socorro	172.547
3º	Lagarto	100.330
4º	Itabaiana	91.873
5º	São Cristóvão	84.620
6º	Estância	67.491
7º	Tobias Barreto	50.557
8º	Itabaianinha	40.821
9º	Simão Dias	40.199
10º	Nossa Senhora da Glória	34.799
Total	-	1.315.981

Fonte: (IBGE, Cidades 2010) Organização: SANTOS, J. E. UFS/PPGEO, 2016.

Esse processo de urbanização de Sergipe se deu principalmente devido à intensa redistribuição de uma população rural para predominantemente urbana, uma vez que esse fator está diretamente relacionado a problemas como a concentração da propriedade da terra e a espoliação e expropriação da população rural desencadeado principalmente, pela migração da população rural para as cidades.

Para entendemos isso, dos 75 municípios sergipanos apenas dez (10), ou seja, 13% destes concentram um total de 1.315.981 de habitantes correspondendo a 63% da população geral do estado isso causa essa pressão populacional que se reflete no sentido campo-cidade na geração de diversos problemas sociais (violência urbana, segregação socioespacial e socioeconômica, falta de acesso a direitos básicos etc.). Para melhor compreender quais as condições que conduziram a esta realidade, faz-se necessário, apresentar aqui o estudo realizado por Ramos Filho (2012, p. 7). Sobre a concentração da propriedade da terra rural no estado de Sergipe onde esse utiliza dados e indicadores para calcular esse fenômeno.

Um indicador muito utilizado para calcular a concentração de algum fator é o Coeficiente de Gini (CG), que varia de 0 a 1, no qual o resultado 0 é distribuição perfeita e 1 a concentração extrema. Ao calcular o CG da distribuição da propriedade da terra de Sergipe, no período de 1992 a 2011, verifica-se que, embora ocorra uma leve redução de 0,787, em 1992, para 0,725 em 2011, a estrutura fundiária continua classificada no patamar concentrado.

Ao analisar o Coeficiente de Gini (CG), sobre a evolução dos dados por estrato de área, o autor trabalha com as seguintes variáveis: anos, evolução do índice de Gini e evolução da propriedade da terra em Sergipe, conforme segue a tabela 04.

Tabela: 04 - Sergipe: Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2011)

Ano	Índice de Gini
1992	0,787
1998	0,788
2003	0,773
2011	0,725

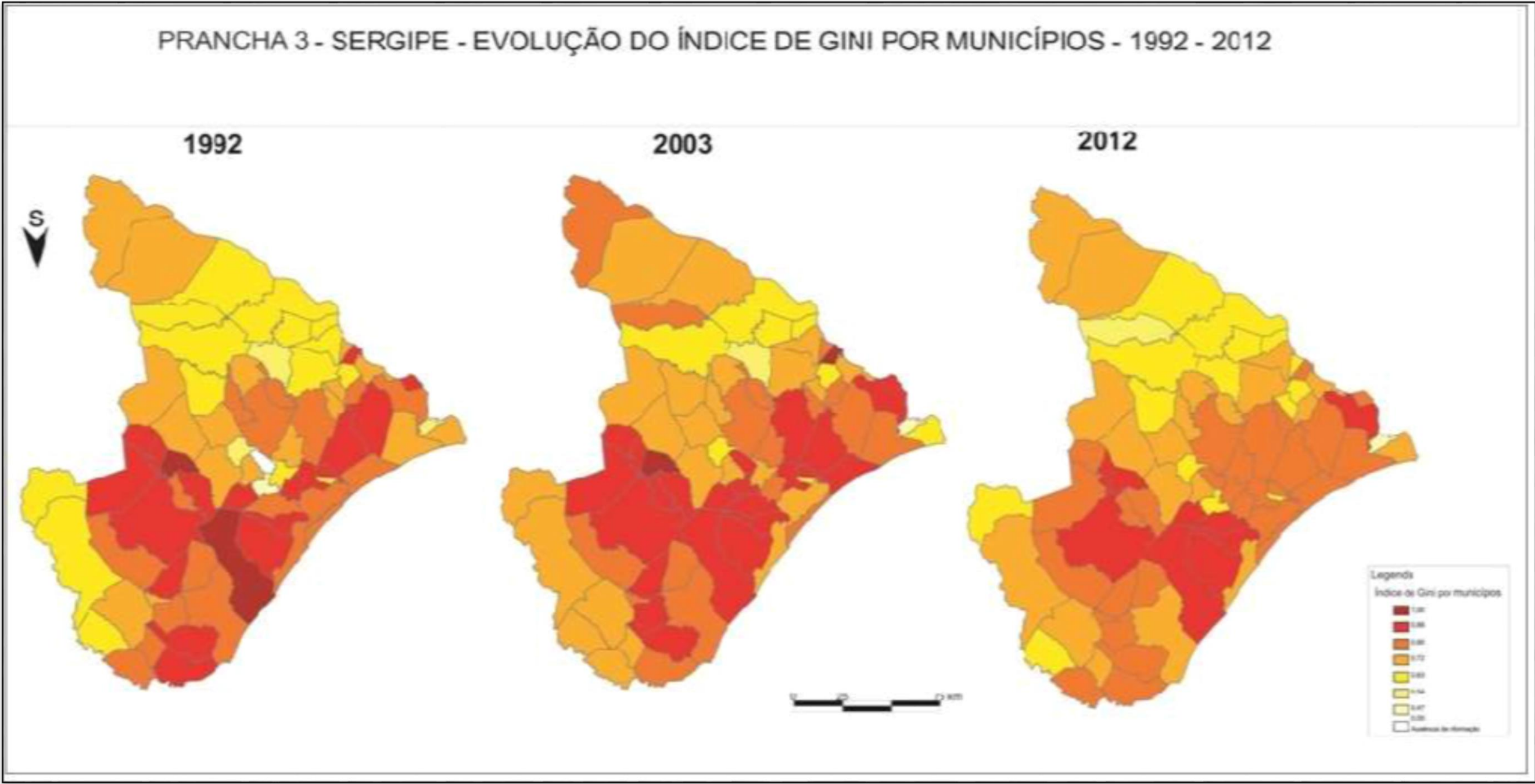
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); DATALUTA Sergipe 2010. Org.: RAMOS FILHO, E. S. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Onde pode-se notar que,

A primeira observação relevante refere-se ao comportamento do número de imóveis entre 1992 e 2011, no qual todos os estratos de área apresentaram crescimento positivo, sendo o minifúndio, a pequena propriedade em geral e a média propriedade as que mais variaram, respectivamente, na ordem de 130,84%, 130,06% e 82,62%. Por último, verificou-se a variação positiva dos imóveis grandes em apenas 2,86% (RAMOS FILHO 2012, p.8).

A partir desses dados é analisada a evolução da propriedade da terra, e sua da concentração nos municípios do estado, usado como indicador o Coeficiente de Gini (CG), onde se pode perceber ainda a concentração da terra em todo território sergipano. Como demonstrar a Figura 03²⁶ Sergipe – Evolução do índice de Gini por municípios de 1992 a 2012.

Figura 03: Evolução do índice de Gini da propriedade da terra (1992-2012)



No intuito de elucidar qual tipo de propriedade se beneficiou com a expansão da área total cadastrada correspondente a 828.899,6 hm², o autor descreve quais as mudanças na estrutura fundiária ocorreram a partir do cálculo da variação relativa do número de imóveis dividida pela área cadastrada entre os anos de 1992 a 2011.

A primeira observação relevante refere-se ao comportamento do número de imóveis entre 1992 e 2011, no qual todos os estratos de área apresentaram crescimento positivo, sendo o minifúndio, a pequena propriedade em geral e a média propriedade, os que mais variaram na ordem de 130,84%, 130,06% e 82,62% respectivamente. Por último, verificou-se a variação positiva dos imóveis grandes em apenas 2,86%.

A partir da figura demonstrada anteriormente, também pode-se identificar um intenso processo de permanência e aumento da concentração de terras na área correspondente a RMA (1992-2012). Isso reforça a nossa argumentação de que a concentração de terras no estado de Sergipe é um dos principais fatores para a expansão e aumento da população urbana no estado, fruto da não realização de uma política de (re)distribuição de terras via Reforma Agrária (RA), a partir dos dados obtidos na tabela 05 que representa as mudanças na estrutura fundiária a partir da variação relativa do número de imóveis e área cadastrada entre 1992-2011, temos em Sergipe...

Tabela 05 - Sergipe – Transformações na estrutura fundiária.
Variação do número de imóveis e área cadastrada – 1992-2011

Estratos de área	Variação do número de imóveis (%)	Variação área cadastrada (%)
Menos de 10 ha.	130,84	139,55
10 < 100 ha.	128,48	117,87
Menos de 100 ha.	130,06	121,66
100 < 1.000 ha.	82,62	65,77
Mais de 1000 ha.	2,86	8,15

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural (INCRA); Apuração especial realizada em 07/02/2011; DATALUTA Sergipe 2010 - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.laberur.ufs.br.
Org.: RAMOS FILHO, E. S. 2012, p.8-9.

Seguindo esse raciocínio Ramos Filho (2012, p.8) afirma que:

No tocante às mudanças relacionadas à variação da área cadastrada no interstício 1992-2011, por estratos definidos, constata-se que ocorreu ampliação da área em todos os estratos, sendo que a pequena propriedade foi a que mais cresceu (121,66 %), seguida da média propriedade (65,77%). Contudo, vale observar que o comportamento do estrato da pequena propriedade é impulsionado pelo forte crescimento dos imóveis de dimensão inferior a 10 ha. (139,55%). Note-se ainda a variação positiva da área da

grande propriedade em 8,15%. Apesar da área da grande propriedade ter crescido relativamente em proporções muito menores que os demais estratos de área, vale ressaltar que os números absolutos revelam que em 1992 haviam cadastrados 70 imóveis grandes, que ocupavam 123.308,4 ha. Em 2011, mesmo após as desapropriações de grandes latifúndios para fins de reforma agrária, o número absoluto dos grandes imóveis cresceu para 72, ocupando 133.361,7 ha., o equivalente a um crescimento de 10.053,3 ha.

Ainda segundo o autor:

Outra dinâmica territorial frequente no estado de Sergipe, que pode ser um dos fatores responsáveis por este crescimento implícito dos grandes imóveis e forte crescimento da área e número de imóveis médios, tem sido o parcelamento de uma grande propriedade para criação de vários imóveis de tamanho médio, cujos proprietários legais passam a ser os próprios membros da família do grande proprietário (esposa, filhos, netos, sobrinhos, etc.). Esta ardileza tem o objetivo de impedir o avanço da reforma agrária, facilitar o processo de compra e venda pelo crédito fundiário. [...]. Enquanto que as análises das aparências dos números da estrutura fundiária ocultam a permanência do monopólio familiar sobre a terra, no interior dos imóveis, as configurações territoriais explicitam a manutenção do domínio monopolizado através das formas de uso contíguo dos imóveis fragmentados e ausência de cercas de demarcação do que, supostamente, seriam terras de proprietários diferentes. (RAMOS FILHO, 2012, p.8).

Outro fato interessante nesse último período (2010-2012) é a diminuição no enfrentamento nas ocupações de terra em Sergipe

A resistência e enfrentamento dos trabalhadores se expressaram também nas ocupações de terras. Em Sergipe no ano de 2011, constatou-se um refluxo das ocupações de terras com nenhuma ocorrência desta natureza. (RELATÓRIO DATALUTA, 2012. p. 8).

Desse modo, essa conjuntura leva a acreditar que a política pública de Reforma Agrária (RA) adotada até o ano de 2014 demonstra uma permanência da estrutura concentrada da terra rural no estado de Sergipe. Uma segunda reflexão que também levantamos aqui é a de que a urbanização no estado de Sergipe ocorreu de forma posterior (ou seja, tardia, dentro do processo onde a própria urbanização brasileira no período de 1960-1970), sendo ainda essa de maneira periférica numa escala internacional.

Isso deve-se não somente à conjuntura da administração governamental interna do Estado brasileiro mais ao modelo de organização político-econômico-territorial, adotado, privilegiando (através de uma série de investimentos em infraestrutura, diversificação de setores econômicos etc.) as regiões (Sudeste e Sul) em detrimento e segregação de outras

(Nordeste, Norte).

Portanto, entender e caracterizar a área de estudo se faz de fundamental importância, uma vez que a partir do levantamento das informações obtidas durante a revisão bibliográfica, na/da consulta e análise dos dados existentes/fornecidos, podemos relacionar que, “o fator da não realização da reforma agrária, os conflitos e a violência no campo são apontados como algumas das principais causas da pressão demográfica sobre os centros urbanos”. (RAMOS FILHO, 2006, 2013).

3.2. Características da formação territorial e histórica da Região Metropolitana de Aracaju

A partir desses elementos, daremos um maior destaque para o processo de formação da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), apresentada no mapa 1. Essa foi definida pela lei municipal de nº 873, de 01 de outubro de 1982, e a lei complementar estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995 que abrange os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros²⁷, tendo como sede o município de Aracaju. Definiu-se essa área como RMA por possuir, segundo dados do (IBGE, 2010), uma população total de 859.965 habitantes com uma densidade de 1,07 hab./km² e principalmente porque nela se configura um processo de conurbação²⁸, fruto da intensificação dos movimentos pendulares²⁹ e da mobilidade do trabalho, características anteriormente discutidas nesse trabalho.

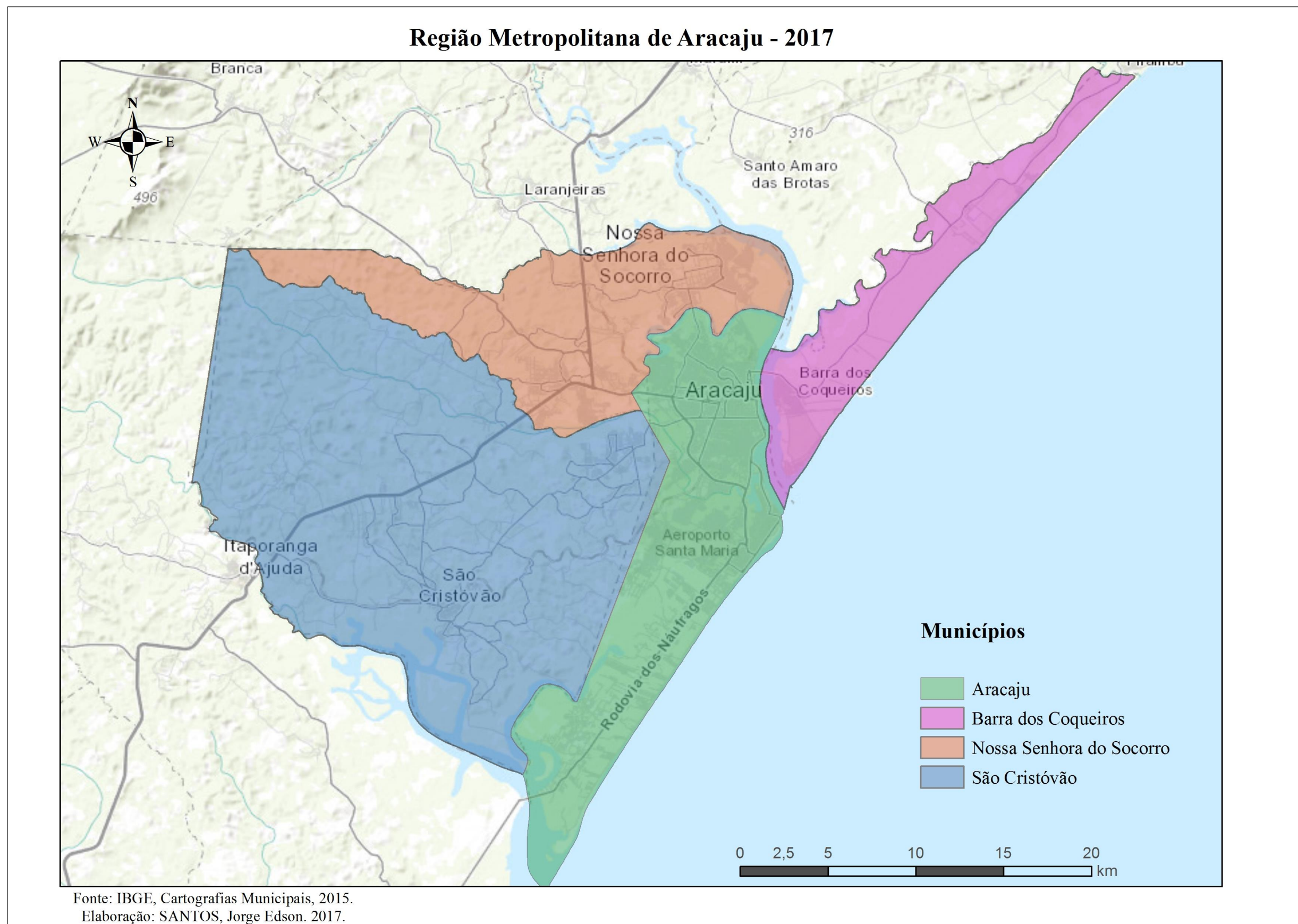


Figura 01 – Mapa 1: Região Metropolitana de Aracaju (RMA), 2017.

Uma vez que a RMA é principalmente fruto do crescimento da Zona de Expansão Urbana de Aracaju - ZEUA³⁰, estes municípios acabaram sendo inseridos num processo de metropolização³¹ de forma periférica. Pois se constituíram enquanto um reflexo desse desenvolvimento que “fomentava e priorizava a industrialização em cidades-polo, com o discurso de promover o desenvolvimento das regiões periféricas”. (CAMPOS, 2006. p. 31). Abaixo apresentamos a tabela 06 que demonstra, área, população e densidade demográfica da RMA em 2010.

Tabela 06 - Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Área, População e Densidade demográfica (2010)

Município	Área (km²)	População	Densidade demográfica (hab./km²)
Aracaju	174.053	587.701	3.140,65
Barra dos Coqueiros	91.101	26.059	276,52
Nossa Senhora do Socorro	157.515	165.194	1.025,87
São Cristóvão	437.437	81.011	180,52
Total	860.106	859.965	1,07

Fonte: IBGE Cidades, 2010. Região Metropolitana de Aracaju. 2010. Organização: SANTOS. J. E., 2017.

A partir da tabela apresentada, é possível caracterizar determinadas dinâmicas provocadas, por um modelo de Estado desenvolvimentista, fundamentado na construção de infraestrutura (geração de energia, rodovias, hidrovias, portos, aeroportos, etc.) para a abertura/ampliação de fronteiras; investimento/incentivo ao consumo interno (políticas públicas de acesso à habitação, saneamento, etc.); fundação de órgãos de planejamento voltados para o combate às desigualdades regionais do país (SUDENE, SUDAN, etc.). Assim, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH),

Após o golpe que derrubou o governo João Goulart, o novo governo que se estabeleceu criou o Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH) com a missão de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda. Através da criação da lei nº 4 380/64 de 21 de agosto de 1964³². (BOTEGA. 2007. p. 66-72.).

Essas políticas/programas/modelos de desenvolvimento foram intensificadas principalmente através de uma série de intervenções promovidas pelo Estado, com a implantação de várias obras públicas em articulação com agentes privados onde muitas dessas foram viabilizadas com incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³³, dentre as quais

destacamos a chegada, em 1964, da Petrobrás, a criação da UFS em 1968, a inauguração do Distrito Industrial de Aracaju (DIA) em 1971. Essas intervenções acabaram impulsionando uma demanda por infraestrutura de um lado (ampliação na oferta de serviços, aberturas de vias, abastecimento energético, etc.) em contraposição com a produção de áreas cada vez mais segregadas.

Assim, o estado de Sergipe criou a Companhia de Habitação (COHAB/SE)³⁴, dando início à construção de conjuntos habitacionais que tinham como meta suprir a demanda por moradia. As ações da COHAB/SE começaram por volta de 1968, com a construção de pequenos conjuntos unifamiliares atrelados ao sistema financeiro de moradia, entre as décadas de 1970 e 1980.

“Nessa época houve uma expressiva ampliação do número de empresas de construção civil, fomentadas pela ação do Estado, passando de 18 empresas locais na década de setenta para 174 no início dos anos noventa, muitas delas construídas por capitais regionais e estrangeiros”. (CAMPOS, 2006 apud SOUZA FONTES, 2009, p.74).

Esse intenso desenvolvimento pretendido pelos agentes públicos teve reflexo na questão da habitação e seus programas, onde no princípio, as casas que eram sorteadas em sessão pública, num procedimento “aparentemente democrático”, acabou por gerar uma confiança no sistema de entrega. Entretanto, ocorreram mudanças internas no programa, essas unidades habitacionais passaram a ser distribuídas a partir do princípio do paternalismo/clientelismo político, onde geralmente ocorria a divisão/fatiamento dos lotes entre os políticos que estavam na administração do governo (utilizando-se do Estado), em que a entrega desses conjuntos, passou a ser em períodos eleitorais onde se aprofundava o desaparecimento de critérios estabelecidos a partir das necessidades e prioridades sociais servido de plataforma de reeleição.

Muitas destas casas populares foram levantadas em sistema de mutirão, utilizando a mão de obra dos futuros moradores, sendo o material cedido pelo governo do estado de Sergipe que, aparentemente, demonstrava uma “participação da comunidade” e fortalecimento das relações populares, mas que na prática representou a utilização de mão de obra barata para uma melhor rentabilidade na execução dos programas.

Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado na produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de (re)produção da força de trabalho de que os gastos com habitação são um componente importante é para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de

participação da comunidade dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (MARICATO, 2002, p.76).

Na prática, a construção de grandes estruturas habitacionais na RMA expôs “a fragilidade dos municípios perante o alto preço dos imóveis, aluguéis e terrenos existentes em Aracaju”, (SANTOS, M. J. S. 2015, p. 289) aliado às políticas públicas de segregação espacial e econômica, executadas pela COHAB/SE, levando os trabalhadores, notadamente, os de baixa renda, para a periferia dessas cidades, onde a partir dos processos aqui expostos fixaram residência nos municípios limítrofes e/ou em conjuntos habitacionais próximos.

Isso se deu pelo distanciamento do centro urbano e pela carência de equipamentos e serviços públicos pelo alargamento da periferia de Aracaju em várias direções, ultrapassando os limites territoriais da capital e ocupando as áreas rurais dos municípios vizinhos. Percebe-se, uma expansão urbana não determinada pelo planejamento, mas pela ocupação gradativa ocasionada pelo não acesso à moradia da classe trabalhadora nas regiões centrais, especialmente os mais desprovidos de renda, empurrados cada vez mais para as zonas periféricas, inclusive extrapolando os limites do município. Segundo Campos (1998, p. 23),

Não é algo particular e associado, unicamente, ao crescimento metropolitano, mas originado pela implementação de planejamentos equivocados e/ou estratégias específicas do mercado imobiliário que provocam o surgimento de grandes vazios na malha urbana esperando a crescente valorização dessas áreas.

Ainda segundo Campos (2006, p. 242):

A importância do Estado, que dissociado do planejamento para geração de empregos e renda, engendrou elementos novos na problemática social, modificando o desenho urbano e confinando a população na periferia em verdadeiros bolsões de pobreza, intensificando o problema das invasões e ocupações irregulares.

Ou seja, o processo de metropolização de Aracaju é, ao mesmo tempo, induzido/indutor da problemática habitacional. Num processo dialético, onde a política habitacional adotada induziu à metropolização e esta, por sua vez, acabou moldando um modelo segregador de “desenvolvimento” fazendo com que no entorno desses conjuntos surgissem “zonas” de pobreza e de miséria.

Porquanto, “a política habitacional desarticulada de seu contexto provocou uma rápida expansão da malha urbana (periferia) na promoção e surgimento dos aglomerados subnormais da RMA e em seu entorno, porém sem considerar as externalidades que esta política exigiria”.

(SANTOS, 2015, p. 290). Onde “os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, viram de uma hora para outra uma mudança do seu espaço urbano, porém, sem que as administrações públicas desses municípios tivessem preparadas para lidar com tais mudanças” (SOUZA, 2009, p.79).

Segundo estudos realizados no ano de 2012 pelo Observatório de Sergipe (OS)³⁵, que divulgou uma pesquisa referente aos aglomerados subnormais na RMA em que identificou que de acordo com a metodologia proposta pelo instituto “São considerados como aglomerados subnormais: os assentamentos irregulares, mais comumente conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, ente outros”. (IBGE, 2010). Assim,

O IBGE classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios: Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica). (IBGE, 2010, apud QUINTELA, 2012. p. 1-5).

Observou-se que, através desses resultados a pesquisa pode identificar uma série de elementos tais como:

Com os primeiros resultados da pesquisa, já foi possível identificar 46 aglomerados subnormais no Estado, que reúnem 23.225 domicílios particulares ocupados, correspondendo a 3,93% do total de domicílios particulares ocupados em Sergipe. Em termos de população, estima-se que atualmente estejam vivendo 82.208 pessoas em condições de habitabilidade subnormal, que representa 3,98% da população total residente do Estado. Em geral, as regiões de concentração de aglomerados subnormais identificadas para Sergipe, localizam-se nos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, municípios que integram a Grande Aracaju, território de maior concentração populacional e taxas de urbanização, que é composto ainda dos municípios de Itaporanga d’Ajuda, Santo Amaro, Laranjeiras, Maruim e Riachuelo (IBGE, 2010, apud QUINTELA, 2012. p. 1-5).

Em Sergipe, a maior parte dessas Zonas de Aglomerados Subnormais (ZAS) se concentra na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) e também em áreas conturbadas do Complexo Taíçoca, às

margens do Rio do Sal (Nossa Senhora do Socorro) e Conjunto Rosa Elze (São Cristóvão), conforme observado no mapa:

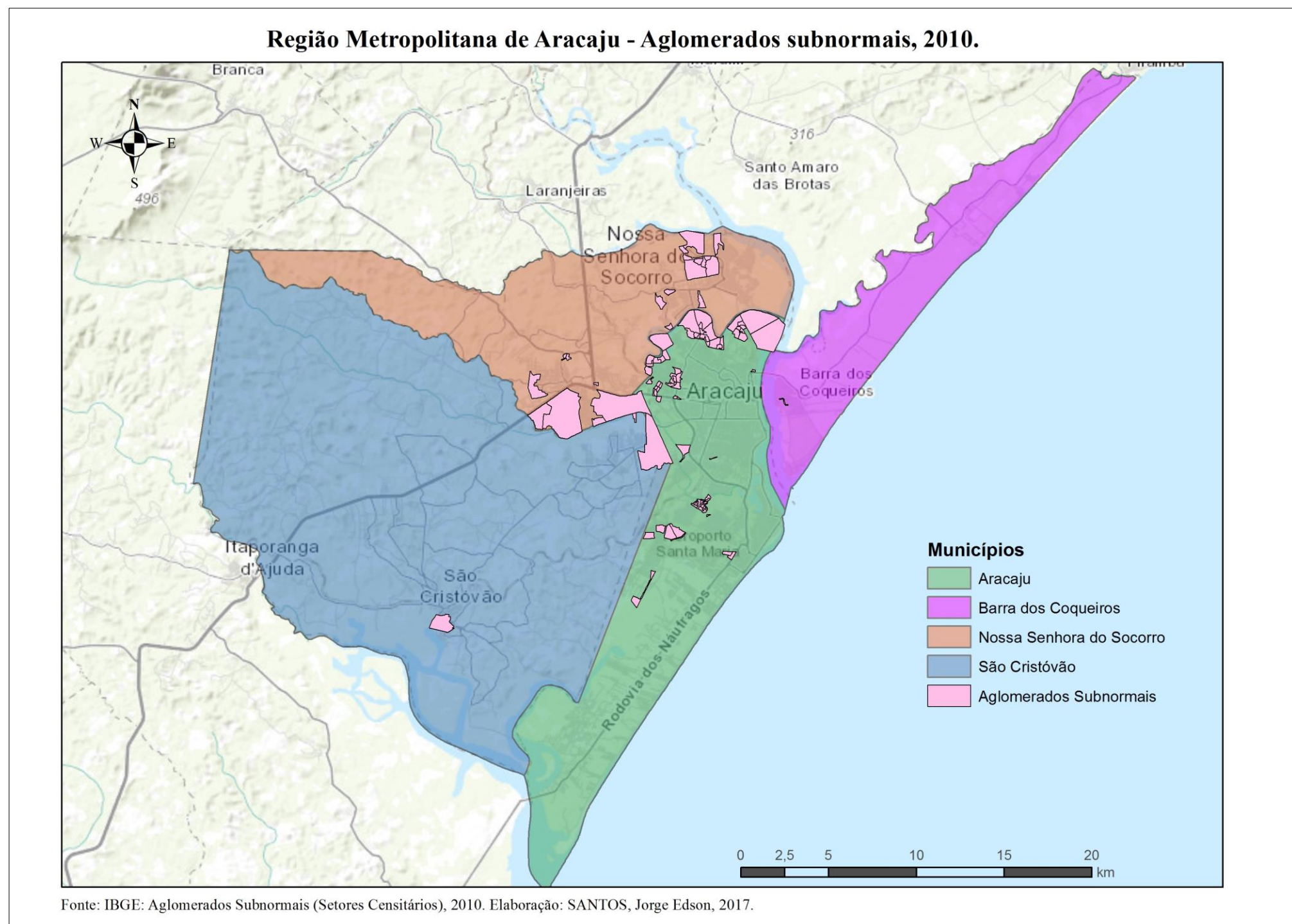


Figura 01 – Mapa: Região Metropolitana de Aracaju (RMA)

Foram identificados nessa região,

Em Aracaju, foram identificados 28 aglomerados subnormais, ou seja, 61,0% de todos os aglomerados mapeados. No total são 17.538 domicílios localizados nessas áreas, o que representa 10,33% do total de domicílios particulares ocupados. Estima-se que 61.847 pessoas vivam nessas condições, representando 10,84% do total residentes em domicílios particulares ocupados no município. Nossa Senhora do Socorro é o segundo município com maior número de registros, ao todo foram mapeados 14 aglomerados subnormais com 4.944 domicílios que representam 10,89% dos domicílios particulares ocupados. No município é estimada cerca de 17.530 pessoas vivendo nessas condições, ou seja, 10,91% da população local residente em domicílios particulares ocupados. Os municípios da Barra dos Coqueiros com 1 (um) aglomerado e São Cristóvão com 3(três) também registraram áreas identificadas como subnormais. Na Barra dos Coqueiros, existem 210 domicílios, representando 3,06% domicílios particulares ocupados, sendo 966 pessoas residentes (3,87%) do município. Já em São Cristóvão são 1.860 (2,36%) pessoas residentes em 533 (2,38%) domicílios em áreas subnormais. (IBGE, 2010, apud QUINTELA, 2012. p. 1-5).

Estas áreas configuradas como (ZAS) cuja taxa de crescimento populacional no decênio de 2000 a 2011, foi calculada como 2,05 % hab./km² (habitantes por quilômetro quadrado)³⁶ como demonstra os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde,

Os municípios de Aracaju (2,15% hab./km²), São Cristóvão (2,01% hab./km²), Barra dos Coqueiros (3,46% hab./km) e Nossa Senhora do Socorro (2,02% hab./km²), apresentam comportamento de Zona Metropolitana (ZM), embora em menores proporções do que nos grandes centros do Brasil, e são os principais responsáveis pelo crescimento populacional do território. (IBGE, 2010, apud QUINTELA, 2012. p. 1-5).

Esse comportamento demográfico se observa na maioria das capitais brasileiras e está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento de urbanização predominante no Brasil, com a formação de aglomerados populacionais em áreas de expansão, e a ocupação de terrenos sem infraestrutura urbana, muitos deles ambientalmente frágeis (encostas, margens de rios e outras áreas inundáveis etc.).

“Por esta razão, se constituem zonas de crescimento desordenado, e esta realidade se coloca como um grande desafio para o poder público, sobretudo no tocante à regularização fundiária e a oferta de serviços básicos como saneamento (água e esgoto), transporte, energia elétrica, telefonia, dentre outros” (IBGE, 2010, apud QUINTELA, 2012. p. 1-5).

Como consequência disto, verifica-se a aceleração da favelização nas cidades (de pequeno, médio ou grande porte)³⁷ e o surgimento e ampliação das ocupações irregulares nas periferias, nos prédios abandonados, nos centros urbanos antigos, assim como em áreas de risco. Ou seja, as

políticas/modelos/planos/projetos que são implementadas segundo o discurso adotado pelos seus formuladores e governos, estão dentro de uma concepção/modelo/visão de mundo e de sociedade onde as contradições não só expostas.

CAPÍTULO 4. CONFLITOS POR FRAÇÕES DO ESPAÇO URBANO: A MATERIALIZAÇÃO DA ESPACIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO ORGANIZADO DOS TRABALHADORES URBANOS (MOTU) NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (RMA)

Nesse capítulo iremos apresentar a gênese, o histórico e a cartografia da espacialização das ações (ocupações) Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) na Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Entre 2007 a 2017, visando demonstrar “O conjunto de ações que ajudam, explicam, demonstram, comprovam, enfim, dão sentido na busca por compreender a natureza das atividades e ações no conhecimento da realidade (...)” (CARVALHO, 2012).

Nesse sentido buscamos analisar como essas lutas se concretizam na realidade para isso realizamos uma série de procedimentos metodológicos como registros fotográficos, mapas, tabelas, gráficos, entrevistas semiestruturadas realizadas com dirigentes, militantes e integrantes do Movimento nos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, bem como a caracterização dessas áreas, sua localização, limites, quantidade populacional, no acompanhamento do processo da formação (gênese) e espacialização das lutas/ações.

Para que a partir disso possamos caracterizar as formas de *espacialização* das ações do Movimento na luta por *habitação/terra* uma vez que agindo de forma incisiva através das suas ocupações, esse denuncia constantemente para a sociedade o descumprimento da *função social da terra e da propriedade* nas cidades reivindicando a Reforma Urbana (RU) dentro da lógica de um *movimento socioterritorial* que atua nas cidades.

4.1. Gênese, organicidade e histórico do MOTU (2007-2015) no estado de Sergipe

Com uma crescente demanda social por habitação principalmente na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), causada por políticas habitacionais muitas vezes viciadas e celetistas, houve, ao longo do ano de 2006, uma série de reuniões e debates internos fomentados principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Sergipe (MST/SE) a direção estadual naquele momento sentiu a necessidade de organizar um Movimento que atuasse na questão urbana sergipana.

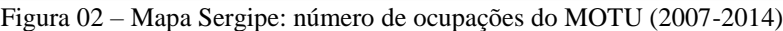
Diante da progressiva intensificação da concentração de terras no espaço rural em face do alargamento do processo de migração do campo para as cidades, o aumento da especulação

imobiliária, e tentando desconstruir o discurso do déficit habitacional urbano, o MST a partir desses elementos organizou o levantamento de uma série de demandas sociais (principalmente falta de acesso a casa, saneamento, mobilidade urbana, trabalho, lazer etc.). Assim, dentro do seu espaço de socialização política (parte do trabalho de base), junto com moradores de áreas irregulares de vertentes, zonas alagáveis, cortiços, favelas, quartos de vila etc. Foi realizado uma série de debates (promovendo cursos de formação política) para/na construção de uma ferramenta que canalizasse as demandas dos trabalhadores urbanos da RMA.

Com o apoio e deslocamento para a RMA alguns dos militantes do MST, ajudaram e fundam o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) esse existe há dez anos com atuação nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Estância, Itabaianinha, Salgado, Umbaúba, Itabaiana, Lagarto, Tobias Barreto, Canindé de São Francisco, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Carmópolis, Santo Amaro das Brotas, Riachuelo, Malhador. No seu pouco tempo de existência o Movimento realizou um total de 27(Vinte e sete) ocupações, sendo 19 (dezenove) acampamentos, mobilizando um total de mais de 8.887 (Oito mil oitocentas e oitenta e sete) famílias ou 35.438 (Trinta e cinco mil quatrocentos e trinta e oito) pessoas na capital e no interior.

Nesse contexto devemos destacar ainda que o MOTU é um movimento novo, nunca estudado na academia. Assim nessa pesquisa destacaremos a “atmosfera” na/das ocupações (acampamentos já consolidados), como as famílias organizadas pelo Movimento se (re)produzem através da autoconstrução das suas casas. Além disso exibiremos os dilemas da moradia provisória no espaço de luta e resistência.

Assim torna-se necessário apresentamos a espacialidade do MOTU em Sergipe através da figura 02 – Mapa Sergipe: número de ocupações do MOTU (2007-2014) no estado de Sergipe. Onde demonstraremos através dos círculos proporcionais os municípios e a quantidade dessas ações, devemos atentar ainda que a maioria dessas ações aconteceram de modo mais expressivo nos municípios da Região Metropolitana de Aracaju (RMA) área de investigação da nossa pesquisa.



domésticas, desempregados, camelôs, recicladores, mendigos etc.) do Movimento vivem de forma

precária em diferentes periferias das pequenas, médias e grandes cidades e regiões do estado de Sergipe (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Lagarto etc.) ou de outros estados da federação (Alagoas, Bahia, Pernambuco) são eminentemente migrantes em busca de emprego e melhores condições de vida.

Uma vez inseridos no Movimento, continuam em busca de dignidade e do direito básico à moradia, agora incorporando mais consciência de classe e senso de organização para a possível mudança da sua condição de vida. Possuem como característica comum à situação de exclusão e de expropriação, pois, são pessoas que tiveram seus direitos violados (uma violência não somente física, mas moral e psicológica) materializada na falta de emprego, esses sobrevivem apenas de trabalhos temporários e precarizados (bicos); além da falta ao direito à habitação (direito constitucionalmente garantido); haja vista não terem condições de pagar aluguel, eles não contam com o auxílio do Estado. Dessa maneira, o Movimento surge da busca de um objetivo que é primeiro...

Aprender a ler e a escrever a sua própria história e a história conjunta da formação da sociedade, quando a partir disso os sujeitos são levados a investigar essa organização, onde alguns tomam a frente da cena, enquanto outros assumem posições secundárias ou são jogados para fora se expressando nas particularidades de uma organização social pré-determinadas sustentada nos pilares da desigualdade, cria-se a necessidade de questionar e buscar respostas através da observação dos elementos espaciais. (SCHERER, 2011, p. 11-12).

Partindo dessa observação os sujeitos compreendem que existem direitos que lhe são garantidos por leis e que não há políticas públicas de Estado que realmente são/estão voltadas para a resolução desses problemas como, por exemplo, o da falta de habitação num primeiro momento para a população carente, estes resolvem se organizar criando táticas políticas para que sejam garantidos tais direitos no caso em particular os sujeitos criaram o MOTU.

Dessa forma, o MOTU emerge a partir das diferentes contradições do sistema capitalista e das necessidades que são causadas pela segregação socioespacial e socioeconômica resultando em um Movimento que representa os interesses da classe trabalhadora sendo que este atenta para aqueles que não têm as condições mínimas de habitação.

Durantes as ocupações do Movimento que aconteceram no período (2007-2015), as famílias sem-teto criaram diversas comissões ou setores para cuidar das atividades referentes à sua luta. Esses esforços empreendidos no processo de mobilização representam a forma de organicidade interna do MOTU, temos aqui o “espaço de socialização política” (FERNANDES, 1994, p. 233-234) todas essas

referências serviram de base para definir as regras e normas adotadas pelo Movimento nesse processo de aprendizagem, e crescimento.

Portanto, o espaço se apresenta enquanto palco de lutas e processos políticos, intrínsecos nas relações sociais. Além de ser um espaço de *produção/apropriação e dominação*, ele pode ser também de resistência. É importante lembrar que do ponto de vista geográfico, todas essas ações fazem parte da “produção espacial” entendida como resultado da “ação dos homens sobre o próprio espaço, soma e síntese, sempre refeita através da espacialização que é mutável”. (SANTOS, 2006, p.66).

A partir dos subsídios, anteriormente apresentamos organizamos essas informações no quadro 02 no sentido de quantificamos as seguintes informações: municípios, quantidade de ocupações, quantidade de acampamentos, o ano e o número de famílias.

Quadro 02 – Sergipe: Espacialização do MOTU (2007-2015)

Municípios	Quantidade de ocupações	Quantidade de acampamentos	Ano	Número de Famílias
Aracaju	8	7	2007; 2008; 2010; 2013; 2015	4.362
Nossa Senhora do Socorro	3	1	2011	1.684
Lagarto	1	1	NF	600
Estância	1		2013	450
Tobias Barreto	1	1	2012	420
Canindé do São Francisco	1	1	NF	300
Itabaianinha	1	1	2014	212
Barra dos Coqueiros	4	1	2013	172
Santo Amaro das Brotas	1	1	2013	170
Riachuelo	1	1	2016	154
Porto da Folha	1	1	NF	150
Salgado	1	1	2011	132
Carmópolis	1	1	2013	100
Nossa Senhora da Glória	2	1	2007	100
São Cristóvão	1	1	2014	72
Umbaúba	1	1	2014	54
Total	29	22	-	9.132

Fonte: MOTU. Organização: SANTOS, J E. UFS; PIBIC/FAPITEC.

Visualizamos através dessa quadro que durante os seus oito anos de existência no estado de Sergipe o Movimento realizou um total de 29 ocupações, sendo 22 acampamentos, mobilizando um total de 9.132 de famílias, ou seja, os dados demostram a capacidade de mobilização MOTU, frente a sociedade é interessante observar ainda que parte significativa das ocupações no interior ocorreram

uma única vez, diferentemente da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), especificamente: Aracaju, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro.

A seguir iremos ressaltar a questão da organicidade interna do Movimento isso se faz necessário no sentido de destacar a importância e o significado de um conjunto de ações que são realizadas por essas acontecem a partir do planejamento, estudo, crítica e autocrítica, avaliações, discussões etc. que ajudam, explicam, demonstram e comprovam aspectos da realidade.

Enfim, que dão sentido na busca por compreender a natureza das atividades desenvolvidas suas intencionalidades. A importância da organicidade de um Movimento tem no estudo e na formação política seu centro é a partir daí que a organicidade se torna importante, pois dela vem toda a discussão das relações humanas, acompanhada com os estudos da organização histórica dos trabalhadores.

Essa organicidade institucional, sempre que resultante do caráter de classe social dos trabalhadores [...] facilita o avanço da sua consciência política e das alianças políticas que lhe são necessárias não apenas para a resistência social como para o confronto social contra uma outra classe social poderosa. (CARVALHO 2012. p. 30).

Onde,

A formação política em relação à questão da habitação que não é uma formação qualquer, se discute, pra gente ter esse novo pensamento no trabalho de base, se discute muitas vezes as relações pessoais e as dificuldades da nossa organização. Essa discussão do trabalho de base do livro de Ranulfo Peloso [estava com o livro *Trabalho de Base (Seleção de roteiros organizados pelo CEPIS)*, do autor] eu acho que até a gente tem lido bastante dentro do Movimento [...] alguns colegas nossos da direção que já têm estudado bastante não só ele como outros autores como Ermínia, por exemplo, [...]. (Entrevistado 07. Barra dos Coqueiros. 2014).

Porquanto, o desafio que se apresenta aos setores populares (movimentos socioterritoriais, sindicatos, partidos, centrais etc.) é conferir sempre a sua organicidade e as materializar por meio da formação política nas iniciativas com a perspectiva de projeto comum que possa ao longo do tempo se fortalecer e ter poder de confrontar com os grandes *lobbies* da economia global.

Assim, a questão da *habitação/terra* começa a ganhar outro sentido, além da dimensão econômica, como meio de produção, é também (re)produção da vida, ao se manifestar enquanto luta pelo território na medida em que implica outras territorialidades denunciando, o caráter contraditório da produção capitalista do espaço³⁸.

Esses diferentes conflitos uma vez desencadeados na luta por frações do espaço (território) a partir de uma determinada questão específica, na sua grande maioria das vezes, acaba por gerar diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras (são assassinatos,

tentativas de assassinato, ameaças de morte, ferimentos e prisões), isso pode ocorrer, como esclarece (RAFFENTIN, 1993. p. 43) “(...) quando homens desejam a retomada do controle de seu poder original, tentando (re)fazer a unidade perdida, o que significa entrar em um universo conflitual, de natureza puramente política (...)”. Onde “(...) o uso da violência é uma das características desse universo conflitivo (...)”. (ARENDT, 1985. p. 52). Essa violência é entendida como “(...) qualquer forma de constrangimento e destruição física, morais ou psicológicas exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados (...)”. (Cadernos Conflitos no Campo- CPT, 2013).

A partir desse momento vamos deixar claro, e evidenciar alguns conceitos que com são, bastante, distintos a exemplo dos significados dos verbos invadir e ocupar. Invadir significa: *entrar à força, de modo hostil, tomar, usurpar*. Ocupar, por sua vez, significa: *ficar de posse de algo, possuir por direito, ou ainda, dedicar-se, cuidar de algo* (AURÉLIO, 2003, p.348).

A palavra invasão está, pois, ligada à ideia de transgressão, que significa: *fazer algo errado, fora da lei, ou violar* (AURÉLIO, 2003, p. 280), enquanto que ocupação dá à ideia de possuir por merecimento, conquistar. São características fundamentais da importância da *desobediência civil*, em que, segundo (THOREAU, 2011. p. 66), “é através do seu pensamento e ação que os sujeitos se percebem fazendo parte da construção da história”.

As áreas que são ocupadas seguem critérios que se dão por meio de análises (social, política, econômica e jurídica). Uma vez que, os latifúndios urbanos e rurais gritam no contexto em que estão inseridos, seu som estridente pode ser ouvido na miséria e no luxo, na violência e na segurança pública e privada, no urbanismo e na periferização, etc. Esses locais na cidade geralmente terrenos públicos e privados, empreendimentos inacabados ou abandonados há anos, e que, portanto, não cumprem com a *função social da propriedade* esses são/estão ligados a todo o processo de segregação social e econômica na/da sociedade.

A partir das necessidades vivenciadas pelos sujeitos, seleciona-se os locais para acontecer as suas ações geralmente, é da interação entre as famílias, com uma equipe de militantes, coordenadores e dirigentes do Movimento sem teto, que ocorre a decisão coletiva pelo dimensionamento da luta e resistência em acampamentos e/ou ocupações³⁹.

Assim, ao organizar as famílias que necessitam de habitação através de um processo de conscientização política com a amostragem da realidade, gerando possíveis lideranças nos locais mais pobres, o Movimento se destaca pelo compromisso com a real transformação da sociedade contribuindo, assim para o aumento no nível de consciência e organização da classe trabalhadora.

Uma das formas de espacialização da luta (ocupações, manifestações, fechamento de rodovias, etc.) que integra um dos elementos que diferencia o MOTU das demais organizações de sem-teto em Sergipe é a utilização do enfrentamento tático das ocupações, como forma de reivindicação das áreas onde não há cumprimento da *função social da terra e da propriedade* utilizando-se dessa tática o Movimento obriga o Estado na regularização fundiária (no campo ou na cidade) suas terras buscando, dessa forma pressionar os governos municipais locais a revisarem e a realizarem os seus Planos Diretores (PD) na demarcação das terras públicas que sirvam de interesse social para benefício das famílias envolvidas nos conflitos.

Tentaremos aqui sistematizar a organicidade interna do Movimento, a partir das referências e dados obtidos junto aos militantes, a coordenação e a direção estadual, o levantamento das regras e normas adotadas se deram no processo que é ao mesmo tempo de aprendizagem, mais também de constante reformulação das táticas de ação baseadas nas pautas das lutas travadas. Assim, o MOTU é composto de uma:

Direção Estadual (DE):

- **Quem compõe?** Militantes que têm maior destaque na organização do Movimento, esse é indicado coletivamente pelos companheiros de lutas que enxergar a sua trajetória através da participação em cursos de formação política, nas ações (mobilizações, atos, marchas, etc.). Segundo a ética e os princípios do Movimento.
- **Qual função?** Organizar o Movimento em nível estadual, pensando politicamente a implementação da estratégia nacional no Estado.

Coordenação Estadual (CE):

- **Quem compõe?** Militantes que participam dos grupos de base. A composição também responde a critérios políticos –militantes que no processo se formam e que posteriormente podem compor a direção, a partir de determinados critérios de escolha e avaliação, podendo ser indicados pelo coletivo ou por possui destaque frente à participação de diversas ações realizadas ao longo do tempo no setores e atividades realizadas e /ou organizadas pelo Movimento.
- **Qual função?** Tem o caráter de materializar as ações das decisões da direção, (essas decisões se baseiam na análise de conjuntura do momento político, econômico que são pautadas de acordo com a avaliação da força social da classe trabalhadora e da organização). Esse é o espaço que cumpre com a tarefa de organizar setores e linhas de ação do movimento na divisão de tarefas que são dadas de acordo com as características individuais e de disponibilidade de cada militante.

Coordenação dos Acampamentos (CA):

- **Quem compõe?** Militantes (mesmo nível).
- **Qual a função?** Pensar a estratégia local do movimento, e dirigir a organização, os grupos de base, as lutas e a pauta social.

Grupos de Base (GB) ocupações e acampamentos

- Composição de sete (7) a dez (10) famílias. Destes, dois (2) seriam militantes e um (1) seria militante em formação (coordenação do grupo). Mais por quê? Pela dinâmica na/da cidade, nos horários de trabalho e outras atividades que tem as/os trabalhadoras, um número maior dificulta o encontro sistemático do grupo. Dentro das ocupações é mais fácil o encontro das famílias, por estarem num processo mais intenso de organização. Esses grupos devem ser formados de preferência por famílias da mesma rua, para facilitar a comunicação e o encontro das informações gerais.

O Grupo de Base (GB) se sustenta num tripé:

- 1º. Pauta social: O que move essas famílias para a luta? Acesso a: casa, saneamento básico, educação, saúde, etc...
- 2º. Organização: A partir do coletivo e da organização nos princípios a famílias segue regras pré-estabelecidas num programa de formação que deve estar ligado a pauta social;
- 3º Luta: Entende de não somente a teoria mais a prática é que se forma a consciência de classe o Movimento liga à formação as atividades de manifestação, ocupação, etc... Tendo um papel de dar visibilidade às pautas sociais.

Esse tripé é executado conjuntamente e de forma permanente, assim a partir dessa estrutura o Movimento seguindo uma série de regras, visa melhorar e ampliar a sua atuação na sociedade elencamos alguns pontos tais como:

- 1º. A direção coletiva: responsável pela tomada de decisões através de reuniões, a direção é escolhida por aqueles que se encontram há mais tempo dentro do Movimento e estão mais bem preparados, na consciência e formação política;
- 2º. Planejamento: que decide o que, quando, onde, e quem deve fazer todas as atividades;
- 3º. Divisão de tarefas: quando é repassando internamente para todos, as ações, os problemas, as dificuldades e ideias;
- 4º. Disciplina Consciente: é a responsabilidade individual de fazer;
- 5º. Críticas e Autocrítica: é quando se avalia a direção e a coordenação;
- 6º. O Estudo: sendo de fundamental importância quanto à ação, pois sem o estudo torna-se difícil a tomada de decisões;

- 7º. Vinculação com a base: onde são os ocupantes todos da/na ocupação, os coordenadores de grupo ou militantes são escolhidos a cada grupo de dez famílias, os coordenadores gerais da ocupação são os responsáveis na tomada das decisões internas.

Os Debates e as Consultas Populares (DCPs):

Acontecem nos espaços de socialização política (assembleias gerais, reuniões) esse espaço é formado pelos coordenadores dos acampamentos, militantes que compõem os setores organizados, famílias do GB. É o espaço de amplo debate de discursão e balanço das atividades e dificuldades encontradas nos acampamentos e ocupações.

Encontro Estadual (EE):

É o espaço de decisão máxima do Movimento, um momento de celebração das lutas representadas através das místicas e elementos simbólicos, além de ser palco de discursões na defesa de teses para a melhor execução nas linhas de ação futuras e das metodologias a serem adotadas por um determinado período de tempo (é a direção estadual que define as datas desse encontro de acordo com o calendário de lutas). Além de ser um espaço de composição de novos integrantes de setores e da (DE) do Movimento.

É com base nessas orientações que o MOTU se espacializa por todo estado, (re)produzindo (adaptado, trocando e melhorando sua atuação de acordo com a história de cada lugar) as experiências, ações, conteúdo e formas que dão certo e fazem sentido nos diferentes embates contra o capital e seus representantes. Essas são compartilhadas (espaço de socialização política) pelos acampamentos e ocupações.

As famílias ocupantes dos acampamentos do MOTU geralmente são de áreas pobres, distantes e que não possuem a infraestrutura necessária para garantir a vida. Uma vez que, essas se encontram organizadas pelo Movimento apresentam uma diferença qualitativa que se reflete no discurso perante a sociedade, sendo resultado da organização e formação política, onde.

As nossas decisões são tiradas em assembleia pra resolver os problemas né [...] porque isso é importante [...] não adianta decidi sozinho [...] o povo tem que ter participação. (Entrevistado 02. São Cristóvão, 2013).

Os acampamentos e as ocupações também possuem forte controle territorial, servem como trunfo na disputa desigual e no combate permanente contra a segregação, arrancando das mãos e do domínio de latifundiários, especuladores, imobiliários, empresas, grileiros, e do Estado, ou seja, trata-se da territorialização dos sem-teto e da (des)territorialização do capital. Possuem conteúdo

territorial, pois implicam no solapamento do domínio da classe hegemônica sobre uma determinada fração do espaço.

Nesse sentido, o território surge enquanto um fragmento do espaço, que quando conquistado/dominado, há a imposição via o exercício do poder (regras, normas, leis, etc.) de quem o controla sendo que para a classe que se apresenta como hegemônica, não detenha, mas o domínio total do espaço. Assim, essa disputa permite com que essa fração do espaço sirva como trunfo de resistência e organização de diversos *movimentos socioterritoriais* na construção de formas contra-hegemônicas para Fabrini (2011.p. 103).

Além de permitir a espacialização das lutas, a luta pela conquista do território serve para potencializar a cooperação, solidariedade e construção da igualdade entre as pessoas. [...] são recuperados e recriados um conjunto de saberes e conhecimentos que estavam perdidos. [...]. Assim, os valores comunitários, a solidariedade, o trabalho e a ajuda mútua, por exemplo, não são varridos completamente do espaço.

Além do fortalecimento dos laços de solidariedade entre os pobres e os menos favorecidos, a (re)socializações de valores éticos e da identidade coletiva, se dá (no espaço de socialização política), através de ações como debates, análise da realidade, palestras, formação política, etc. Acontecem as discussões e decisões sobre o que fazer em relação a determinado ponto ou desafio, permitindo e com que os sujeitos se reconheçam enquanto classe e apontem as contradições e a irracionalidade do sistema, para que assim possam juntos construir alternativas, no surgimento de uma nova perspectiva de sociedade. Para Fernandes (2007. p. 340).

A questão agrária e urbana não é apenas uma expressão das contradições decorrentes da apropriação privada dos bens e riquezas socialmente produzidos, como também a terra é o sustentáculo de toda riqueza, razão pela qual a racionalidade capitalista, supostamente indiferente ao que se passa no campo e na cidade, sucumbe ante a iminência de sublevação dos princípios impostos como legítimos. É preciso uma união entre os trabalhadores do campo e da cidade para inverter essa lógica que exclui e causa a miséria de milhares de seres humanos.

É através da contestação da propriedade privada e o não comprimento da sua função social no campo e na cidade que as lutas pelo acesso a *habitação/terra* consegue unificar a classe trabalhadora, pois a apropriação individual da terra (bem natural) surge no Brasil como uma das principais causas de boa parte dos problemas sociais enfrentados pelos pobres, esse debate perpassa não somente pela unificação, e a ampliação das lutas sociais por direitos, que devem partir do micro (local) ao macro (global)⁴⁰, na promoção de mudanças nas estruturas da sociedade em todas as escalas (ainda que as lutas por direitos tenham os seus limites), Harvey (2006, p.194-205). Afirma que,

A luta entre classes, [...] não pode ser mitigada por qualquer transformação (como a redistribuição de riqueza dos ricos para os pobres). [...] uma transformação – é tão possível quanto desejável. A união [dos trabalhadores] torna-se necessária, portanto para centralizar as diversas lutas locais, todas do mesmo caráter em uma única luta racional entre classes.

Dessa forma, a união dos movimentos urbanos e camponeses é de fundamental importância, estes se diferenciam apenas em suas áreas de atuação (cidade/campo) mas suas reivindicações devem estar em torno da melhoria na/da condição de vida da classe trabalhadora. Atividades que são realizadas em conjunto (marcas, manifestações, ocupações, caminhadas, atos públicos, etc.) demonstram que a unidade e a solidariedade dos pobres para os pobres são possíveis.

Abaixo, uma foto da marcha no *abril vermelho*⁴¹, realizada por militantes do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) e do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) seguido de depoimento de um dos organizadores da ação.

Foto: 01 - Aracaju. Bairro centro. Praça Fausto Cardoso. Marcha do abril vermelho.



Autoria: SANTOS, J. E. 17/04/ 2013

A imagem acima retrata a importância de lembrar a história de luta dos que sofreram (mortes, perseguições, prisões, etc.) na construção de uma sociedade mais justa, solidária e igual nas palavras dos militantes isso acontece porque,

A gente é unido com o MST né [...]. Porque a luta é conjunta e o nosso inimigo tem muito poder, mais nos temos o povo ao nosso lado [...] O que não pode é lutar separado né. (Entrevistado 03, Aracaju. 2013).

As palavras de ordem, a bandeira, os hinos, os símbolos são carregados de sentido sendo a expressão de múltiplos processos de acúmulo histórico dos trabalhadores ao longo dos anos, segundo Fernandes esses símbolos.

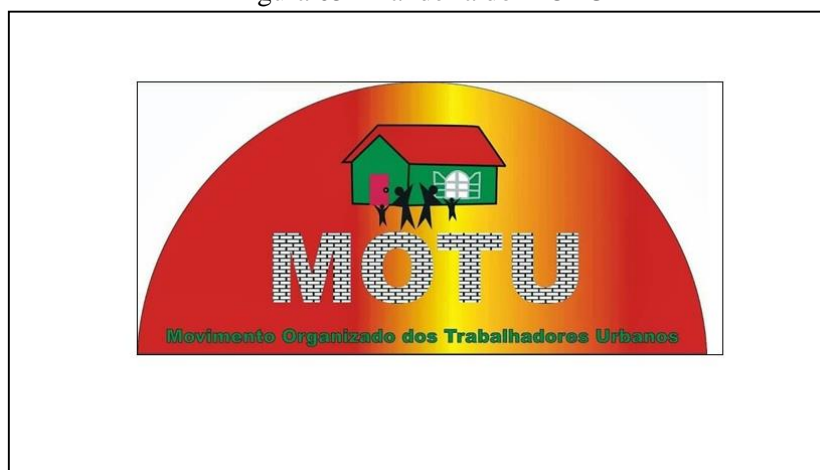
Os símbolos [...] e a criação de seus símbolos, na práxis e na mística, [...] interagem e confrontam os conteúdos dos discursos de diferentes matrizes, constituindo sua identidade e autonomia, absorvendo saberes e elaborando seus conhecimentos. No fazer-se de seus princípios, formaram-se, gerando ideias, incorporando pessoas de diversas matrizes e origens, dimensionando e transformando realidades. Essa conformação traz em seu conteúdo o sentido do ser [...]. Essa consciência em que se compreendem como organização, enquanto classe. (FERNANDES, 1999. p.178-185).

Esses elementos representam um horizonte e tem como principal aspecto simbolizar a luta social vivenciada diariamente (nas ocupações, acampamentos, etc.) a casa uma vez conquistada, é representada pela mística de construção do nome do Movimento que se dá na forma de tijolos, a bandeira nesse sentido carrega esse sentimento nas palavras do entrevistado essa resume,

Um longo e árduo caminho que a classe trabalhadora, através das suas lutas consegue conquistar, visando um futuro mais próspero... (Entrevistado 01. São Cristóvão, 2013).

Seguindo essa reflexão temos a figura 05 - bandeira do MOTU,

Figura 05 - Bandeira do MOTU



Fonte: MOTU. Imagem cedida pela Organização, Ano: 2015.

Dessa maneira, os lutadores históricos de causas populares e outros símbolos do Movimento constituem a linguagem de uma prática política de resistência em contraposição aos discursos oficiais

do Estado e do capital no cotidiano das famílias vinculadas ao MOTU, esses símbolos fazem parte de sua cultura e identidade constituindo-se como fundamentais no fortalecimento e na reflexão no/do processo de identidade desses sujeitos (entendido aqui enquanto ser social) com o Movimento na elevação da consciência de classe. Isso pode ser visto nas palavras do entrevistado, quando afirma

O MOTU me fez ver outra sociedade por que o que mim era passado era mentira [...] me fez conhecer a realidade à necessidade do povo que realmente precisa [...] porque a gente lida com pessoa que vivem em estado de miséria mesmo [...] e a gente luta pra ajudar pra elas tomarem a consciência de que aquilo que eles estão lutando não é um favor e sim um dever do Estado e isso acontece através da nossa organização [...] porque muitos não conhecem o direito que tem e se não for provocado vai ficar eternamente no esquecimento [...] não lutamos apenas por moradia mais por: saúde, educação, segurança, alimentação... (Entrevistado: 01. São Cristóvão, 2013).

Esses conflitos portanto, representam os diversos momentos em relação ao desenvolvimento da luta urbana, que perpassa pelo: a) descrédito e mudanças nas diretrizes das políticas de moradia com os programas a exemplo do BNH; b) financeirização do bem habitação, subsidiado pelo Estado, a exemplo PMCMV; d) avanços e retrocessos das leis, normas, códigos, regras referente ao planejamento urbano; a exemplo Estatuto da Cidade (EC); e) processos permanentes de luta e resistência por/nas ocupações de terra, prédios, etc. por frações do espaço (território).

Contudo o fim da especulação imobiliária torna-se uma bandeira de condição essencial para a efetivação e amplitude das lutas pela Reforma Urbana (RU) bem como a ampliação dos direitos sociais e da democracia. A partir da demonstração e reflexão desses processos apresentamos a tabela 07 que quantifica a geografia das ocupações urbana realizadas pelo MOTU na Região Metropolitana de Aracaju (RMA).

Tabela 07- Sergipe: Geografia das Ocupações Urbanas do MOTU, Região Metropolitana de Aracaju (RMA), 2007-2015

Municípios	Quantidade de ocupações	Quantidade de acampamentos	Ano	Total número de famílias
Aracaju	8	6	2007; 2008;2010; 2013, 2015	4.362
Barra dos Coqueiros	4	1	2013	172
Nossa Senhora do Socorro	3	1	2011	1.684
São Cristóvão	-	1	2014	73
Total	15	8	-	6.291

Fonte: MOTU. Organização: SANTOS. J. E., 2012.

O Movimento realizou, entre 2007 e 2015 um total de quinze ocupações, sendo oito acampamentos, mobilizando um total de 6.291 famílias. A seguir apresentaremos a cartografia da quantidade de famílias mobilizadas pelo MOTU entre 2007-2015 na Região Metropolitana de Aracaju (RMA).

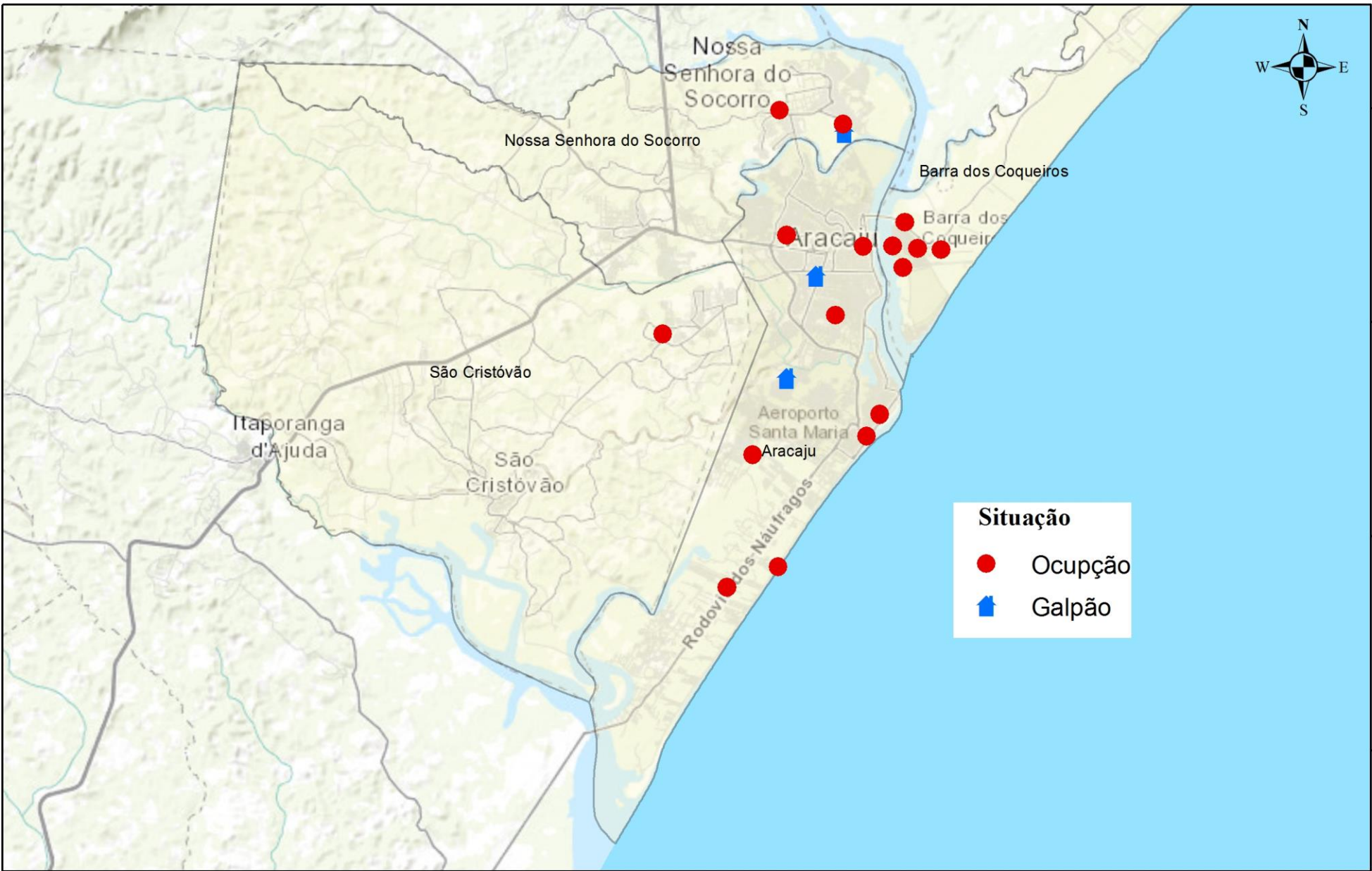


Figura 04 - Mapa: Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Espacialização das ações do MOTU 2007-2016

No primeiro momento podemos observar que as ações do MOTU aconteceram de modo mais expressivo nas zonas sul e de expansão da cidade de Aracaju e no município de Barra dos Coqueiros sendo essas caracterizadas, por serem áreas bastante valorizadas na RMA, onde o aprofundamento das contradições entre produção do solo urbanizado e consumo da moradia se desdobra em espaços vazios e espalhados. No próximo capítulo iremos tratar mais detalhadamente esse processo.

4.2. Características do município de Aracaju

Contando com mais de 570.000 habitantes, distribuídos em 181,8 km², Aracaju tem uma alta densidade demográfica, mais de 3.100 hab./km². A cidade cresceu muito desde 1960. Na época possuía 115.713 hab/km², passando para 183.670 hab/km² em 1970, de 293.100 hab/km². Em 1980 com 402.341 hab/km², tendo registrado na década de 1990-2010 um crescimento geométrico de quase 5%. (Fonte: IBGE cidades, 2010)⁴².

4.2.1. As ações do MOTU no município de Aracaju

No dia 9 de agosto de 2007 no município de Aracaju foi realizada a ocupação de um terreno abandonado pertencente ao antigo clube dos servidores da Companhia Estadual de Abastecimento Telefônico do Estado Sergipe (CEATES, localizado na Rodovia dos Náufragos na zona de expansão da cidade). Esse antigo clube funcionou durante anos para membros e associados da empresa (na comemoração de festas, aniversários, casamentos, etc.) encerrando suas atividades durante os anos 1990 devido ao processo de privatização da empresa ocorrido durante o governo de Albano Franco.

Esta foi a primeira ocupação do MOTU no município e contou com 450 famílias. Nessa ocupação os barracos eram cobertos por lonas, sem acesso a água ou iluminação, com poucos pertences pessoais e sem condições de propiciar lazer para as crianças, pois o terreno possuía inúmeros restos de objetos cortantes e perigosos correndo o risco de se machucarem.

Na época, houve uma série de debates e reuniões entre os representantes do Movimento (de um lado, exigindo alternativa para uma saída pacífica das famílias) e do Estado (composto por membros do judiciário, de secretarias, órgãos e instituições do estado e município), entretanto esses não chegaram ao denominador comum cabendo a execução da reintegração de posse ao

“proprietário”, para a realização dessa ação foi montada uma logística que contou com a presença de tratores, caminhões, etc.

Esse momento contou com a intensa participação da tropa de choque e a cavalaria da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMES) acompanhados ainda pela banda de música da corporação (no sentido irônico de comemorar a saída das famílias com distribuição de pipocas e balas para crianças). Esta foi uma demonstração que a função da polícia na verdade não é a proteção das pessoas e sim da propriedade. Com a remoção, estas famílias não encontraram outro lugar para alocar-se, sendo obrigados a acampar nas areias da Praia dos Náufragos.

A única organização que colaborou neste momento de privação foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/SE) que ajudou a organização com suprimentos (distribuição de alimentos), militantes (para apoiar os membros da organização), e o seu setor jurídico (na preservação e segurança dos direitos individuais dos envolvidos nesse enfrentamento). Isso demonstra o sentimento solidariedade e união que só os trabalhadores que vivenciam as mazelas do modo de produção capitalista possuem, já que, nos momentos mais difíceis surgem parceiros dispostos a amparar os fragilizados perante injustiças cometidas.

Atualmente a área ainda se encontra sem utilização, estando no mais puro abandono, mesmo passados oito anos da reintegração de posse um dos motivos é que esse terreno está servindo como reserva de valor para a especulação imobiliária/fundiária aguardando a expansão da cidade de Aracaju no sentido zona sul (Praias, Mosqueiro, Náufragos etc.). Para que uma vez as condições de valorização do espaço estejam prontas esse seja colocado à venda no mercado de terras.

Em seguida, no segundo semestre de 2007, o MOTU realizou uma segunda ação no Clube dos Servidores do Município de Aracaju (CSMA). Localizado na zona de expansão da cidade este imóvel encontra-se em local abandonado e até inóspito, sem água e iluminação, com vários insetos, animais no local onde foram encontrados inclusive, restos mortais de seres humanos. Mesmo assim, as famílias ocuparam, uma vez que não existiam alternativas, mais uma vez foram perseguidas resistindo ali por seis meses. Após esse período foram realocadas pela Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) através da Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS) tendo como responsável da pasta Ana Lúcia Vieira Menezes⁴³, no governo do então prefeito Edvaldo Nogueira⁴⁴ que na época PMA via secretária municipal se responsabilizou pelo aluguel de um terreno situado na zona de expansão da cidade.

Ali foi construída uma ocupação nomeada de Ana Patrícia⁴⁵ (com 260 famílias) que permanecem aguardando sua moradia até o encerramento desta pesquisa. Apesar de ter sido realizado

o cadastramento social pela SEMAS e o Movimento ter se comprometido a não incluir mais ninguém, a demanda de pessoas necessitadas por habitação foi crescente, sendo na maioria moradores da própria região. Para não negar um princípio fundamental, a organização da classe, o MOTU ao ser procurado por essas famílias, muitas delas em situação de risco, optou em quebrar o acordo com a secretária e inseriu mais sujeitos a sua luta.

Pois o seu papel é sempre ampliar a capacidade de o povo organizar-se e isso se faz pelo acolhimento de mais sujeitos que buscam sua ressocialização. O Estado limita, ou tenta limitar a perspectiva em atender à crescente demanda por direitos não atendidos, quando o povo se organiza e protesta, os reivindicando. O Movimento trata de organizar, esclarecer e fazer a luta social.

No dia 1º de Maio de 2008, em homenagem ao Dia Mundial do Trabalho⁴⁶, o MOTU realizou a sua terceira ação, com um quantitativo de mais de 160 famílias providas principalmente de uma invasão próxima ao loteamento Marivan, localizado no bairro Santa Maria, na Zona Sul de Aracaju (zona de expansão), essas famílias foram mobilizadas, pois a área onde estas residiam não possuía nenhuma condição digna de sobrevivência, (saneamento básico, abastecimento de água, energia) sem nenhum equipamento público (escola, posto de saúde, praças) e vivendo com a presença de enchentes constantes alagamentos em época de chuva.

Essa ação ocorreu no prédio, cuja construção estava inacabada, do que supostamente viria a ser um empreendimento hoteleiro em localização privilegiada, na principal via de chegada ao bairro Praia de Atalaia, há poucos metros do mar.

Neste bairro estão localizadas as praias dos Artistas, Havaizinho e Atalaia. Esta última é a mais conhecida e frequentada das praias de Aracaju, caracterizada pela urbanização de sua orla, que ganhou diversos atrativos, tais como os arcos, passarelas para acesso à beira-mar, esculturas de personalidades ilustres, um oceanário, inúmeros bares e restaurantes, além de espaços para shows e eventos diversos.

Foto 02 - Aracaju: Bairro Atalaia, Local da Ocupação 1º de Maio.



Autoria: SANTOS, J. E. 14/05/ 2013

O local onde as famílias estavam ocupadas é de propriedade do advogado, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Aracaju, Viana de Assis⁴⁷. O hotel começou a ser construído em 1986. Para a execução da obra foram investidos recursos do governo do estado de Sergipe e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ficando inacabado por irregularidades na execução do projeto. Estão explícitos aqui o abandono da obra, o processo de especulação imobiliária com recursos públicos, e o descumprimento das cláusulas da *função social da propriedade* do Estatuto da Cidade (EC) no seu capítulo III. Art. 20 e subitem do Art. 30.

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização. Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas⁴⁸.

Dessa forma, as famílias o ocuparam (dentro do dimensionamento do espaço de luta e resistência) materializado na luta pela reforma urbana conferindo-lhe o *valor de uso*, apesar de ter ocorrido de forma efêmera, constituiu um momento de luta que tinha o intuito de denunciar para a sociedade o não cumprimento do Estatuto da Cidade (EC), e para que a política de habitação popular de cunho social fosse revista e ampliada, atendendo realmente os mais carentes, demonstrando aqui

que o processo de espacialização da luta pela habitação popular caso houvesse conquista do local é que poderia estabelecer o seu valor de uso.

Nós queremos é o direito à moradia um direito que é garantido pela constituição federal e que se nós não lutarmos vão apagar... porque é um direito que se tem é uma lei que não se faz cumprir. (Entrevistado 01, São Cristóvão, 2013).

Foto 03 - Aracaju: Bairro Atalaia: Ocupação 1º de Maio- Valor de Uso.



Autoria: *site jornaltres.blogspot.com*, acessado em 01 de maio de 2012.

Após anos da reintegração de posse que garantiu a expulsão (extermínio/limpeza dos pobres do empreendimento) das famílias, tem-se como resultado (até a finalização desse estudo) a não alteração (exceto a presença de animais que agora ocupam o prédio), da situação do empreendimento, ou seja, esse continua não cumprindo com a sua *função social*. Porém, o papel que o mesmo cumpre se dá em torno e a partir da realização de práticas ilícitas servindo de esconderijo para marginais, como ponto de prostituição ou de uso de drogas. Apresentamos algumas imagens que retratam essa situação.

Foto 04 – Aracaju: Bairro Atalaia. Uso do empreendimento.



Autoria: SANTOS, J. E. 15 de maio de 2013

Foto 05 – Aracaju: Bairro Atalaia. Marca da espacialização da luta.



Autoria: SANTOS, J. E. 15 de maio de 2016

Ainda nessas imagens podemos observar a marca da espacialização da luta retratado no desenho feito na parede, onde demonstra, um jovem com a mão erguida gritando e sendo acompanhado pelos trabalhadores. Onde notamos que a reação dos trabalhadores é justamente para que seja cumprindo o que se apresenta na lei, uma vez que a mesma vem sendo descumprida, buscando principalmente reverter este processo, para que a cidade e a propriedade cumpram com a sua função social e não contribua para a especulação. Assim, após o despejo (efetivado no ano de 2012) estas

foram ocupar outra área, dessa vez o Kartódromo localizado no bairro Santos Dumont, maior bairro da periferia da cidade de Aracaju, com uma população de baixa renda e alto índice de criminalidade.

Nesse local, o Estado na época administrado pelo então governador Marcelo Déda⁴⁹ aprofundou a violência junto às famílias, convocando tropas policiais para, através da força, fazer a retirada do local em litígio. Além da violência a que os mesmos estavam submetidos pela omissão estatal no não cumprimento ao que todo cidadão tem, a polícia utilizou de violência não somente física, mas também verbal, moral e psicológica, agredindo assim os trabalhadores e quem inclusive não fazia parte do Movimento, mas se solidarizou com a situação.

A polícia apareceu para tirar a gente do local sem a apresentação de liminar ou de reintegração de posse [...] nenhum juiz deu [...] diziam que era ordem de alguém de cima. Depois foram uns covardes usaram balas de [...] efeito moral e bombas de gás, cães e helicóptero. Eles disseram que não. Mais saíram agredindo crianças, idoso, mulheres grávidas, deficientes físicos, proibindo mães de não levar mantimentos, nem água e alimentação para seus filhos (Entrevistado 01, São Cristóvão, 2013).

As imagens dessa ação covarde, patrocinada pela Polícia Militar do estado de Sergipe, encontram-se em posse da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Sergipe). Após esse fato as famílias foram cadastradas pela Secretária de Inclusão Social do Estado (SISE), levadas em seguida para um galpão localizado na Rua Amapá, nº205, no bairro Siqueira Campos, destinado anteriormente à guarda de maquinário por parte da prefeitura de Aracaju.

Fotos 06, 07 – Aracaju: Bairro Siqueira Campos. Galpão alugado pela PMA.



Autoria: RAMOS FILHO. E. S, 22 de maio de 2010.

Nesse galpão o MOTU exibiu uma placa que recordava a ação de dois anos atrás referente ao ataque realizado pelas forças policiais a ação ocorrida no kartódromo. Visando resgatar a memória e o sentido da luta. Visualizamos através das imagens, mais uma vez, o valor de uso auferido pelas famílias nas roupas penduradas no varal, na bandeira do movimento hasteada, nos desenhos nas paredes etc.

Uma das principais figuras revolucionárias de referência do Movimento em estudo é Che Guevara inclusive seu retrato era encontrado pintado em várias paredes do Galpão. Tal fato justifica-se, segundo depoimentos de um dos coordenadores, por sua simbologia dentro do campo socialista de promover enfrentamento e organização de massas na promoção da revolução tal como enaltece o MOTU. A identificação com sujeitos que dedicaram sua vida à luta enquanto figuras revolucionárias servem de modelos e fonte de inspiração para os militantes há exemplo de: Carlos Prestes, Rosa Luxemburgo, Fidel Castro, Che Guevara, Zapata, Zumbi, Malcolm X, Marx, Engels.

Porém, a necessidade da população cada vez mais segregada por esse modelo de sociedade é crescente, sendo que na grande maioria dos casos, os sujeitos que se encontram em extrema situação de miséria e que não tem condição material de pagar o aluguel e de se manter, acabam buscando por diferentes maneiras/formas a sobrevivência, uma dessas alternativas é se organizar através dos movimentos socioterritoriais.

Sendo assim devido a uma intensa procura, de sujeitos necessitando de habitação o MOTU no ano de 2010 realizou uma série de reuniões, estudos, assembleias e decidiu realizar uma ocupação, essa aconteceu em um antigo empreendimento inacabado, localizado no bairro Atalaia área nobre na zona sul de Aracaju, há cerca de 10 km do centro da cidade. Essa ocupação recebeu o nome de Almir Bezerra de Araújo⁵⁰ onde teve início com 50 famílias e em menos de dois meses, começou a contar com 252 famílias. Nesse local o movimento organizou as famílias pelo número de apartamentos, além de construção de áreas coletivas (espaço de lazer para as crianças, sala de reuniões e estudos, etc.).

A seguir apresentamos um conjunto de imagens para demonstrar a espacialidade do Movimento e o que ocorreu, durante e depois desta ocupação, a partir delas tentaremos explicar ao leitor o quanto essa luta pela conquista da casa própria, tem como principal fundamento reivindicar frações do espaço dominadas pelo/para o capital, transformando esse espaço de *valor de troca* pelo do *valor de uso*.

Foto 08 - Aracaju: Bairro Coroa do meio. Flat Atalaia 1º Dia da Ocupação Almir Bezerra de Araújo.



Autoria: site *infonet*, 04 junho de 2012.

Foto 09 – Aracaju: Bairro Coroa do meio. Resistência das famílias da Ocupação Almir Bezerra de Araújo.



Autoria: site *infonet*. Acessado em: 04 de junho 2013

Nestas imagens da ocupação realizada, observamos a bandeira do Movimento que representa a sua resistência, as faixas denunciando a especulação imobiliária e esclarecendo a população que se tratava de uma ação reivindicatória pela habitação.

Foto 10 – Aracaju: Bairro Coroa do meio. Reintegração de posse com a presença da PM. Ocupação Almir Bezerra de Araújo.



Autoria: site *infonet*. Acessado em: 04 junho de 2012.

A reintegração de posse foi feita pela PMA, SMTT e o Pelotão de Choque da Polícia Militar do Estado que mais uma vez agiu de forma truculenta. O Estado demonstrou sua força contra os pobres, despejando-os e deixando-os sem lugar para onde ir.

Nessa imagem podemos ver a dureza da luta por *habitação/terra* no espaço urbano, onde as famílias sem teto, segregadas pela sociedade são tratadas sem respeito e dignidade, cabe aqui uma reflexão se a lei existe, ela existe para manter uma determinada ordem social essa é regulamentada pelo Estado (representado nas suas diversas instituições).

Entretanto, esses mesmo Estado uma vez a serviço da propriedade privada da terra não reconhece que a luta desses sujeitos baseia-se na lei e não fora dela então temos uma contradição: o próprio Estado que deveria garantir o bem-estar de todos a princípio não o faz quando não reconhece as suas próprias normas, distorcendo o seu papel de regulamentador da sociedade para servidor de uma classe.

Foto 11 – Aracaju: Desocupação. Bairro Coroa do Meio. Ocupação Almir Bezerra de Araújo.



Autoria: site *infonet*. Acessado em: 04 de junho de 2012.

Vemos através das imagens a simplicidade das condições materiais dos ocupantes que geralmente possuem poucos pertences pessoais, poucas coisas que individualmente tinham conquistado na simplicidade da sua condição de vida, devemos destacar aqui que este empreendimento se tratava de um *Flat*⁵¹ que estava abandonado a mais de 10 (dez) anos, não possuía sequer uma infraestrutura básica como água encanada, iluminação interna, além de servir como espaço de esconderijo para bandidos que praticavam seus furtos na região.

Nesse sentido, os ocupantes ficaram contando com a *não ação* do governo municipal e estadual indo ocupar a Avenida Mário Jorge (uma das principais vias de acesso ao bairro Atalaia) por 48 horas. Durante essas horas em que as famílias foram perseguidas (na exigência da saída da via) e isoladas pelo Estado.

Ocorreram diversos acontecimentos uma vez que na rua essas estavam sujeitas a qualquer tipo de sorte, destacamos o nascimento de uma criança que aconteceu em meio ao ocorrido (o mês de julho se caracteriza por ser uma época de intensas chuvas). Assim esta *não ação* por parte do Estado se dá de forma intencional, sendo uma prática de violência e preconceito institucionalizada pelos governantes seus aliados e apoiadores, procurando principalmente causar um desgaste físico-psicológico dos militantes e integrantes do Movimento como podemos observar na imagem abaixo:

Foto 12 - Aracaju: Bairro Coroa do Meio, Isolamento das Famílias na Avenida Mário Jorge. Ocupação Almir Bezerra de Araújo



Autoria: RAMOS FILHO; E. S. 05 de junho de 2010.

Utilizando-se de um repertório de táticas, para fazer com que ao longo do tempo estes recuem ou desistam da luta, a exemplo do corte de água e luz das áreas ocupadas, uma vez que esses são serviços básicos para a garantia e permanência nas ocupações, ou ainda patrocinando um constante isolamento das áreas ocupadas através de uma série de restrições (entrada e saída de pessoas) para que suprimentos (alimentos, cobertores, produtos de higiene, etc.) não sejam entregues nem recebidos.

Para se fazer cumprir a função social da terra urbana o Movimento reivindica a cidade por meio de diferentes ações (a ocupação é uma delas). Na comparação desse empreendimento com os outros percebe-se que as sucessivas “derrotas” do MOTU pouco ou em nada modificaram a ação do Estado na regularização desses locais. Atualmente o prédio é uma unidade da rede de hotéis *Confort*⁵² em Aracaju.

Isso acaba fazendo com que as divergências internas do grupo de como agir perante as dificuldades se aflorem e sejam aprofundadas, isso leva a tencionamentos sobre questões básicas a exemplo da organização, divisão das tarefas, prioridades, etc. Fazendo com que as regras internas

sejam colocadas em cheque para que os envolvidos na resistência e enfrentamento ao capital e ao Estado se dividam...

O pessoal do governo disse pra gente sair [...] mais já não foi feito [...] afinal vocês já estão cadastrados e nós não podemos fazer nada [...] não nós responsabilizamos por esse povo o que nos prometemos a vocês é o aluguel social que não pode ser hoje vai demorar um pouco [...] vocês já foram cadastrados agora fiquem por sua conta [...] ninguém pode fazer nada por invasores [...] Daí eu perguntei: e a gente vai dormir em baixo de uma folha de papel é?... (Entrevistado 01, São Cristóvão, 2013).

A utilização de órgãos como a Secretária Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) agindo em parceria com a empresa TORRE⁵³, a Secretária Municipal de Direitos Humanos (SMDH) e a Tropa de choque da polícia militar do estado de Sergipe foram utilizados para garantir a remoção, manter o controle e o isolamento das famílias da área. Segundo relato,

A TORRE! Tava mobilizada com tudo para tirar o lixo da rua [...] não! [...] mais pra tirar o povo sim [...] como se a gente fosse lixo ou pior que isso [...] e a Secretária de Direitos Humanos que de humano não tinha nada! A Tropa de Choque com os policias rindo da gente eles vieram com caminhões para colocar a gente justamente com as nossas coisinhas conquistadas com muito suor em um depósito... (Entrevistado 01, São Cristóvão, 2013).

Na próxima imagem podemos ver a ameaça escrita no portão pelos vigilantes do local ao movimento: “temos armas registradas, não voltem aqui! ” Isso ratifica a marca do exercício do poder através do uso da violência mostrando o que pode acontecer caso as famílias quieram reivindicar novamente esse local.

Foto 13 – Aracaju: Bairro Coroa do Meio, Violência - Ameaças as famílias no portão.



Autoria: SANTOS. J. E., 14 maio de 2013.

Durante todo esse processo de enfrentamento ao Estado e ao capital as famílias decidiram em assembleia geral realizada no dia 03 de junho de 2012, (re)ocupar, o empreendimento, entretanto houve uma segunda ordem de despejo, solicitada a pedido da PMA e executada pela PMES, dessa vez as famílias permaneceram no local por 7 dias.

A prefeitura municipal decidiu devido aos constantes enfrentamentos com o Movimento entrar em processo de negociação com os seus representantes. Essa se comprometeu em realocar as famílias “provisoriamente” em um galpão alugado, no bairro São Conrado localizado na zona sul da cidade, formado principalmente por vilas bastante precárias, que possuem um dos maiores complexos habitacionais de Aracaju, o conjunto jornalista Orlando Dantas. Esse galpão ficava localizado numa antiga área de manguezal que fora aterrado e não possuía uma infraestrutura mínima para abrigar as famílias. Abaixo apresentamos o registro (foto) de como essas famílias se encontravam.

Foto 14 – Aracaju: Bairro São Conrado, Condições de acomodação das famílias do MOTU no galpão alugado pela PMA no Conjunto Orlando Dantas.



Autoria: Imagem cedida pelo MOTU 10 julho de 2012

Nesse local foram realocadas cerca de 100 famílias com uma série de exigências até então só poderiam ser alojados idosos, gestantes, crianças, portadores de necessidades especiais, e aqueles que eram contemplados com o auxílio da bolsa família etc. Outras dez famílias foram contempladas com o aluguel social. Os galpões que a PMA disponibilizou para as famílias ocupantes eram de estrutura precária, e havia a promessa de futuramente ceder-lhes a casa própria, fato que até o presente momento de finalização escrita dessa dissertação ainda não foi concretizado.

O lugar para onde essas famílias foram colocadas possuía uma infraestrutura física sem conservação, pois apresentavam diversos problemas tais como telhado com goteiras, infiltrações, instalações elétricas expostas, o que colocava em risco a vida dos ocupantes - o galpão era pouco ventilado, constantemente quente.

Além disso, as famílias moravam em locais cujas “paredes” eram divididas por papelões e/ou pedaços de plástico, sem nenhuma privacidade. Estes lugares contavam com poucos banheiros, o que era extremamente insuficiente para suprir a demanda dos moradores, possuíam espaços improvisados para a lavagem de roupas e louças. As famílias não recebiam sequer assistência médica, odontológica ou sanitária.

Vale a pena aqui destacarmos outro problema marcante no tocante à avaliação das políticas de moradia e compensação social, a exemplo do auxílio-moradia para famílias carentes que não possuem imóveis (aluguel social e cheque moradia), esses programas são realizados pela PMA via cadastro social, pela Secretária Municipal de Assistência Social (SMAS).

Onde a prefeitura fica responsável pelo pagamento do aluguel até que as famílias consigam suas casas. O limite de tempo previsto pela lei municipal (Lei nº 3.873, de 07 de maio de 2010) para esse tipo de auxílio é de três meses no valor máximo de R\$ 300,00. De maneira geral, esse tipo de política tenta criar um desfoco ao embate feito pelo Movimento na luta por todo um aparato que possibilite a melhor reprodução social dos sujeitos nele inseridos.

Avaliamos que essa política favorece a especulação imobiliária, (em Aracaju existe uma intensa rede de empresas financiadoras de aluguel) uma vez obrigadas a procurarem individualmente suas moradias as famílias, acabam assinando contratos (muitas vezes arbitrários e desfavoráveis) em que essas são determinadas a cumprir seguindo uma série de regras e normas muitas delas sujeitas a multas e rescisões.

Essas acabam indo viver em áreas distantes do centro da cidade e conseqüentemente do local de trabalho. Isso não realiza as transformações buscadas pelo Movimento, tenta-se dessa maneira desmembrar suas pautas de reivindicação junto ao Estado, o discurso dos gestores e de que assim, essas famílias estarão/encontrarão locais mais proveitosos, pois essas têm possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviços urbanos estão disponíveis.

O fato é que as políticas de habitação não são suficientes para suprir a demanda por moradia... Não temos ajuda de partidos políticos ou ONG(s) apenas parceiros como exemplo o MST que nos dá um auxílio [...] (Entrevistado 01, São Cristóvão, 2013).

Ou quando o relatam sobre o preço do aluguel,

O aluguel é a pior coisa que a pessoa tem às vezes as pessoas deixam de comer de comprar a feirinha pra pagar né. [...] o povo precisa muito de alimentos e de casa né! (Entrevistado 03, Aracaju, 2013).

Devemos lembrar que apenas as áreas de difícil acesso na cidade de Aracaju possuem aluguéis de tal nível. Mais uma vez está explícita através desse programa a segregação, pois em uma cidade em que o valor médio do aluguel em 2012 somente a zona norte era de R\$ 400,00⁵⁴. Tornando-se irrisório, pois muitas vezes tem que ser complementado pelas próprias famílias, durante os acordos feitos nos contratos, além de haver constante atraso no repasse dos mesmos. As táticas

adotadas (pelo capital e o Estado) na tentativa de desmobilizar a luta do Movimento agindo muitas vezes em conjunto através de medidas como ações judiciais de reintegração de posse, violência policial e institucional, compensação social (Auxílio-Moradia Transitória⁵⁵).

Assim, essas políticas são fundamentadas na tentativa de esconder ou mesmo negar as contradições adotadas por um modelo de desenvolvimento desigual e combinado e que tem na segregação um de seus pilares de sustentação. A seguir apresentaremos o quadro 03 Aracaju: Geografia das Ocupações Urbanas do MOTU (2007-2016) com as seguintes informações: número, local das ocupações famílias, ano e quantitativo de famílias.

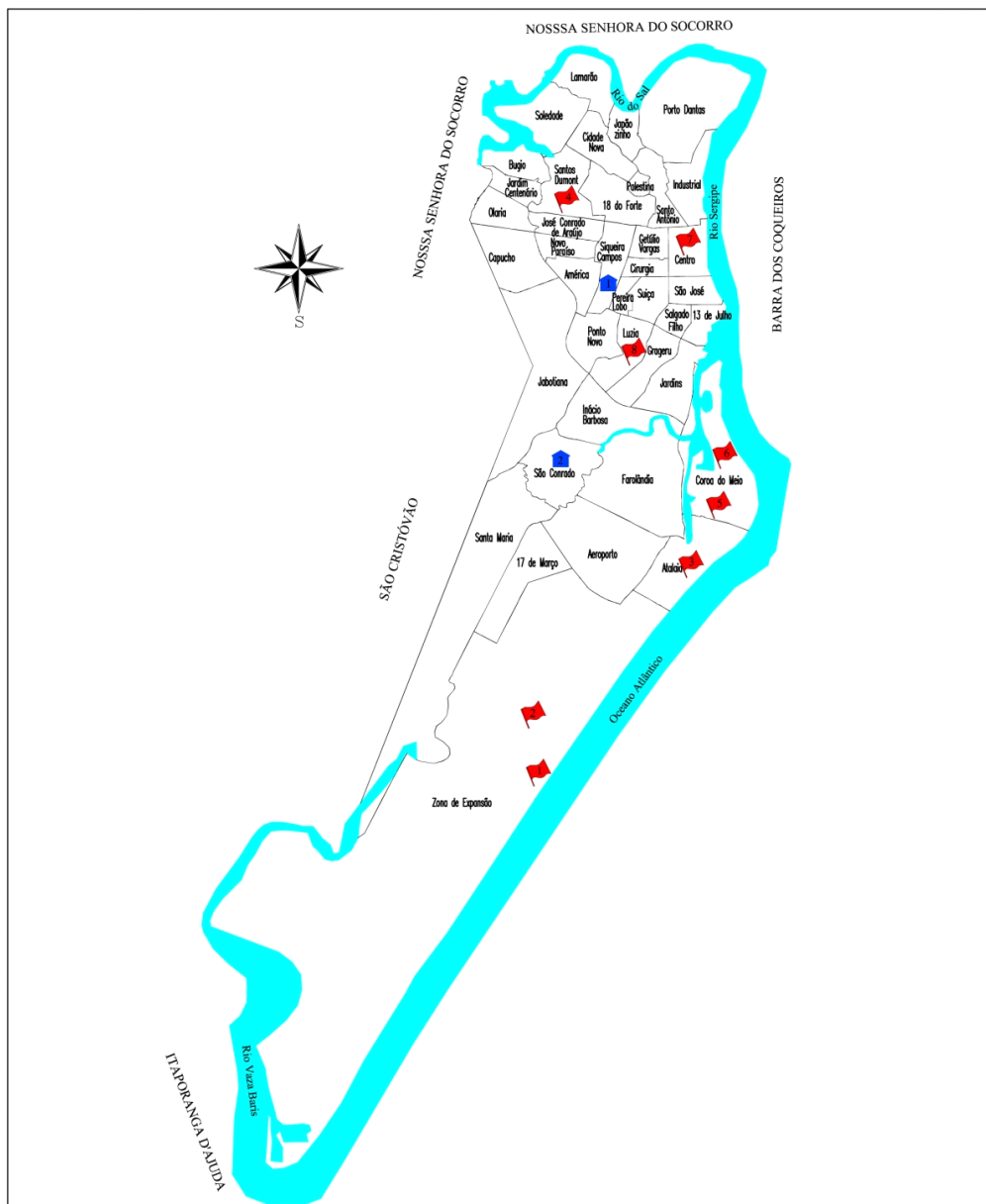
Quadro: 03 – Aracaju: Geografia das Ocupações Urbanas do MOTU (2007-2013)

Número	Local das ocupações	Ano	Quantitativo de Famílias
1ª Ocupação	Clube dos servidores da Companhia Estadual de Abastecimento Telefônico do Estado Sergipe (TELEGIPE)	2007	450
2ª Ocupação	Clube dos Servidores do Município de Aracaju (CSMA)	2007	260
3ª Ocupação	Empreendimento privado não concretizado	2008	160
4ª Ocupação	Kartódromo Santos Dumont	2008	180
5ª Ocupação	Empreendimento privado não concretizado	2010	252
6ª Ocupação	Avenida José Cândido da Silva	2010	230
7ª Ocupação	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2013	650
8ª Ocupação	Caixa Econômica Federal (CEF)	2013	180
Total			2.362

Fonte: MOTU. Organização: SANTOS. J. E., 2016.

A partir do quadro apresentado observamos que durante os anos de 2007 a 2013 o MOTU realizou um total de oito ocupações e mobilizou um quantitativo de mais de 2.362 famílias somente na cidade de Aracaju. Sendo assim, percebemos que as ações do Movimento denunciam primeiramente para a sociedade o descumprimento da função social da terra urbana principalmente nessa região, para que, em seguida, possam reivindicar políticas de habitação popular que realmente atendam às reais necessidades dos mais carentes. Através das informações coletadas construímos o cartograma do município de Aracaju referente a espacialização das ações do MOTU 2007-2013. Devemos atentar para a visualização de que se constata que a maioria das ações do Movimento aconteceu de modo mais expressivo nas zonas sul e de expansão da cidade sendo essas áreas bastante valorizadas e que servem na sua grande maioria para a especulação fundiária da terra na cidade.


MUNICÍPIO DE ARACAJU ESPACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO MOTU 2007 - 2013



Sistema Geodésico Brasileiro
Elipsóide de referência: SAD-69
Datum horizontal: Vértice Chuá (MG)
Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Origem: Equador e Meridiano Central de 39° W. GR.

Fonte: MOTU, 2013.
Organização: Gilberto Nunes da Silveira

ESCALA = 1:150.000
0 1,5 3 4,5Km

 OCUPAÇÃO

- 1 - Clube da TELERGIPE, 2007.
- 2 - Clube dos Servidores do Município de Aracaju (CSMA), 2007.
- 3 - Empreendimento privado não concretizado, 2008.
- 4 - Kartódromo Santos Dumont, 2008.
- 5 - Empreendimento privado não concretizado, 2010.
- 6 - Avenida José Cândido da Silva, 2010.
- 7 - Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), 2013.
- 8 - Caixa Econômica Federal (CEF), 2013.

 GALPÃO

- 1 - Galpão da Prefeitura Municipal de Aracaju, 2008.
- 2 - Igreja Universal do Reino de Deus, 2010.

Figura 06 - Mapa Município de Aracaju: espacialização das ações do MOTU 2007-2013.

A partir do cartograma, das imagens e dos relatos acima podemos observar os seguintes processos de espacialização do MOTU no município de Aracaju onde estão: a) O quantitativo e a localização de ações (ocupações) realizadas pelo Movimento de 2007 a 2013; b). O deslocamento da luta feita pelo Estado e o capital (galpões) na realocação das famílias em áreas periféricas da cidade, portanto, longe do centro; c). A Zona de Expansão Urbana (ZEU) da cidade ao sul uma área de intenso investimento, especulação e elevação do preço da terra (renda com a super e hipervalorização dos terrenos) pelo capital, uma vez que é uma região para onde a cidade ao longo do tempo tende a crescer. etc.; d) As áreas de ocupação do Movimento são subutilizadas⁵⁶, ou seja, são áreas que estão abaixo da sua capacidade de atender o básico para a sobrevivência dos que delas reivindicam a exemplo: saneamento, abastecimento de água e rede elétrica, posto de saúde e escolas.

Seguindo uma alternativa que vai contracorrente os sujeitos sociais inseridos no Movimento através das suas táticas e ações político-econômicas (formação, organização e coletividade) acabam por se envolver diretamente nesse processo, é através de diferentes ações realizadas ao longo do tempo que são escancaradas fraturas/fragilidades desse sistema. Esses tentam, (através de elementos que serão apresentados no capítulo 4 modificar a realidade presente na construção da autonomia coletiva de grupos historicamente alijados pelo Estado.

Entretanto, torna-se fundamental lembrar que a segregação se constitui, enquanto um sustentáculo desse modo de produção (baseado no individualismo, consumismo, alienação degradação da natureza e do ser humano) onde uma boa parte das elites que se apropriam do Estado acabam por impondo suas vontades e desejos na utilização de uma série de discursos, leis, regras, normas etc. (fazendo com que isso não apareça de maneira clara mais que seja velado via processo intenso e contínuo de alienação).

4.3. Características do município de Nossa Senhora do Socorro

O município de Nossa Senhora do Socorro, localizado na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) tem grande destaque em razão de sua proximidade com a capital sergipana, tornou-se verdadeira cidade-dormitório, onde situa-se diversos conjuntos habitacionais entre os maiores: Marcos Freire I, II e III, João Alves, Fernando Collor, Conjunto Jardim, Parque dos Faróis e Taiçoca com uma extensão de 156 Km², ocupando 0,7% da área estadual e 7,4% da Região da Grande Aracaju (RGA), limitando-se com Laranjeiras, São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas e Aracaju. Os principais produtos agrícolas são banana, Coco-da-baía, Manga, batata doce, cana de açúcar,

mandioca e feijão. A pescaria é diversificada tanto nas águas dos rios como no mar, com destaque para carimãs, pescados, xeréus, bagres, robalos, traíras, arraias, carapebas e milongos atualmente a produção de camarão em viveiro tem se destacado. Na pecuária se destacam os rebanhos de Bovinos, Suínos, Equínos, Ovinos e galináceos (IBGE cidades, 2010).

A partir de 1980, o município passou por grandes transformações urbanísticas a sede da cidade não sofreu grandes alterações, entretanto, os povoados foram alvo de empreendimentos imobiliários que provocaram mudanças em áreas antes ocupadas por mangues e pouco povoadas. Essas mudanças foram consequência do projeto Grande Aracaju (GA) que objetiva fortalecer a economia do Estado, associando a atividade industrial à habitação. A partir da instalação dos conjuntos do Complexo Taíçoca (conjuntos João Alves Filho, Fernando Collor, Taíçoca de Dentro e de Fora, Piabeta, Albano Franco, Marcos Freire I, II e III e Venúzia Franco), além dos conjuntos Jardim e Parque dos Faróis (a chamada Grande Socorro).

A princípio construídos com subsídios do governo federal e estadual pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) - anteriormente demonstramos, como funcionou essa política no estado. Com o processo de migração interna (de regiões do estado e de estados vizinhos) para esses complexos e conjuntos começaram a surgir problemas estruturais (falta ou pouca oferta e acesso da população serviços públicos: escolas, posto de saúde, equipamentos urbanos., etc.) que o município teve dificuldades para resolver, pois segundo o discurso dos gestores não existia recursos técnicos e financeiro para combater dificuldades administrativas associadas ao desemprego, a violência e à marginalidade.

Durante o período de 2009 a 2016 o município passa a receber uma série de investimentos em infraestrutura (construção de pontes, alargamento de avenidas, ampliação de oferta de serviços, etc.). Tendo como destaque o forte processo (que toma conta da cidade-dormitório) na área de serviços com a ampliação de parceria público/privada (obras e insenção de impostos com apoio e incentivo do Estado para atrair investimentos de capital) há o avanço do empreendedorismo voltado principalmente para as áreas de lazer e comércio entre esses destaca-se, por exemplo, a consolidação e construção do *Shopping Prêmio*⁵⁷.

Podemos mais uma vez partir do pressuposto que o espaço é político e que é portanto, fruto-resultado/reflexo de um processo histórico que tem uma intencionalidade, voltado principalmente para a acumulação e o lucro fundado de superhipervalorização de determinados fragmentos da cidade (detalhe anteriormente discutido) em detrimento da segregação, espoliação e miséria de outros.

4.3.1. As ações do MOTU no município de Nossa Senhora do Socorro

No dia 06 de janeiro de 2011, um conjunto de 82 famílias que viviam no Conjunto Albano Franco, localizado no município de Nossa Senhora do Socorro ocuparam um terreno de forma espontânea pertencente à Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado (CEHOP/SE)⁵⁸, começaram então a procurar por ajuda e a inserção em alguma organização que tivesse compromisso e credibilidade social, e encontraram no MOTU.

Com a crescente crise estrutural do capital (anteriormente já explicitada nesse texto) os trabalhadores, vem sendo cada vez mais penalizados, historicamente a intensificação de uma série de processos como a precarização, subordinação, expropriação e espoliação desses ao modo de produção capitalista. Tem levado cada vez a um questionamento desse sistema social, com a negação ao acesso aos direitos sociais (garantidos na constituição no caso do Brasil) ao longo dos anos esses (organizados ou não) travam diversas lutas (no enfrentamento direto ao Estado e ao capital) em diferentes escalas e dimensões, o surgimento de ações espontâneas por sua vez se dá devido a luta pela sobrevivência na cidade o que está por traz desse tipo de ação é, portanto, o conflito de classes.

Nesse contexto o Movimento realizou diversas reuniões e assembleias a fim de conscientizar as famílias sobre o direito à habitação e procurando organizar de uma melhor forma à luta dessas famílias. Na recente ocupação, o MOTU realizou o cadastramento das famílias, divisão da área e dos lotes, organização das ruas, nome do acampamento, criação do espaço de convivência comum (barracão), infraestrutura para o apoio social, divulgação e articulação entre diversos parceiros (movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, coletivos de estudantes, entidades) adotando a tática de denunciar constantemente o abandono da área na mídia.

A partir dessas ações a ocupação em apenas cinco dias essa passou de 82 famílias para mais de 1.540 famílias, o que demonstrou o tamanho da demanda social que existia na área bem como demonstrou o poder de mobilização e da força social, quando organizada por um Movimento. Esse acampamento recebeu o nome de Novo Amanhecer, onde nas palavras do entrevistado quer dizer:

“Uma homenagem a um futuro que poderá ser possível se assim, quisermos...”
(Entrevistado 08, Nossa Senhora do Socorro, 2013).

Contudo, dentro desse contexto, a perseguição do poder público municipal ficou mais intensa e as famílias ocupantes organizadas pelo Movimento acabaram sofrendo constantes ameaças psicológicas e físicas. Durante o processo de reintegração da área o Estado utilizou-se de táticas de

isolamento onde a circulação (entrada e saída) das pessoas em solidariedade as famílias do acampamento. Outra medida tomada foi o corte do abastecimento de serviços básicos (eletricidade, água, etc.) no sentido de desgastar a resistência.

Portanto, utilizando-se do discurso do mantimento da “ordem burguesa”, o Estado vincula a defesa da propriedade privada como fundamental, sendo que em alguns casos torna-se necessário o uso da força na resolução dos problemas, pois segundo esse preceito somos iguais perante a lei, porém a igualdade não se dá de forma concreta, uma vez que, apesar desse preceito sabemos concretamente que alguns têm mais direitos que outros, uma vez que é a propriedade privada que determina o valor do sujeito em detrimento da vida de outros.

Assim, no dia 18 de janeiro de 2011, por ordem judicial houve a decisão de despejo do terreno com um prazo máximo de saída das famílias em três dias. Sem ter para onde ir, 500 delas decidiram em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2011, aceitar a proposta da Secretária de Assistência Social (SAS) e foram destinadas para um galpão localizado no Distrito Industrial de Nossa Senhora de Socorro (DINSS) localizado no conjunto Marcos Freire I.

No dia 23 de janeiro de 2011, essa ordem foi acompanhada por vigilantes particulares e pela Polícia Militar do Estado de Sergipe (PM/SE). Com a remoção estas não encontraram outro lugar para retornar e contaram apenas com o apoio e solidariedade do MST/SE, no apoio logístico (carros e equipamentos) e de militantes para acompanhar as famílias.

O poder judiciário quase nunca é favorável a nós [...] eles não olham para o sofrimento do povo [...] porque esses juízes na sua grande maioria fazem parte dos ricos e eles defendem os poderosos [...] é sempre assim” (Entrevistado 08, Nossa Senhora do Socorro, 2013).

A segunda ocupação do MOTU ocorreu no dia 17 de agosto de 2011 e contou com 170 famílias numa área, localizada no Conjunto Marcos Freire II, em um terreno pertencente ao Sindicato dos Radialistas do Estado de Sergipe (SRES). A reintegração de posse foi expedida pela juíza Eneida Lupinacci Costa⁵⁹, através da 1ª Vara Cível de Nossa Senhora do Socorro, que estabeleceu um prazo de 72 horas, a partir do recebimento da decisão, com multa de R\$ 5 mil reais diários em caso de descumprimento. Como a decisão judicial foi desfavorável ao Movimento restou como alternativa a saída das famílias da ocupação, escoltadas de perto pelo pelotão de choque da PM/SE.

A terceira ação ocorreu no dia 20 de agosto de 2011 em um terreno pertencente à Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), localizado no Conjunto Marcos Freire II. Contando com a participação de 140 famílias, esse acampamento existe há 6 anos, abaixo destacamos algumas fotos e

relatos dos moradores, a precariedade em que vivem as famílias nesse acampamento onde a situação em que se encontram se arrasta sem resolução até o encerramento dessa pesquisa, nota-se que as ruas não têm esgotamento, saneamento básico e iluminação ou coleta seletiva de lixo, os barracos são feitos de restos de materiais de construção (lonas, madeira, plástico e papelão).

As famílias possuem alguns poucos pertences pessoais, além disso esses sofrem com constantes ameaças, psicologias e morais do Estado (nesse caso específico, representado pela instituição da polícia militar). Nota-se ainda que as crianças, mulheres e os idosos são em sua grande maioria negros e, portanto, mais suscetíveis a diversas fragilidades como doenças, agressões, problemas de saúde, etc.

Foto 15 - Nossa Senhora do Socorro: Conjunto Marcos Feire II. Acampamento Novo Amanhecer.



Autoria: SANTOS. Jorge Edson, 31 julho 2013.

Foto 16 - Nossa Senhora do Socorro: Conjunto Marcos Feire II. Acampamento Novo Amanhecer. Criança brincando



Autoria: SANTOS. Jorge Edson, 31 de julho 2013.

Segundo relato a primeira ação tomada, pós-ocupação das famílias foi,

A primeira coisa que a polícia fez aqui na ocupação foi cortar a luz (...) a gente tá vivendo no escuro. (Entrevistado 04, Nossa Senhora do Socorro, 2013).

A área ainda se apresenta sem condições de propiciar lazer para as crianças, um outro fator é que durante a época das chuvas as ruas são inundadas, o convívio no mesmo espaço entre os humanos e os animais (cachorros, ratos, cobras, cavalos, etc.) também é um fator preocupante. O acampamento é dividido em três ruas e contém um barracão central onde são realizadas festas, estudos, cursos de formação, reuniões e assembleias.

Podemos ver a partir das imagens 15 e 16 a resistência dessas famílias que passam por muitas dificuldades. Diferentemente daquilo que o Estado tenta esconder, a desigualdade é gritante e a necessidade de mudança de vida e de perspectiva da realidade de muitas dessas famílias perpassam através da realização do sonho da habitação.

4.4. Características do município de Barra dos Coqueiros

O município de Barra dos Coqueiros, está localizado na Região Metropolitana de Aracaju(RMA) Com uma população de 26.059hab.km² (vinte e seis mil e cinquenta e nove). Ligar-se

a capital sergipana (Aracaju) pela ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros. A zona rural é composta pelos povoados: Atalaia Nova, Capuã, Alagadiço, Barro Branco, Barro Vermelho, Olhos D'água e Loteamento Paraíso, já as *Vilas são*: Cajá, Agrovila. (Fonte: IBGE cidades, 2010).

4.4.1. As ações do MOTU no município de Barra dos Coqueiros

Após realizar uma série de levantamentos de dados (através de indicadores sociais, políticos e econômicos) houve uma série de estudos acerca da realidade do município, reuniões e visitas onde o MOTU realizou uma série de assembleias com famílias que se encontravam em condições de risco, vivendo em comunidades pobres, pagando aluguel ou vivendo em submoradia⁶⁰ principalmente nos povoados de Atalaia Nova, Capuã, Alagadiço, Barro Branco, Barro Vermelho, Olhos D'água, Loteamento Paraíso, Vila Cajá, e Vila Agrovila do município de Barra dos Coqueiros.

Nesse município o MOTU organizou 172 famílias que viviam nesses povoados e, no dia 15 de fevereiro de 2013, em decisão coletiva (dimensionamento do espaço de luta e resistência), ocuparam um terreno às margens da rodovia SE - 100, pertencente à Prefeitura Municipal da Barra dos Coqueiros (PMBC), próximo à cabeceira da ponte construtor João Alves Filho, que liga o município de Barra dos Coqueiros a Aracaju o acampamento recebeu o nome de Vitória da Ilha. As famílias ficaram acampadas por mais de dois meses no terreno quando a PMBC, conseguiu uma ação judicial de reintegração de posse. Abaixo segue imagem e relato de um dos ocupantes, optamos por esse estilo para traçar uma relação entre as imagens e o sentimento dos sujeitos afetados durante os conflitos:

Foto 17 - Barra dos Coqueiros: Saída Aracaju-Barra. Situação dos barracos após a desocupação



Autoria: Cedida pela Organização, em 19 de março de 2013.

No momento da desocupação recebemos um prazo de 30 minutos né... Pra desocupar nossos barracos eles nos deram muito pouco tempo teve gente que perdeu [...] eletrodomésticos, móveis e até bicho de estimação. [...]. Eles passaram os tratores por cima de tudo e a gente não pode fazer nada (Entrevistado 06, Barra dos Coqueiros, 2013).

No dia 21 de março de 2013, logo após a decisão judicial favorável à reintegração de posse, integrantes do Movimento despejados do acampamento realizaram uma manifestação, ocuparam a calçada da sede da PMBC. Abaixo segue imagens e relato de acampados

Eles chegaram aqui e deram prazo de uma hora e meia para a gente tirar os barracos, mas a gente só vai tirar umas seis horas da tarde. [...]. Ninguém veio ver o que a gente está passando, nem assistente social nem nada (Entrevistado 09, Barra dos Coqueiros, 2013).

Se a gente tivesse para onde ir meu fio a gente não ia ficar nessa situação não. [...]. Aqui a situação é precária! Olhe, olhe... Para gente ter água a gente pede ajuda aos vizinhos memo [...] e energia é a do poste. [...] A gente tá esperando as nossas casas. O prefeito disse que ia procurar um local para colocar a gente, depois vira as costas (Entrevistado 10, Barra dos Coqueiros, 2013).

Foto 18, 19 - Barra dos Coqueiros: Famílias montam acampamento em frente à prefeitura



Autoria: SANTOS. Jorge Edson, 22 de março de 2013.

Observando a partir das imagens 18 e 19 bem como os relatos coletados a partir das entrevistas concedidas percebemos a ação do Movimento no sentido de denunciar à sociedade o descaso e a falta de compromisso do poder público para com os pobres a fim de sensibilizar a população local, demonstrando o sofrimento que as mesmas estavam passando.

No dia 28 de março de 2013, houve um acordo entre o Movimento e a PMBC, uma vez que elas não poderiam ficar no local. As 172 famílias foram realocadas e alojadas na quadra poliesportiva Capitão Juca, única coberta do município, segue imagem:

Foto 20 - Barra dos Coqueiros: Quadra poliesportiva do Colégio Estadual José Franklin (CEJF). Famílias na quadra



Autoria: Cedida pela Organização, em 30 de março de 2013.

Na tarde do dia 06 de junho de 2013, após decisão em assembleia, mais de 500 famílias sem teto resolveram transferir o acampamento para um terreno próximo ao acesso da praia de Atalaia Nova localizada no município de Barra dos Coqueiros. A área ocupada foi declarada de interesse público para fins de construção de moradias populares, em cujo processo estaria apenas faltando à efetuação do pagamento ao antigo proprietário pela PMBC o que não aconteceu assim às famílias decidiram continuar na luta e ocupar a área.

Foto 21 - Barra dos Coqueiros: Atalaia Nova Ocupação. Vitória da Ilha



Autoria: SANTOS. J. E., 10 de julho de 2013.

Foto 22 - Barra dos Coqueiros: Atalaia Nova Acampamento Vitória da Ilha.



Autoria: SANTOS. J. E., 10 de julho de 2013.

Segundo a assessoria de comunicação da PMBC, na época esta negou o procedimento adotado reconhecendo que o processo para desapropriação tinha com o objetivo a construção de 560 moradias populares para famílias que residiam nas invasões (Sovaco do Cão, Goré, Portelinha, Atalainha e do Canal do Guaxinim)⁶¹ que já tinham sido pré-cadastradas pela secretária de assistência social do município e que uma conversa tinha sido iniciada com os integrantes do MOTU, mas que não teve continuidade por se tratar de uma área pequena, insuficiente para erguer um quantitativo de imóveis exigidos para a demanda apresentada pelo Movimento. Segundo declaração não oficial essa ainda nos garantiu que se tratava de: *"oportunistas que nunca residiram na barra"*.

Em resposta a essa ação, o Estado demonstrou sua força contra os pobres, as famílias e militantes da organização que foram perseguidos através de prisões abruptas ordenadas pela então juíza Dr.ª Heloísa de Oliveira Castro Alves que concedeu uma reintegração a PMBC da área ocupada expulsando as famílias do local.

Devido não só às ações judiciais (incluindo prisão de dirigentes), como também a articulação feita entre os poderes judiciário e executivo do município, visando não só criminalizar, como também enfraquecer e intimidar de forma moral-psicológica os militantes do Movimento, de maneira a desgastá-los estes em ação tática resolveram suspender temporariamente as atividades no município.

Uma vez reorganizados e mais fortalecidos, os militantes do MOTU retomaram suas atividades no município, no dia 11 de julho de 2013, quinta-feira, às 09h: 00min, os integrantes dos acampamentos Vitória da Ilha (famílias que decidiram continuar na resistência) e Novo Amanhecer (Conjunto Marcos Freire II), realizam uma manifestação, em que interditaram nos dois sentidos a ponte Construtor João Alves⁶². O objetivo dessa ação, era denunciar a especulação imobiliária, e as decisões desfavoráveis aos trabalhadores tanto do poder público municipal quanto do judiciário.

A seguir apresentamos algumas imagens dessa ação bem como o relato de um dos militantes do Movimento.

Foto 23 - Barra dos Coqueiros: Manifestação Ponte Aracaju/Barra. Ponte Construtor João Alves. Manifestação Ponte Aracaju/Barra.



Autoria: SANTOS. J. E., 11 de julho de 2013.

Foto 24 - Barra dos Coqueiros: Manifestação Ponte Aracaju/Barra. Ponte Construtor João Alves



Autoria: SANTOS. J. E., 11 de julho de 2013.

Abaixo segue imagens dessa ação e relato de um dos militantes,

Decidimos trancar a ponte porque os moradores foram despejados das ocupações sem receber nada (...) além da questão da habitação, reivindicamos um transporte público de qualidade para as classes periféricas, a reforma agrária, política e urbana. (Entrevistado 07. Barra dos Coqueiros. 2013).

Através da ação realizada (bloqueio da ponte) o Movimento construiu a sua intervenção no sentido de denunciar para a sociedade o problema da falta de habitação, mas também o processo de especulação imobiliária (aumento no preço dos terrenos, grilagem de terras, não cumprimento do Plano Diretor (PD), etc.). Além disso a suspensão temporária no fluxo de pessoas, carros e principalmente de capital (travando o processo de circulação) acaba impedindo provisoriamente o uso desse fragmento do espaço, dando a esse equipamento outro sentido, quando se questiona a que, para quem e por que serve essa obra?

A partir de dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), após a edificação da ponte construtor João Alves a especulação imobiliária no município da Barra dos Coqueiros aumentou o preço dos terrenos. Na época a quantidade oficial de habitantes era de 24.976, sendo que o valor do metro quadrado de um terreno no município oscilava em torno de R\$ 130,00 nos imóveis mais antigos e simples⁶³.

Devemos atentar que com o processo de construção dessa obra a antecipação espacial e a especulação imobiliária através de grande investimento em infraestrutura e na construção de condomínios fechados foi bastante intensa. Ademais, a mesma se localiza a três (3) km do centro de Aracaju. Desse modo, as projeções para os próximos anos no município de Barra dos Coqueiros são dadas pelo aumento exponencial de sua população.

Somente no ano de 2013 a população que passou de 24.976 (hab. Km²) para 28.093 (hab. Km²), onde o preço do metro quadrado passou de R\$ 700,00 para até R\$ 2.500,00 referentes aos empreendimentos e terrenos mais novos, ou seja, houve uma hipervalorização relativa dessas áreas ultrapassando o total de mais de 1.823,07%.

Ou seja, o uso do solo do município (formado por pequenos sítios ligados principalmente a comunidades tradicionais, pescadores, catadoras de mangaba, etc. passa a sofrer com a especulação, grilagem de terras, mudança de impostos, etc.) passa a ser prioritariamente para a residência de alto padrão de consumo (geralmente condomínios fechados e mansões).

Depois da operação urbana realizada pelo Estado (com a construção da ponte) o surgimento, desses empreendimentos são apontados (pela maioria dos urbanistas e planejadores) como um processo natural e comum a realidade socioeconômica e socioespacial desse município, como, por exemplo o complexo urbanístico Alphaville⁶⁴ (*Alphaville Sergipe, Terras Alphaville e Terras Alphaville 2*) onde já foram investidos mais de R\$ 87 milhões de reais⁶⁵. Abaixo segue imagens da “disputa” territorial realizada por esses condomínios.

Imagens 01 e 02: Territórios do capital: o espaço dos condomínios fechados⁶⁶



Fonte: <https://mcaimoveis.wordpress.com/2014/04/12/complexo-alphaville-sergipe/> Acessado em: 16 de novembro de 2016.



Fonte: <https://mcaimoveis.wordpress.com/2014/04/12/complexo-alphaville-sergipe/>. Acessado em: 16 de novembro de 2016.

Esses condomínios são dotados de uma série de equipamentos internos esse empreendimento contém: salão de festas, terraço de jogos, churrasqueira, forno de pizza, espaço *fitness*, piscina adulto com raia, piscina infantil, deck molhado, playground, brinquedoteca, campo de futebol onde as praças estão divididas entre esportes, projetada com quadra poliesportiva, quadra de

tênis, trilha para caminhada, playground radical, play-aventura, quadra de vôlei de areia, cidade kids, mini-play Zoo, praça Bem-Estar com academia ao ar livre e espaço para alongamento⁶⁷.

Assim, estes aparecem como modelo de cidade, de sociedade, de desenvolvimento e de vida a ser seguido (re)afirmando e aprofundando o abismo social provocado pela apropriação/segregação, desigual/homogênea e contraditória do espaço sendo sustentados principalmente pelo discurso da “comodidade”, “segurança”, “conveniência e integração” para seus moradores.

Durante os processos de enfrentamento no município o Movimento nesse tempo de (re) organização realizou a ocupação de uma área pertencente à Superintendência do Patrimônio da União (SPU), contando com o quantitativo de 150 famílias e está localizada às margens do rio Sergipe. O acampamento recebeu no nome de Vitória da Ilha, permanecendo com o mesmo nome da ocupação anterior.

Entretanto, corre na justiça uma ação de reintegração de posse na qual o advogado José Carlos Montalvão, representante dos possíveis proprietários da área, nos informou durante a pesquisa realizada que a propriedade tem uma cadeia sucessória de trinta (30) anos e que desde 1983, pertence ao Grupo SAMAM⁶⁸, na pessoa de Manoel Rogério Menezes.

De acordo com ele, em 1997, a SAMAM fez um loteamento na área, transformando-a no Loteamento Rio Mar composto pelas Ruas A, B e C e que o local ocupado corresponde aos lotes 1, 2 e 3 pertencentes à Rua C. A direção do Movimento durante o processo de ocupação da área apresentou em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e o grupo de advogados a defesa junto à justiça estadual um documento (declaração assinada pelo então superintendente Waldemar Bastos Cunha) comprovando que a área em disputa na verdade pertence à União cabendo a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) a vistoria.

Assim, no dia 14 de outubro com a finalização do estudo foi confirmado que o terreno realmente pertence ao domínio da União. Os documentos foram anexados à ação judicial (**Número do processo na Justiça Estadual:** 201390002122. **Número do processo na Justiça Federal:** 0801975-68.2014.4.05.8500) e está aguardando manifestação do governo federal.

Ainda tramita outra ação movida pelo Movimento por danos físicos e morais em favor das famílias envolvidas nos conflitos contra a Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros (PMBC). Uma vez que, através de uma série de estudos cartográficos e levantamento do registro histórico da área foi comprovado que a mesma pertence à União, pois durante os processos de reivindicação e ocupações as mesmas já haviam sofrido várias perdas materiais como as reintegrações de posse, desse local.

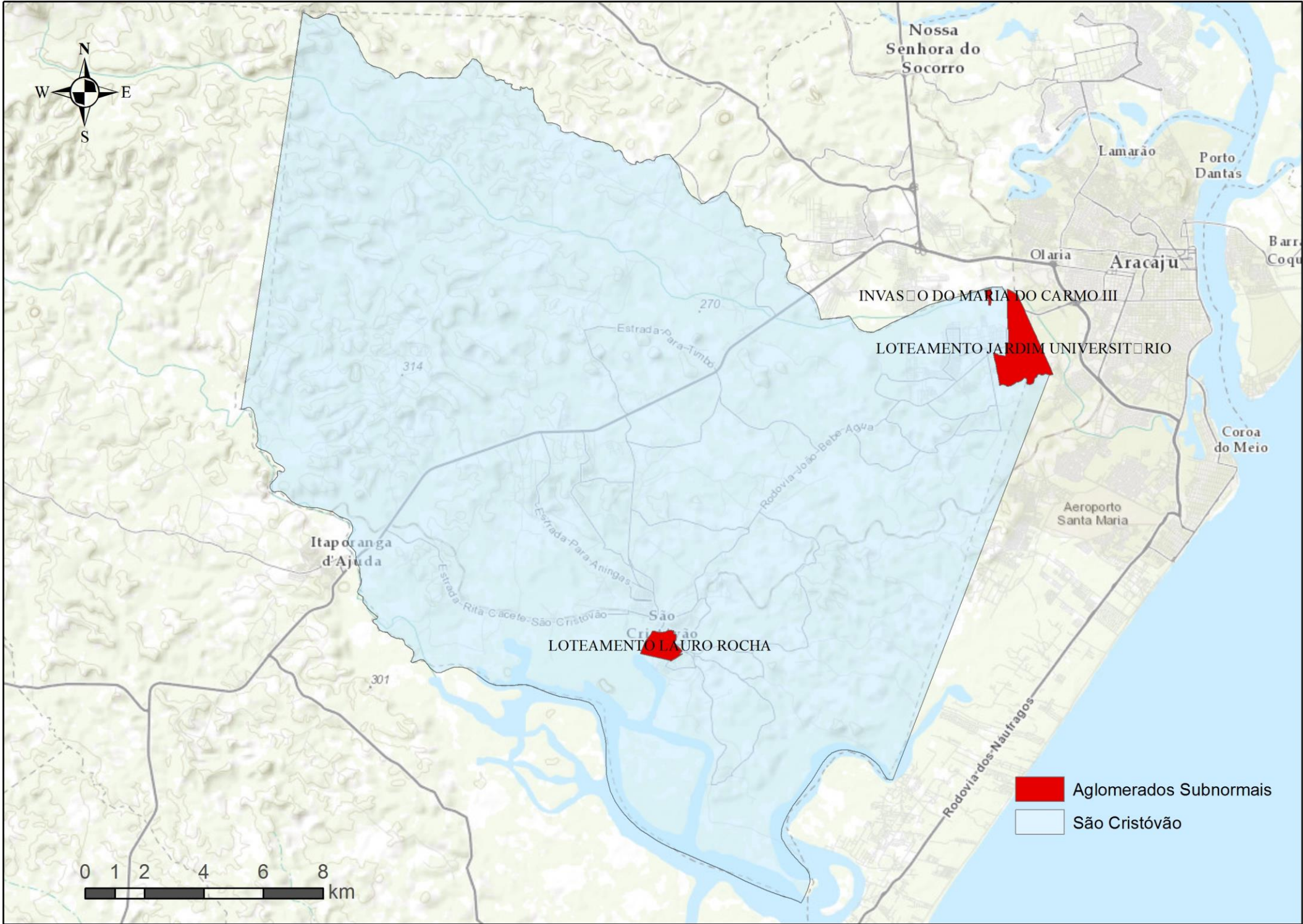
4.5. Características do município de São Cristóvão

O município de São Cristóvão, localizado na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), é conhecido como cidade histórica do estado de Sergipe, considerada monumento nacional, situa-se ao norte do estuário do rio Vaza-Barris, no litoral sergipano. Tem 47 metros de altitude em relação ao nível do mar e distância de 26 km de Aracaju, a atual capital do estado. A paisagem urbana de São Cristóvão integra a topografia acidentada do morro da cidade alta com a cidade baixa à margem do rio Paramopama. Com uma população de 78.864.000 hab./Km², numa área de 436.037 Km². Formado pelos povoados: Cabrita, Camboatá, Umbaúba, Cristo Redentor, Colônia Miranda, Rita Cassete, Cardoso, Quissamã, Pedreiras, Caípe Velho, Alto da Colina, Tinharé, Pintos, Country Club, Alto de Itabaiana, Cajueiros, Feijão. (Fonte: IBGE cidades, 2010).

Em São Cristóvão está sediada a Universidade Federal de Sergipe(UFS), no bairro Rosa Elze, maior instituição de ensino superior do estado. No povoado Quissamã está um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFECTS), voltado para área agrícola são destaques no Município a agricultura (cana de açúcar), a indústria da pesca (peixes, mariscos e camarão), pecuária (bovinos) e turismo (cultural). (Fonte: IBGE cidades, 2010).

As aglomerações urbanas que surgiram no entorno da UFS deram origem ao Grande Rosa Elze (GRE), compondo onze núcleos sendo o Jardim Rosa Elze, Jardim Rosa Maria, Jardim Universitário, Conj. Brigadeiro Eduardo Gomes, Loteamento Tijuquinha, Conj. Lafaiete Coutinho, Conj. Madre Paulina, Conj. Luís Alves, Conj. Maria do Carmo III, Lot. Rosa do Oeste e o Conj. Vilas de São Cristóvão. Dentre eles, o Rosa Elze e o Eduardo Gomes, apesar de surgirem posteriormente ao Rosa Maria, juntos, formam a porção mais habitada e de relevância do município de São Cristóvão. (Fonte: IBGE cidades, 2010).

São Cristóvão - Aglomerados subnormais, 2015.



Fonte: IBGE, Cartografias Municipais, 2015.

Figura 06 – Mapa: Aglomerados subnormais São Cristóvão (RMA)

“O Conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes é dotado de serviços mais especializados, indicando a formação de centralidades, pois os habitantes dos conjuntos e loteamentos do seu entorno usufruem, em grande parte, dos serviços nele localizados” (MENEZES, 2011. p.7-9). Contudo, na década de 1970, com a chegada da UFS adquiriu “os terrenos” da Fazenda Santa Cruz para a instalação do Campus Universitário, numa área contígua a Aracaju. Desde então, a área tornou-se objeto de especulação imobiliária, desencadeando a intensificação de dois loteamentos periféricos, o Jardim Rosa Elze e o Jardim Rosa Maria. De acordo com França (1999), a área adquirida pela UFS compreendia 152 hectares e, como “objetivo do projeto, além da construção do campus universitário, estava à construção de residências para os docentes e funcionários”. (p. 22-25).

Tal processo é explicado segundo estudos de MENEZES (2011. p.6-9) sobre a dinâmica urbana do bairro Roza Elze e Eduardo Gomes onde a discussão está em torno da problemática dos dois primeiros núcleos habitacionais citados, sendo esses frutos das políticas públicas vinculadas ao projeto Grande Aracaju (GA) de ordenação territorial (do uso e ocupação do solo) e que, portanto, esses deveriam ser dotados de infraestrutura, o que não ocorre na realidade.

4.5.1. As ações do MOTU no município: a desapropriação da Cabrita

A história do povoado Cabrita tem início na época em que Sergipe era administrado pelo então governador Leandro Maciel⁶⁹, durante a sua gestão no ano de 1955, segundo relato dos primeiros moradores da região autorizou aos funcionários, da antiga companhia de águas de Sergipe⁷⁰, bem como seus parentes e amigos a residirem no seu local, assim alguns desses começaram a viver em pequenos lotes plantando e criando animais. Nessa área havia um sistema de captação de água fluviais que era movido a caldeiras, como a área era rica em vegetação, tinha-se a matéria-prima (madeira) que era cortada para gerar energia suficiente na captação do bem natural (água) principalmente do riacho Pilãozinho.

As pessoas que trabalhavam fazendo o desmatamento da área foram autorizadas pelo então governador a fazer roça no local, então, a autorização para essas pessoas ocuparem a área vem desde esse período. (Entrevistado 14, São Cristóvão, 2016)

No dia 14 de novembro de 2014, 72 (setenta e duas) famílias posseiras que residiam nesse povoado tiveram suas casas derrubadas e plantações destruídas, essas foram retiradas da área onde

residiam há mais de 30 anos, em um pedido de reintegração de posse num processo⁷¹ movido pelo senhor Bosco Teles⁷², segue abaixo depoimento.

Bosco! Ele diz ser dono da terra, mais não é! Ele na época em que chegamos aqui, nos ofereceu até material para cercar a área que não o interessava, concordando que a gente continuasse na área; pois só lhe interessava a parte em que ia passar a rodovia⁷³ nos (damos) de forma pacífica... (Entrevistado 05 São Cristóvão, 2016).

De acordo com o Deputado Federal João Daniel⁷⁴,

Essa área em questão pertence ao Estado desde 1º de março de 1946, quando o então governador de Sergipe adquiriu, do senhor Albérico Moreira Santos e sua mulher, Severina de Jesus Santos, uma gleba de terras naquela região da Cabrita, exatamente na área da subestação da Cabrita, e tem, inclusive, documento emitido pelo Cartório do 1º Ofício que atesta que essa área foi adquirida pelo Estado (Entrevista cedida em 25 de maio de 2016).

O resultado frustrado dessa ação que foi acompanhada pelo então tenente coronel Reinaldo Chaves do 1º Batalhão da Polícia Militar (BPM), que esteve à frente da diligência, cumprida em conjunto com homens das guarnições da Radiopatrulha, do Batalhão de Choque da Polícia Militar do estado de Sergipe (BCPM-SE), da Cavalaria, Companhia de Transporte e Trânsito (CPTRAN) e do Grupo de Gerenciamento de Crise PM, além de profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), do Corpo de Bombeiros (CB), e de oficiais de justiça. Abaixo segue imagens da reintegração onde destacamos relato das pessoas que ficaram sem suas casas e o posterior da ação. Aconteceu que,

No dia da reintegração de posse as nossas casas e plantações foram destruídas, as crianças estão traumatizadas até hoje, idosos que sofreram derrame, pois viram como se fosse uma guerra: cavalaria, cães e polícia de choque. Vieram como se fossemos bandidos perigosos, além de perdemos tudo, perdemos a nossa dignidade... (Entrevistado 06, São Cristóvão, 2016).

Foto 25 – São Cristóvão: Povoado Cabrita A Infância.



Autoria: MOTU. 15 de novembro de 2014.

Ao explorarmos essa imagem podemos observar que a expansão do capitalismo atua primordialmente na homogeneização do espaço a partir da limpeza dos territórios (leia-se, dos pobres) eliminando as relações não capitalistas de produção (a exemplo, dos posseiros)⁷⁵. Onde partindo da negação do *valor de uso* da terra (bem natural), e transformando-a em mercadoria, o capital (com aval do Estado) aprofunda o processo de espoliação, extermínio e expropriação de determinados grupos sociais onde a mesma acaba servindo como reserva de valor para os proprietários fundiários, especuladores e grileiros.

Um outro elemento é a utilização da lei que está fundamenta nos pilares da garantia e defesa da propriedade privada exterminando outros processos de sociabilidade com a negação da condição de existência desses grupos (nas dimensões cultural, social econômica, política, etc.). Assim se constroem outras relações em elementos baseados na rentabilidade da terra, uma vez que esse bem transformado em *valor de troca*, passa a ser fragmentado (vendido em pedaços), e colocada no mercado de terras (compra e venda de títulos), esse processo acaba servindo como garantia de sobrevivência na/da especulação de ativos no mercado financeiro internacional.

Durante esse fato, levantamos algumas questões: a) porque depois de tantos anos querem tirar proveito desta área, se há mais de trinta e oito (38) anos, ninguém nunca apresentou nenhum documento comprovando ser dono da mesma? b) reintegrar uma área de algo e para alguém que nunca apresentou documento de posse, por que e para que? c) sabemos que essa é uma área estratégica, pois se encontra em uma excelente localização (a estrada de terra do povoado Cabrita dá

acesso a uma das áreas mais valorizadas de Aracaju bairro Jabotiana). Perguntados ainda sobre se acreditavam na justiça os posseiros⁷⁶ declararam que...

A Justiça meu fio! Infelizmente lei e justiça andam em sentido opostos, talvez seja por isso que o símbolo da justiça seja uma senhora com os olhos vendados. Além de não olhar pra nós, nem investigar os fatos, nos marginalizou, massacrou, e tirou não só o nosso sonho de ter um canto para morar e plantar para comer e sobreviver, como principalmente a nossa dignidade (Entrevistado 08, São Cristóvão, 2016).

Ou quando afirmam,

São esses, os direitos humanos que a lei e as autoridades nos oferecem? Pedimos socorro! Até agora nada foi resolvido e continuamos do lado de fora olhando a divisão que foi feita pelos grileiros. (Entrevistado 06, São Cristóvão, 2016).

Nós continuamos aguardando alguém que olhe por nós, e nos ajude a mudar o rumo desta história e cumprir o que diz a Constituição, os direitos humanos e a lei de Deus que criou a terra e decretou que ela fosse dividida por todos aqui que vivam nela... (Entrevistado 07, São Cristóvão, 2016).

Após a destruição causada e consentida pelo Estado a área vem recebendo uma série de ativos e investimento (maquinários, terraplanagem, topografia, mapeamento) inclusive com graves problemas ambientais (aterro do riacho do Pilãozinho, destruição da vegetação nativa, etc.). A intencionalidade aqui é demonstrar que as ações da especulação imobiliária (anteriormente debatida no capítulo 1) estão voltadas para onde se encontram áreas de expansão do capital (no caso específico da Cabrita essa se encontra numa zona ruurbana).

De tal modo, as estratégias de mercadorização do espaço pelo e para o capital são extremamente nocivas na (re)produção da vida. Já que, esse processo busca extrair o máximo de riqueza (lucro) da natureza e do trabalho com o mínimo de tempo possível. Contudo, os processos de resistência que surgem nos acampamentos organizados ou acompanhados pelo Movimento são como prática socioespacial, sociopolítica e socioeconômica, pois põe as contradições da sociedade em outro patamar.

É através da luta contra a *produção/apropriação* e *dominação* desigual, contraditória e combinada do espaço, que esse denuncia a hierarquização dos diferentes processos que ocorrem em lugares muitas vezes distintos na/da cidade, mas que acabam sendo uma relação com a totalidade do conflito capital-trabalho, uma vez que,

1º A resistência sempre será presente como intrínseca aos processos de embate de estratégias. Na cidade capitalista, pelo modo como se produz o espaço no qual a segregação socioespacial é condição para a (re)produção da manutenção das relações de produção, a resistência é ato obrigatório; 2º As práticas de resistência são múltiplas e se conformam de acordo com os conflitos existentes. Pode constituir-se pelo simples ato de transgredir leis e normas ou até na participação em organizações mais amplas; 3º A resistência está permeada por ambiguidades e contradições, pois está relacionada ao processo de consciência. Este último não é linear e se constrói por meio das relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos nos conflitos que carregam igualmente contradições. (RIBEIRO, 2015. p. 182-183).

Abaixo segue registro do acampamento Resistência da Cabrita e relato das famílias,

Foto 26 - São Cristóvão: Povoado Cabrita. Acampamentos Resistência da Cabrita.



Autoria: MOTU. 17 de novembro de 2015.

Nós procuramos resistir e encontramos no MOTU a ajuda e a esperança de conseguimos alguma vitória já que eles não se saciam de tanta terra! [...] zombam da nossa desgraça, pois enquanto eles continuam tendo cada vez mais, os que estão no poder tomam o lado deles nos os pobres têm que se unir e resistir sempre. (Entrevistado 15, São Cristóvão, 2016).

Neste sentido entendemos resistência enquanto fruto do não acesso aos direitos os sujeitos inseridos no Movimento através de uma série de construção de táticas que são constantemente renovadas, pela multidimensionalidade das práticas e experiências que construídas ao longo do tempo a partir do conflito/confronto com o capital e seus representantes. Assim, “(...) ressaltamos que a qualidade da resistência contém uma plasticidade e mobilidade adquirida dos contextos diferenciados dos confrontos realizados, devido à relação imbricada com as ações dos sujeitos implicadas” (RIBEIRO, 2015. p. 182-183). Nessa direção a resistência é movimento, é uma prática socioespacial, é uma ação ativa.

CONSIDERAÇÕES

A partir das análises aqui apresentadas buscamos compreender o processo da produção e (re)produção desigual, combinada e contraditória do espaço no capitalismo, com base nessa compreensão podemos afirmar que o modo de produção capitalista se desenvolve através da espoliação do empobrecimento da exploração e da superexploração da classe trabalhadora. Essa realidade está diretamente ligada a questões como a segregação socioespacial e socioeconômica materializada na falta do acesso à *habitação/terra*, na concentração fundiária e no discurso do déficit habitacional.

Nesse sentido a presente dissertação nos permite entender como o desenvolvimento *desigual/combinado/contraditório* se concretiza no espaço da cidade tendo como fruto/reflexo e/ou resultado, consequências socioeconômicas e socioespaciais desastrosas. Principalmente, para aqueles que são segregados e que vivem nas periferias das pequenas, médias e grandes cidades no mundo capitalista, sem condições suficientes para cobrir os custos da sua (re)produção uma vez que a força de trabalho se torna cada vez mais insignificante perto das conquistas que o próprio trabalho humano tem proporcionado, os trabalhadores não conseguem ter acesso a toda a riqueza humana produzida e que se dá em virtude desse modelo de sociedade.

Além disso realizamos diversas análises acerca das políticas públicas governamentais voltadas para a moradia popular especificamente o Banco Nacional de Habitação (BNH-1964) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV-2009), estudamos suas diretrizes, normas, modelos e regras uma vez que essas são pensadas, planejadas e executadas para atender a demanda social de famílias que vivem em áreas de risco.

Assim, o discurso do *déficit habitacional*, é construindo no sentido de atender a essa demanda social, entretanto infelizmente podemos contestar que em sua grande maioria esses modelos/programas/projetos acabam mascarando o real problema que é a especulação fundiária, a regulamentação da *função social da terra e da propriedade* no urbano reduzindo a Reforma Urbana (RU) via as regras do mercado (através de financiamentos, empréstimos, avaliações de riscos, etc.) onde apenas uma parte da população terá acesso através da estratificação da sua renda e desde que seja honrados os contratos, cláusulas e normas. Ficando de fora o real público para o qual essas foram criadas.

Outra abordagem do nosso trabalho foi explicitar dados através da evolução do Índice de Gini (IG) da propriedade da terra no estado de Sergipe, bem como demonstrar a relação e influência desse fator na dinâmica populacional reafirmamos que a intensa inversão na distribuição da população tem forte relação com a concentração da propriedade terra, com a expropriação da população rural e com a adoção de políticas públicas por parte do Estado em diferentes épocas, visando à migração da população rural para as cidades.

Isso acaba configurando e intensificando uma série de contradições que são exacerbadas com o surgimento das zonas periféricas na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) assim como em qualquer outra cidade da periferia do capitalismo mundial se constitui dentro da lógica e funcionamento da produção e (re)produção *desigual/combinada/contraditória* do espaço. Ou seja, a RMA e essas contradições não surgem desarticuladas da questão agrária.

Outra frente de trabalho na qual nos dedicamos foi analisar o processo de espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) em Sergipe, especificamente na RMA e como a luta popular por *habitação/terra*, parte de uma série de ações coletivas que almejam primeiramente a contestação da propriedade privada e a forma como o espaço (a cidade) é *produzido/apropriado e dominado*, essas lutas são travadas nas trincheiras permanentes contra o capital sendo concretizadas nos acampamentos e ocupações nas cidades, esses locais se fundam enquanto espaços não só de resistência e luta mais também de inclusão social. Assim, esse estudo analisa as mudanças produzidas no espaço urbano e a suas consequências para os pobres.

Ao nos aproximarmos da organização podemos aos poucos perceber como se revelam as perversidades das contradições engendradas no/pelo capitalismo. O *não* acesso aos direitos sociais garantidos na Constituição Federal (CF) são cada vez mais negados para uma massa crescente de trabalhadores que vivendo fora do mercado formal, onde tentam sobreviver como podem, estes acabam indo parar nos subempregos quando conseguem, ou fazem parte de um exército cada vez maior de desempregados. Por consequência muitos desses acabam não tendo como pagar suas contas e entre elas está o aluguel.

Nesse contexto o MOTU, consegue contribuir (ainda que de forma pequena) na busca constante por políticas verdadeiramente inclusivas de acesso à *terra/habitação* e trabalho; por isso mobiliza e articula os trabalhadores desempregados, segregados, irmanados pelo flagelo da falta de emprego e habitação nas cidades. Essa luta pela melhoria das condições das trabalhadoras e trabalhadores é percebida sempre que os militantes do Movimento muitas das vezes emocionados ressaltam o papel de mudança que o mesmo cumpre em suas vidas diferenciando, assim, o antes e o

depois de entrarem na luta mesmo reconhecendo que a vida nos acampamentos e/ou ocupações não é fácil, devido à falta de infraestrutura, de segurança, recursos, etc. Estes são movidos pelo desejo de mudança na sociedade, e encontram no Movimento o sentimento de pertencimento e de sentido para a realização dos seus sonhos.

Nesse exercício buscamos construir um elo entre o abstrato (teoria) e o empírico (prática) onde mais do que concluir o debate sobre a temática abordada, esta pesquisa pretende apresentar o MOTU e as suas táticas de luta, frente ao capital e ao Estado na organização e fortalecimento da classe trabalhadora. A luta do Movimento perpassa para além de questões econômicas e sociais, uma vez que as suas ações se dão no sentido da resistência para a conquista da *habitação/terra*, pela necessidade constante de combate às contradições que acompanham a sociedade, para isso se faz necessário entender as engrenagens de sustentação desse sistema para que a luta possa transcender no combate direto aos diferentes modo e tipos de opressões vivenciadas pelos trabalhadores segregados.

Retomando aos nossos objetivos específicos conseguimos identificar a formação histórica do MOTU, analisar as formas e organização das lutas populares e como se realiza a espacialização do Movimento nas suas ocupações, marchas, caminhadas, campanhas, jornadas de luta, etc. bem como suas pautas de reivindicação (luta por acesso a políticas públicas e direitos sociais). Outro resultado que obtivemos durante essa pesquisa aponta que o MOTU se inspirou nos debates travados principalmente pelos militantes e dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) para forjar e programar suas táticas de luta, com base na criação de espaços e projetos coletivos que transforme a realidade cruel vivenciada nas periferias.

Durante a pesquisa realizada foi possível constatar ainda que a luta pela conquista de frações do espaço realizadas pelo MOTU torna-se necessária e que a consolidação de vitórias nessas áreas é de fundamental importância para a sobrevivência dos trabalhadores na medida em que é a partir da materialização concreta dessa conquista que se encontra trunfo perante o capital. Estes espaços poderão se tornar territórios importantes para a própria (re)produção social da classe trabalhadora, entretanto o grande desafio desse Movimento está em pautar outra forma/maneira de cidade onde as pessoas sejam a prioridade e não o lucro. Assim, a luta pelo direito à cidade é consequentemente a luta pelo direito à vida.

Os resultados dessa pesquisa nos permitiram identificar as sutilezas institucionais internas dentro do Estado no sentido de esvaziar o Movimento. Percebeu-se, entretanto, uma lentidão intencional revestida de burocracia (cadastros, listas de espera, exigências de determinados critérios que devem ser alcançadas a partir de características para que os “beneficiários” para que sejam

atendidos por programas sociais), no atendimento as diversas pautas e demandas apresentadas pelo Movimento.

NOTAS

¹ Na cidade contemporânea (...) o espaço é um meio de controle social, sobretudo a serviço das classes médias, destino final das “políticas públicas” (acesso aos serviços e melhoramento técnico das infraestruturas – vias de circulação, abastecimento, etc. constantemente garantidos pelo Estado), que procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas (SERPA, 2003. p.171).

² Segundo estudos realizados por FERNANDES (1994) existem internamente dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) diferentes espaços que se combinam e que servem de Organicidade para o Movimento **Espaço de socialização política**: concretizado em lugares sociais, construídos/conquistados na interação do movimento tempo/espaço, onde são geradas as formas de organização (...), que se desenvolvem até as ocupações reveladas pelos acampamentos realizados na luta pela terra. Divide-se em: **Espaço comunicativo**: são as informações, a reflexão e a ação como atividades interativas com o objetivo de transformar a realidade dos sujeitos envolvidos, (...) é, também nesse espaço, onde se desenvolvem as relações, articulações e alianças. **Espaço interativo**: não é o espaço do consenso, é um espaço político e, portanto, de enfrentamento das diferenças das ideias. **Espaço de luta e resistência**: é resultado de um projeto de luta dos trabalhadores (...) sua sobrevivência como sujeito histórico. (...). Quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto contra o Estado e o capital. (FERNANDES, 1994, p, 14, 233-234, 238-239).

³ Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042_v.5_n.10 (2010). THOMAZ; Júnior. O Agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI / The Hydroagricultural business in the middle of territorial and class disputes in Brazil in the twenty first century. Acessado em: 12 de dezembro de 2016.

⁴ Levantamento inédito mostra déficit de 6,2 milhões de moradias no Brasil Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/levantamento-inedito-mostra-deficit-de-62-milhoes-de-moradias-no-brasil/> Acessado em 30/10/2016.

⁵ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁶ Ditadura militar no Brasil ou Quinta República Brasileira foi o regime mais sombrio da história do país instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. O regime acabou quando José Sarney assumiu a presidência, o que deu início ao período conhecido como Nova República (ou Sexta República). Apesar das promessas iniciais de uma intervenção breve, a ditadura militar durou 21 anos. Além disso, o regime pôs em prática vários Atos Institucionais (AI), culminando com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) de 1968, que vigorou por dez anos. A Constituição de 1946 foi substituída pela Constituição de 1967 e, ao mesmo tempo, o Congresso Nacional foi dissolvido, liberdades civis foram suprimidas e foi criado um código de processo penal militar que permitia que o Exército brasileiro e a Polícia Militar pudessem prender e encarcerar pessoas consideradas suspeitas, além de impossibilitar qualquer revisão judicial. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>. Acessado em 14 de dezembro de 2016.

⁷ Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1400>. Acessado em 02 de maio de 2016

⁸ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100006 Acessado em 25 de junho de 2015.

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2291.htm. Sobre a extinção do BNH. Acessado em 30 de janeiro de 2016.

¹⁰ Ministério das Cidades (MC), Caderno 4. p.15-20 Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/> Acessado em: 16 de dezembro de 2016.

¹¹ **Luiz Inácio Lula da Silva**, mais conhecido como “Lula” nasceu em Caetés, no dia 27 de outubro de 1945, é um político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro. Foi o trigésimo quinto presidente da República

Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. Dos 15 partidos representados na Câmara, 11 apoiavam o governo. Esse grupo reúne 376 deputados, ou cerca de 73% da Casa. São eles: PT (90 deputados, já considerada a recente expulsão dos três radicais), PMDB (77), PTB (52), PP (49), PL (43), PPS (21), PSB (20), PC do B (10 deputados), PSC (7), PV (6) e PSL (1). Apenas quatro legendas estão fora da base: PFL (68 deputados), PSDB (50), PDT (13) e PRONA (2). Somadas, essas bancadas reúnem 133 deputados, cerca de 26% dos integrantes da Câmara. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/biografias/lula/>

Acessado em 25 de julho de 2017.

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm Acessado em: 10 de abril de 2016.

¹³ Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sobre a regularização fundiária de assentamentos de moradia localizadas em áreas urbanas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm

Acessado em: 11 de abril de 2016.

¹⁴ Sobre a temática de urbanização de favelas vê tese de doutorado de Rosana Denaldi sobre Políticas de Urbanização de Favelas evolução e impasse Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP). Orientadora: Prof. Dra. Ermínia T. M. Maricato. 2003. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/tes_2003_Politicas_urbanizacao_impasses.pdf. Acessado em: 11 de abril de 2016.

¹⁵ Sobre as crises no capitalismo vê estudo de HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo / David Harvey; tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011. Disponível em:

<https://escoladequadrosmes.files.wordpress.com/2014/01/oenigmadocapital-eascrisesdaocapitalismo.pdf>.

Acessado em: 22 de março de 2015.

¹⁶ Em 2016 foram entregues 461 unidades pelo Programa do Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Aracaju (residencial Jardim Santa Maria) e Lagarto (Loteamento Antônio Martins), para 2.200 pessoas. As casas sorteadas possuem dois quartos, sala, banheiro, cozinha, área de serviço externa e quintal. Todas são adaptadas para pessoas que possuem necessidades especiais. Disponível em:

<http://www.minhavidaminhacasa.com/programa-minha-casa-minha-vida-sergipe-2016-e-2017/>
<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/08/governo-entrega-180-unidades-habitacionais-em-sergipe>.

Acessado em 17 de abril de 2017.

¹⁷ Disponível em: http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/. Acessado em 17 de abril de 2017.

¹⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/130873/328191.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Acessado em 27 de Janeiro de 2017

¹⁹ Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/> Acessado em: 22 de março de 2015.

²⁰ **Fernando Henrique Cardoso** natural do Rio de Janeiro, é sociólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo. Lecionou também no Chile, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Hoje, é membro de conselhos consultivos do *Clinton Global Initiative* e da *United Nations Foundation*. FHC faz parte também do grupo *The Elders*. Criado em 2007 pelo ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela, o grupo reúne líderes mundiais em torno de uma agenda de promoção da paz. Filho de militares, o ex-presidente foi casado por 56 anos com a antropóloga Ruth Cardoso (1930 – 2008), com quem teve três filhos. Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1952. Engajado nas lutas pela melhoria do ensino público foi perseguido depois do golpe militar de 1964. Viveu exilado no Chile e na França, voltando ao Brasil em 1968. No ano seguinte, foi aposentado compulsoriamente e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 5. Em 1974, coordenou a elaboração da plataforma eleitoral do MDB. Quatro anos depois, concorreu ao Senado pelo partido e foi eleito suplente de André Franco Montoro. Em 1983, com a eleição de Montoro para o governo de São Paulo, assumiu a vaga dele no Senado, pelo PMDB. Participou da campanha das Diretas Já e na articulação da candidatura de Tancredo Neves à Presidência, em 1984. Líder do governo no Congresso Nacional, FHC conduziu as mudanças na legislação eleitoral e

partidária. Em 1985, foi candidato a prefeito de São Paulo e perdeu por 1,3% dos votos para o ex-presidente Jânio Quadros. No ano seguinte, reelegeu-se para o Senado com 6 milhões de votos e foi um dos relatores da Constituinte de 1988. No fim daquele ano, fundou o PSDB ao lado de Mário Covas, Franco Montoro, José Serra e outras lideranças. Em 1992, assumiu o Ministério das Relações Exteriores do governo Itamar Franco. Tornou-se, em seguida, ministro da Fazenda, mobilizando uma maioria parlamentar a favor do seu plano de estabilização, o Plano Real. Deixou o Ministério da Fazenda em março de 1994 para assumir a candidatura à Presidência da República pela coligação PSDB-PFL-PTB. Foi eleito presidente em primeiro turno, sendo reeleito em 1998, também em primeiro turno. Fernando Henrique Cardoso: <http://ultimosegundo.ig.com.br/fhc/4f7df884d14d951b120000b2.html> Acessado em: 28 de julho de 2016.

²¹ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/> Acessado em 27 de janeiro de 2017

²² Os dados são do Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF). Disponível em: <http://www.crea-se.org.br/sergipe-tem-7o-maior-custo-de-construcao-por-m2-do-nordeste/> Acessado em 25 de julho de 2017

²³ Em relação a outras dimensões de bem-estar social, como saúde, por exemplo, a habitação apresenta maiores dificuldades de ser integralmente desmercantilizada. Isso depende tanto de fatores relacionados à economia política, como ao modelo de desenvolvimento econômico adotados pelos países, quanto a características próprias do bem habitação. (FERRAZ; Camila Araújo. **CRÉDITO, EXCLUSÃO FINANCEIRA E ACESSO À MORADIA: Um Estudo sobre Financiamento Habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida.** Dissertação mestrado Programa de Pós-Graduação em Economia (PPE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEUF RJ) p.14).

²⁴ Sendo os governos militares compostos pelos seguintes presidentes da república: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967); Artur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979); João Figueiredo (1979-1985). Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/> Acessado em 30 de janeiro de 2017.

²⁵ Segundo a resolução nº 3.869 que define as condições aplicáveis aos financiamentos com recursos do Banco Central do Brasil (BCB), na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional (CMN), em sessão realizada em 27 de maio de 2010, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e dos Arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, e do art. 11, § 4º, do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que no Art. 1 III. A garantia enquanto hipoteca ou alienação fiduciária do imóvel financiado: caso a pessoa física ou jurídica não cumpra com realização do pagamento cumulativo das hipotecas no pagamento da dívida, está será sanada com a tomada do bem. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/buscaNormativo.asp> . Acessado em: 30 de abril de 2015.

²⁶ Dados obtidos junto ao **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2012 – Sergipe; 2010 – Ano 1; 2011 – Ano 2; 2012 – Ano 3.**

²⁷ O município de Barra dos Coqueiros apresenta um constante aumento não somente da sua população, mais também a partir da valorização das áreas (terrenos) destinados principalmente a residências debateremos isso na seção nº 6.3 desse texto. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/morar-bem-leitura/71092/mercado-imobiliario-avanca-em-direcao-as-praias.html#.WJJHizgum1s> Acessado em: 01 de Fevereiro de 2017.

²⁸ **Conurbação:** processo histórico, econômico, político e social de unificação física de cidades, em consequência de seu crescimento. Fonte: Dicionário Larousse de língua portuguesa/ Editora La Fonte; coautora Laíz Barbosa de Carvalho. – 1. Ed. – São Paulo: editora La Fonte, 2015. ISBN: 978-85-8186-221-7. p. 203.

²⁹ **Movimento pendular:** processo intrínseco dentro da mobilidade do trabalho numa determinada fração do território é aquele realizado por trabalhadores diariamente geralmente esses trabalhadores residem em uma cidade e trabalham em outra, próxima. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400008. Acessado em: 03 de março de 2016.

³⁰ Segundo estudos realizados por FRANÇA *apud* MENEZES (2009); IBGE: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: 2010. A população total da região metropolitana de Aracaju é de 835.654 habitantes. Disponível em: <http://aracaju.se.gov.br/userfiles/plano-diretor-vpreliminar-jul2015/capitulo-x-zeu.pdf> Acessado em: 02 de maio de 2016.

³¹ **Metropolização** entendida como uma concentração enorme de pessoas, de atividades econômicas e de poder político em territórios pequenos é uma das principais características do processo de urbanização em escala global. Esse processo tem como de caráter transversal, a implicação nos vários eixos dos fenômenos que são característicos das cidades. Este modelo está totalmente condicionado às novas diretrizes da política urbana que reforça a autonomia municipal e a descentralização das políticas públicas, abrindo espaço para uma gestão compartilhada, através de consorciamentos (transporte, coleta seletiva de lixo, sistema público de saúde, etc.) fora dos limites municipais. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=243>. Acessado em: 03 de março de 2016.

³² BOTEGA, Leonardo. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. Espaço Plural, Paraná, n. 17, p. 66-72, Ano VIII. 2º semestre de 2007. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1379> Acessado em: 25 de julho de 2016

³³ **A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste** - SUDENE é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MIN) entre os projetos desenvolvidos pela instituição estão: 1º. Expansão e modernização da infraestrutura de transportes, energia e saneamento básico; 2º. Montagem e fortalecimento das estruturas globais e setoriais de planejamento e execução nos estados; 3º. Capacitação das universidades federais do nordeste, através de diversificados programas de formação de mestres e doutores; 4º. Desenvolvimento através do FINOR de uma base industrial moderna e competitiva; 5º. Implantação, ampliação e modernização de empreendimentos competitivos com base na concessão de incentivos de isenção total ou parcial do imposto de renda; Implantação de sistema de desenvolvimento das pequenas e médias empresas para completar as cadeias produtivas regionais. Disponível em <https://sudene.org.br>. Acessado em: 20 de janeiro de 2017.

³⁴ Criada em 1966, no governo de Sebastião Celso de Carvalho, quando o Estado começava a preocupar-se com o crescente déficit habitacional, surgia a Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB). A missão do novo órgão era promover acesso moradia à população de baixa renda. Caberia à COHAB administrar no estado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), sustentado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A partir dessa integração foram contraídos empréstimos para a construção de conjuntos habitacionais. A COHAB foi formada como uma empresa de economia mista, com recursos do governo e da iniciativa privada. Coube ao primeiro presidente da empresa, Monsenhor José Curvelo Soares, a missão de construir e comercializar habitações populares, especialmente para as famílias com renda de até 03 salários mínimos. Para ampliar o espectro de suas ações, atendendo faixas acima da prevista, mudou-se sua razão social. Em abril de 1999, ocorreu a grande transformação na missão da empresa. Em decorrência de reforma administrativa, a empresa assumiu as atividades do Departamento de Edificações Públicas (DEP), ganhando assim, uma nova denominação, Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP, integrando a Secretaria de Estado de Obras Públicas, hoje Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano (SEINFRA). Assim, a empresa assumia dois universos de negócios, o habitacional e obras públicas. Durante 50 anos de existência, a CEHOP realizou um grande número de projetos e obras nas áreas de habitação, construindo conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, como em projetos e obras de infraestrutura, bem como construção, reforma, manutenção e ampliação de edifícios e obras públicas, além de outras atividades de engenharia civil. A CEHOP construiu 56.188 unidades habitacionais, sendo 20.595 em Aracaju, 22.162 na grande Aracaju e 13.431 no interior do estado, distribuídos em mais de 40 municípios. Também construiu obras fundamentais para o desenvolvimento do estado. Disponível em: www.cephop.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=2. Acessado em: 6 de março de 2016.

35

Disponível

em:

<https://observatoriose.wordpress.com/2012/01/04/considerações-sobre-os-aglomerados-subnormais-em-sergipe-segundo-os-resultados-do-censo-demografico-2010/>. Acessado em: 23 de abril de 2016.

³⁶ Disponível em: Observatório de Sergipe (OS) em <http://t.co/6BaoqSIj>. Acessado em: 23 de abril de 2016.

³⁷ O IBGE caracteriza a rede urbana da seguinte forma: **Cidade pequena:** 500 a 100. 000 habitantes; **Cidade média:** 100. 001 a 500. 000 habitantes; **Cidade grande:** acima de 500. 000 habitantes; **Metrópole:** acima de 1. 000. 000 de habitantes; **Megacidade:** acima de 10. 000. 000 de habitantes. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google. Acessado em: 26 /10/2017.

³⁸ HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço.** / David Harvey. – 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006. (Coleção Geografia e Adjacências) 252 p.; 16x 23 cm.

³⁹ Comprovamos assim que os estudos realizados por Fernandes (1994. p, 14, 233-234, 238-239) que definiu esses espaços da seguinte maneira: 1º. Espaço de socialização política; 2º. Espaço comunicativo; 3º. Espaço interativo; 4º. Espaço de luta e resistência. Ocorrem a partir do movimento de interação dos sujeitos organizados pelo *movimento socioterritorial* e as famílias na reivindicação por melhores condições de vida, tendo no território material e imaterial (ocupações, acampamentos, marchas, manifestações, bandeiras, símbolo, canções, etc.) o seu trunfo no enfrentamento direto ao capital (incorporadoras, construtoras, especuladores imobiliários) e ao Estado (polícia, sistema político e judiciário).

⁴⁰ A escala geográfica também se refere a uma dimensão ou amplitude, não no tempo, mas no espaço na geografia existem eventos ou processos de nível micro ou curto (aspectos ou fatos de uma localidade, que se encerram nela) e outros de nível macro ou imenso (a globalização ou as relações internacionais). Mas, além desses dois níveis extremos, o micro (curto ou pequeno, isto é, o local) e o macro (grande ou imenso, ou seja, o global), existem escalas ou dimensões geográficas intermediárias. Fonte: Geografia - O Mundo em Transição Vol. 1 (José William Vicentini) Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/6438232/geografia---omundo-em-transicao-vol-1-jose-william-vesentini/7> Acessado em 25 de Julho de 2017.

⁴¹ Em 17 de abril de 1996, um batalhão de cerca de 250 homens da Polícia Militar do Pará, sob o comando do major José Maria de Oliveira e do coronel Mário Colares de Planto já, foi designado para retirar um grupo de 1.500 sem-terra que bloqueavam o trecho principal da rodovia do Estado. Sob bombas de efeito moral, os sem-terra resolveram reagir atirando pedras; os policiais armados com fuzis, escopetas e metralhadoras atiraram para matar. A ação da polícia deixou 19 mortos e 51 feridos. O trágico episódio, conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, é tido como o mais grave numa sucessão de confrontos que transformou o Pará no Estado campeão de violência no campo. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/> Acessado em: 22 de junho de 2016.

⁴² Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=280030#> Acessado em: 22 de abril de 2016.

⁴³ **Ana Lúcia Vieira Menezes:** é brasileira nascida em Aracaju, em 17 de maio de 1949, mais conhecida como Ana Lúcia, é uma política brasileira. Professora da rede estadual por mais de 35 anos, fundadora e liderança do Sindicato Trabalhadores da Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), foi eleita em 2002 e reeleita em 2006 a deputada estadual mais votada da história do PT de Sergipe. Entre 2007 e 2009, atendendo ao chamado de seu partido e do Governador Marcelo Deda, foi ainda Secretária Municipal de Educação da (SEMED) entre 2000 e 2002 na Prefeitura de Aracaju e Secretária de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIADS) entre 2007 e 2009 no Governo de Sergipe. <http://www.pt.org.br/ana-lucia/> Acessado em: 17 de janeiro de 2017.

⁴⁴ **Edvaldo Nogueira** é um político brasileiro filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Foi prefeito de Aracaju, capital do estado de Sergipe, de março de 2006 a dezembro de 2012. Foi eleito vice-prefeito de Aracaju em 2000, na chapa encabeçada por Marcelo Déda. Em 2004 foi reeleito vice-prefeito pela mesma chapa. Com a renúncia de Marcelo Déda, para disputar o governo do estado, assumiu a prefeitura. Em 2008 foi reeleito prefeito, tendo como vice-prefeito o então presidente da EMURB, Silvio Santos do PT. Estudou medicina na Universidade Federal de Sergipe até o quinto ano, trabalhou no Hospital Cirurgia, e foi membro da

equipe de cirurgia cardíaca do Dr. José Teles de Mendonça. Começou a sua militância política nos tempos da universidade. Foi secretário geral e presidente do DCE; foi membro do Conselho do Ensino e de Pesquisa da UFS. Foi duas vezes vereador, presidiu a Comissão de Finanças, e participou da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Aracaju. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/politico/edvaldo-nogueira-filho.html> Acessado em: 17 de janeiro de 2017

⁴⁵ Militante do Movimento Sem Terra (MST) que veio a falecer em um acidente automobilístico quando iria realizar um curso de formação política para integrantes do movimento. O Movimento utiliza e dá sentido a seus acampamentos, a partir do aprendizado adotado dos movimentos camponeses que homenageiam seus referenciais de luta. Fonte: Secretária estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Sergipe: Acessado em 22 de abril de 2016.

⁴⁶ Criado em 1889, pelo Congresso Socialista realizado em Paris. A data foi escolhida em homenagem à greve geral, que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos. Em memória dos militantes mortos durante as reivindicações. Disponível em: <https://www.calendarr.com/brasil/dia-do-trabalho/> Acessado em: 22 de abril de 2016.

⁴⁷ **Viana de Assis** advogado, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Aracaju, sócio na construção do hotel começou a ser construído em 1986. Para a execução da obra foram investidos recursos do governo do estado e SUDENE, ficando inacabado por irregularidades na execução do projeto. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=99991> Acessado em: 17 de janeiro de 2017.

⁴⁸ Estatuto da Cidade (EC), 2004. Disponível em: <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf> Acessado em 15 de março de 2014.

⁴⁹ **Marcelo Déda Chagas:** Formado em Direito pela Universidade federal de Sergipe (UFS), foi um político brasileiro e prefeito de Aracaju de 2001 até 2006, quando renunciou para concorrer ao cargo de Governador de Sergipe 2010-2014. Faleceu devido às complicações no tratamento de um câncer agressivo no ano de 2013. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcelo-deda-chagas> Acessado em: 28 de abril de 2016.

⁵⁰ Considerado o fundador do Movimento, ex-coordenador, militante e dirigente, formado no trabalho de base (setor de massas) realizado pelo Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), em Sergipe. Migrou do Rio de Janeiro para Aracaju em 1998. Faleceu de problemas cardiovasculares no ano de 2011.

⁵¹ Trata-se de um apartamento com uma administração hoteleira, visando a comodidade dos usuários, oferecendo serviços básicos tais como restaurante, lavanderia e serviços gerais. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/flat/4835/> Acessado em 15 de dezembro de 2016.

⁵² Disponível em: <http://www.atlanticahotels.com.br/hotel/aracaju/comfort-hotel-aracaju>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

⁵³ **TORRE Empreendimentos:** empresa responsável pela coleta seletiva de lixo na cidade de Aracaju (2011 a 2016). Onde após conclusão de investigações feitas pelo Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (DEOTAP), durante a operação denominada “Babel”, que apurou supostas fraudes nos contratos celebrados entre a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) e a empresa TORRE, o Ministério Público de Sergipe (MPE) ofereceu denúncia contra 12, dos 14 indiciados. As denúncias foram feitas nesta sexta-feira (28) pelo MPE forma pelos crimes de associação criminosa e fraude em licitação. A denúncia oferecida pelos promotores está relacionada ao contrato emergencial firmado entre a Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) e a Torre. Disponível em: <http://m.infonet.com.br/ler.asp>. Acessado em 30 de novembro de 2016.

⁵⁴ Disponível em: www.custodevida.com.br/se/aracaju/. Acessado em: 30 de julho de 2017.

⁵⁵ Lei nº 3.873, de 07 de maio de 2010. Dispõe sobre a instituição do benefício auxílio-moradia transitória e dá outras providências. Art. 1º Fica criado o Benefício Auxílio-Moradia Transitória, que consiste na concessão, pela administração pública, de benefício financeiro destinado a subsidiar o pagamento de aluguel de imóvel às pessoas ou às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade e/ou de risco pessoal e social. Art. 2º Observados os requisitos estabelecidos nesta Lei, especialmente nos Artigos 3º e 4º, serão concedidos

benefícios de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais para cada família beneficiária. Os beneficiários do Auxílio - Moradia Transitória serão aquelas pessoas ou famílias residentes no Município de Aracaju que: I - estejam em áreas onde ocorra intervenção do poder público ou a realização de obras com os propósitos a seguir listados: a) urbanização de favelas ou assentamentos precários; b) melhorias do sistema viário e vias de acesso; c) implantação de pontes, viadutos e passarelas; d) implantação de redes de infraestrutura urbana e saneamento básico; e) implantação de equipamentos sociais; f) destinadas à recuperação ambiental; e g) demais obras que impliquem na necessidade urgente da desocupação de imóveis e benfeitorias; II - Residam em assentamento subnormal e que devam ser removidas da área de risco iminente e não passível de adequação urbanística; III - Tenham sido vítimas de incêndio, deslizamento, desmoronamento, enchente ou outro fato atípico que caracterize risco para a saúde ou a vida, cuja residência tenha sido soterrada, destruída ou interditada pela Coordenadoria de Defesa Civil; IV - Encontre-se em situação de risco pessoal e social. Art. 4º Para habilitar-se a receber o benefício, os beneficiários, além de preencher os requisitos específicos previstos nesta lei, deverão: I - Obedecer aos critérios do Cadastro Único (CADUNICO); II - Não estar inseridos em programas/projetos de (re)assentamento com entrega prevista para o mês subsequente; III - Não possuir outro imóvel próprio, no Município ou fora dele. § 1º Será vedada: I - A concessão do benefício às pessoas ou famílias que anteriormente tenham sido contempladas com moradia fornecida pela Administração Pública, salvo se o imóvel afetado pela calamidade e habitado pelo beneficiário tenha sido objeto da contemplação; II - A concessão de mais de um benefício a uma mesma família, independentemente do número de integrantes. § 2º Na composição da renda familiar deverá ser levada em consideração a totalidade do rendimento bruto dos membros da família. Art. 5º O benefício do Auxílio-Moradia Transitória será concedido por prazo determinado, com base em avaliação a ser realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC), nos termos do disposto em regulamento próprio. Parágrafo Único - A localização do imóvel, negociação de valores, contratação da locação e pagamento mensal aos locadores serão de responsabilidade dos beneficiários, cabendo ao órgão operador prestar as demais orientações a que se refere este Artigo e o apoio que considerar necessário para viabilizar a correta utilização do benefício. Art. 8º Somente poderão ser objeto de locação, para os efeitos do Benefício criado por esta Lei, imóveis localizados no Município de Aracaju. Art. 9º Será excluído do Programa o beneficiário que: I - prestar declaração falsa ou usar de outros meios ilícitos para obtenção de vantagens, sendo-lhe aplicadas sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis. II - Utilizar o valor do benefício para outra finalidade que não a prevista nesta lei. Art. 10º A concessão mensal do Benefício Auxílio-Moradia Transitória dependerá de declaração do Órgão Operador do Programa, informando que o beneficiário se enquadra nos termos dos artigos 3º e 4º, bem como de declaração do proprietário do imóvel informando que locará o mesmo ao beneficiário do Programa. § 1º O beneficiário deverá apresentar o comprovante referente ao pagamento do aluguel do mês anterior, sob pena de suspensão até a devida comprovação do adimplemento. § 2º A não comprovação do pagamento do aluguel no prazo de até sessenta dias do seu vencimento importará na exclusão do beneficiário do Programa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/se/a/aracaju/lei-ordinaria/2010/387/3873/lei-ordinaria-n-3873-2010-dispoe-so-bre-a-instituicao-do-beneficio-auxilio-moradia-transitoria-e-da-outras-providencias>. Acessado em 27 de março de 2017.

⁵⁶ O termo subutilizado define-se como aqueles que ainda têm uso e/o ocupação, mesmo que sejam parciais ou temporárias e onde se verifica um processo de desestabilização, deteriorização ou ociosidade. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6063> p.9-47. Acessado em: 03 de março de 2016.

⁵⁷ O *Shopping Prêmio* fica a menos de 10 km do centro da capital sergipana, é o primeiro centro de compras, serviços e entretenimento projetado para atender os moradores da Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Instalado no município de Nossa Senhora do Socorro, o segundo em densidade populacional no Estado, o Shopping encontra-se no centro dos maiores conjuntos habitacionais da grande Aracaju: Marcos Freire I, II e III, João Alves, Fernando Collor, Parque dos Faróis e Taiçoca. Inaugurado em outubro de 2011, o empreendimento conta atualmente com mais de 150 operações, oferecendo produtos, serviços e lazer à população. São seis lojas âncoras, um hipermercado, inúmeras lojas satélites de diversos segmentos, praça de

alimentação, espaço de entretenimento infantil. Disponível em: <http://shoppingpremio.com.br/conteudo/o-shopping> Acessado em: 24 de outubro de 2017.

⁵⁸ A **Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas** (CEHOP), ex-Companhia Popular de Sergipe - COHAB/SE, é uma sociedade de economia mista, com sede e foro na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, criada pela Resolução nº24/65 do extinto CONDESE, de acordo com o previsto no art.26 da Lei 1.277, de 08 de junho de 1964, regida pela Lei das Sociedades por Ações. A sua constituição se verificou através da escritura pública e sociedade, lavrada nas notas do cartório do 2º Ofício da comarca de Aracaju, às fls. 35 v a 45, do livro 75-A, em 26 de abril de 1966. A Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas CEHOP tem por diretrizes principais: 1º. Realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio/econômicos e urbanísticos, dimensionando e qualificando a oferta e a demanda habitacional em Sergipe, particularmente com referência às populações de baixa renda, identificando as tendências no mercado habitacional, e elaborar o planejamento setorial, visando à implantação do Plano Nacional da Habitação Popular PLANHAP, tendo este último sua coordenação a cargo da Secretaria de Infraestrutura- SEINFRA; 2º. Elaborar projetos, produzir e comercializar unidades habitacionais, lotes urbanizados, equipamentos complementares e outros de interesse social, obedecendo os critérios e normas estabelecidas no Planejamento Setorial Estadual (PSE), Legislação Federal, e/ou metas específicas do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e do Plano Nacional da Habitação Popular PLANHAP; 3º. Elaborar, apoiar e executar, em articulação com outras entidades públicas e privadas, programas e projetos de desenvolvimento comunitário, destinado às populações dos conjuntos ou núcleos habitacionais construídos e urbanizados pela Companhia; 4º. Elaborar e executar programas, projetos e reformas de obras públicas do governo do estado destinadas ao desenvolvimento do bem-estar social da população, inclusive as obras concernentes à conservação do acervo histórico estadual; 5º. Adquirir, estocar, urbanizar e comercializar áreas destinadas à população de baixa renda, bem como empreendimentos prontos, objetivando garantir o atendimento imediato e futuro da demanda habitacional e contribuir para coibir a especulação imobiliária; 6º. Executar medidas visando à erradicação e/ou urbanização de aglomerados de sub-habitação ou impedir a sua formação; 7º. Celebrar convênios ou contratos com entidades de direito público ou particulares interessadas na solução de problemas habitacionais, de maneira geral, relativos à incorporação, construção, comercialização e administração de imóveis, podendo atuar na fundação e desenvolvimento de cooperativas ou outras formas associativas em programas habitacionais, bem como em processos de esforço próprio e ajuda mútua. Disponível em: <https://ceop.org.br> Acessado em: 03 de maio de 2016.

⁵⁹ Juíza de direito da comarca do Município de Nossa Senhora do Socorro. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/portal/consultas/consulta-processual> Acessado em: 19 de agosto de 2014.

⁶⁰ Moradia muito precária, notadamente sem condições de saneamento básico. Disponível em: in Dicionário *Priberam* da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/submoradia> [consultado em 27-01-2016].

⁶¹ A justiça Federal determinou que famílias ocupantes de área de preservação permanente na Barra dos Coqueiros, cidade da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), sejam removidas do local. O pedido do Ministério Público Federal (MPF/SE) determinando que as famílias tenham prioridade na distribuição das casas construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Conjunto Marcelo Deda, situado no município. Número da ação para acompanhamento: 0001948-55.2013.4.05.850 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/not%C3%ADcias-se/justica-federal-determina-realoca%C3%A7%C3%A3o-de-familias-que-ocupam-area-de-preverva%C3%A7%C3%A3o-na-barra-dos-coqueiros>. Acessado em: 20 de julho de 2013.

⁶² A Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros, construída na gestão do então governador João Alves Filho. Tem como nome oficial, Ponte Construtor João Alves, liga a capital Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros, e cidades do litoral norte de Sergipe. Sua inauguração foi prevista para 25 de agosto de 2006. Controvérsias se deram sobre a fonte do seu financiamento se por meio do orçamento da União ou por empréstimo do BNDS. Disponível em: <http://classificados.cinform.com.br/index.html?pg=lerNoticias&id=63603> Acessado em: 17 de janeiro de 2017.

⁶³ Ponte Aracaju destino Barra dos Coqueiros, Sergipe, Brasil: infraestrutura e/ou polo valorizante como fenômeno da valorização da terra. Engineering Sciences dez 2015 a nov. 2016 - V.4 - n.1 ISSN: 2318-3055. Disponível em: <file:///E:/1129-61-4479-4-10-20170905.pdf> Acessado em: 24/10/ 2017.

⁶⁴ Disponível em <http://www.jornaldacidade.net/morar-bem-leitura/50959/>. Acessado em 30/01/2016.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/morar-bem-leitura/50959/alphaville-investe-mais-r-32-milhoes-na-barra-dos-coqueiros>. Acessado em: 17 de novembro de 2016.

⁶⁶ Disponível em: www.danielcrosa.com.br/mobile/imovel/425962/lote-emcondomínio-fechado-venda-barra-dos-coqueiros-se-praia-da-costa. Acessado em: 13 de julho de 2017.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.alphaville.com.br/empreendimento/terrasalphavillesergipe>. Acessado em 25/10/2017.

⁶⁸ A história da Sociedade Anônima Manuel Aguiar Menezes (SAMAM) iniciou em 1928. Hoje, com 89 anos de existência, o Grupo SAMAM é reconhecido no estado de Sergipe pela sua multiplicidade de negócios. São ao todo 24 empresas atuando nos segmentos de automóveis, agronegócios e indústria. Empresas: SAMAM Pneus, RIOMAR Veículos, SAMAM Seminovos, Agroindustrial Taquari, Haras Taquari, Cítricos Brejinho, SAMAM Agrícola, Iveco Fiat, Âncora Agrícola, Manual Aguiar Menezes Indústria Comércio, Serigy Veículos, Nordeste Veículos Pesados Ltda./AL, Nordeste Veículos de Pernambuco/Ltda., Nordeste Veículos da Paraíba Ltda. O Grupo SAMAM comercializa as marcas FIAT, JEEP, CHRYSLER, DODGE, RAM, HYUNDAI e HONDA em Sergipe. Presente também no segmento de agronegócio. Com investimentos de mais de R\$ 70 milhões, a Agro- Industrial Capela produz álcool, energia e açúcar. Veículos pesados, comercializando os premiados caminhões IVECO e máquinas para construção New Holland Construction. SAMAM Diesel, SAMAM Veículos, SAMAM Locadora, SAMAM Empreendimentos. Disponível em: <http://samam.com.br/novo/> Acessado em: 17 de janeiro de 2017.

⁶⁹ Deputado Federal em 1930, de 1933 a 1935 e de 1946 a 1951, Governador de Sergipe de 31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959 e Senador de 1935 a 1937 e de 1967 a 1975. Disponível em: <https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2010/10/elite-politica-em-rosario-do-catete-se.html> Acessado em: 20 de abril de 2016.

⁷⁰ Atualmente conhecida como Companhia de Saneamento e Abastecimento de Sergipe - DESO é uma empresa de constituída em 25/08/1969, segundo as diretrizes do Decreto-Lei Estadual nº 109 e alterações do Decreto-Lei Estadual nº 268 e que tem como principal acionista o estado de Sergipe. A empresa trabalha com o planejamento, execução e operação de sistemas de abastecimento, captação, e esgotamento sanitário de águas em Sergipe. Disponível em: <https://www.deso-se.com.br/v2/index.php> Acessado em 20 de abril de 2016.

⁷¹ Nº do processo Tribunal de Justiça (TJ) do estado de Sergipe: 200883000562; Nº do processo Tribunal Superior de Justiça (TSJ): 201500804198; Nº do processo Ação Civil Pública 201683000227. Fonte: Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) Assessoria jurídica.

⁷² Bosco Teles ex-Deputado Federal pelo estado de Sergipe. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/> Acessado em 20 de abril de 2016.

⁷³ Rodovia João Bebe água, liga os municípios de São Cristóvão a Aracaju. Disponível em: <http://www.der.se.gov.br/modules/news/>. Acessado em 20 de abril de 2016.

⁷⁴ Deputado Federal, 2015-2019 de Sergipe pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Vice-Líder, PT, 13/7/2016 a 13/7/2016, e de 8/3/2017 a 28/3/2017. Atividade partidária - externas à câmara dos deputados: membro da executiva estadual do PT em Aracaju- SE, 2011; Líder da bancada do partido na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALSE), de 2011 a 2014. Disponível em: http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/dep_Detalhe.asp?id=178970 Acessado em: 20 de abril de 2016.

⁷⁵ **Posseiro** é a pessoa que possua, isto é, toma posse de uma terra devoluta, ou seja, terras que pertencem ao Estado. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Cadernizando/grileiros-e-posseiros-os-conflitos-rurais>. Acessado em 14 de dezembro de 2016.

⁷⁶ *S.m.* 1. Aquele que tem posse legal de imóvel indiviso. 2. O que está em pose de uma terra particular ou devoluta, como se dono fosse. Fonte: Dicionário Larousse de língua portuguesa. (p. 652).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- AGUIAR, R. A. R. *Direito, poder e opressão*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1990.
- ANDRADE, M. C. *Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas*. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 5-16, fev., 2010.
- ANDRADE, V. C. *Programa Casa Nova Vida Nova e a política de desenvolvimento territorial: habitação de interesse social no alto sertão sergipano* Dissertação de mestrado (Geografia) Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão, 2013.
- ARACAJU, *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju: lei complementar nº 042/2000 de 06 de outubro de 2000*. Aracaju: Diário Oficial do Município de Aracaju. Nº 996, ano X, 06 out. 2000.
- ARAÚJO, H. M. *O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS, 2006.0
- ARENDT, H. *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UNB), 2009.
- AURÉLIO, *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: 5ª ed. Editora: Positivo, 2003.
- AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L. C. (Org.). *A crise da Política Habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- BOGO, A. *Organização Política e Política de Quadros*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: 4ª. ed. Editora Saraiva; 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm Acessado em 10 jan. 2012.
- BRUNO, R. *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto*. Estudos sociedade e Agricultura, 1995.
- CALDEIRA, T. P. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*: São Paulo. 34ª ed. Editora EDUSP, 2000.
- CAMPOS, A. C. *O Estado e o Urbano: os programas de construção de conjuntos habitacionais em Aracaju*. Aracaju: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v.1, p.199 – v. 1, nº 34, 2006.
- _____. *Espaço interurbano: autonomia, dependência e espaço de divergência*. São Cristóvão SE: Cadernos de Cultura do Estudante. CCE-UFS, 1998.

- CARDOSO, A. L. *Notas metodológicas sobre o déficit habitacional*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- _____. *A Cidade*. São Paulo: 9ª. ed. Editora Contexto, 2011.
- _____. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Editora FFLCH, 2007.
- _____. *Crise Urbana*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- _____. *A questão da cidade e do campo: teorias e política*. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Ano 03. N. 05, 2004.
- CARLOS, A. F. A.; ALVAREZ, I. P.; VOLOCHKO, D. (Org.). *A cidade como Negócio*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CASTRO, M. A. *Sobre a Função Social da Propriedade e a Dignidade Humana*. <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:capitulo.livro:2004;1000714667>
Acesso em: 5 mar. 2009.
- CARVALHO, H. M. *O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social*. Curitiba. Março de 2012.
- CIDADE, *Estatuto da cidade e legislação correlata*. Brasília: 2ªed. Senado Federal subsecretaria de Edições Técnicas. Brasil. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.
- COUTINHO, C. N. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- CPT, *Cadernos de conflitos no campo*. Brasil 2014. CPT Nacional. Brasil, 2014.
- CORRÊA, W. K. *Desafios para a Geografia Rural na Contemporaneidade: questões para o debate*. São Paulo: 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, 2008.
- CONCEIÇÃO, A. L. *Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital*. In Revista OKARA: Geografia em debate. João Pessoa- PB. DGEOC/CCEN/UFPB. V. 1, N.1, 2007, p. 1-152. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br2007>. Acessado em 16 de agosto de 2015
- _____. SANTOS, F. O. (org.). *A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise*. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.
- COSTA, W. M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: 3ª ed. Editora Contexto, 1991.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

- FABRINI, J. E. *Território, classe e movimentos sociais no campo*. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan. /jul. 2011.
- FRANÇA, V. L. A. *Aracaju: Estado e Metropolização*. São Cristóvão: Editora: UFS, 1999.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora: Boitempo, 2005.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: 2ª ed. Editora Hucitec, 1999.
- _____. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Editora da USP, 2005. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564> Acessado em: 16 de dezembro de 2016.
- FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, I. M. (Org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERREIRA, J. S. W. *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.
- FELÍCIO, M. J. *O Território Imaterial do Campesinato*. Por la vida, la tierra, el territorio y la soberanía de nuestros pueblos Globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (cloc-via campesina), Guira de Melena (cuba, 29 de abril de 2009) – Artigo do mês: abril de 2010. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acessado em: 29 de abril de 2013.
- GOHN, M.G. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Editora: Loyola, 1991.
- GARCIA, J. C. D.; CASTELO, R. L. *Demanda habitacional no Brasil*. Brasília: CAIXA, 2011.
- GONÇALVES, R. R. *O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por unidades da federação e por níveis de renda domiciliar*. Brasília: IPEA, 1998.
- HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.
- _____. *A produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: 2ª ed. Editora Annablume, 2006.
- HAESBAERT, R. *Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade*. Porto Alegre. Setembro de 2004.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: 13ª. ed. Editora Vozes, 2011.
- HEIDRICH, A. L; MOLL, J.; AIGNER, C; REGO, N.; (Org.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais: “territorialidades de inclusão e exclusão social”*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

- HOBBSBAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- IBGE, *Dados sobre o déficit habitacional no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. *Censos Demográficos da população rural e urbana em Sergipe: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. *Censo Agropecuário Sergipe: 1980, 1991, 2000, 2001*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>
Acesso em: 18 set.2014.
- IPEA, *Dados sobre o déficit habitacional no Brasil: região Nordeste estado de Sergipe anos de: 2009, 2010*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo: 2ª. ed. Editora Cortez, 1993.
- LABERUR, *DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2012*. Sergipe, 2010 – Ano 1; 2011 – Ano 2; 2012 – Ano 3.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e Política*. São Paulo: 5ª ed. Editora Centauro, 2005.
- _____. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: 2ª ed. Editora DP&A, 2001.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LERNER, J. *Grande Aracaju ano 2000*. SESP Governo de Sergipe, 1990.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Grundrisse*. Elementos Fundamentais para a crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. São Paulo: Vozes, 2002.
- _____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: 2ª ed. Editora vozes, 1983.
- MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Vol. 1. 2ª ed. Editora: ALFA-OMEGA, 2001.
- _____. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Vol. 1. 1ªed. Editora Expressão Popular, 2015.
- _____. *O impasse da política urbana no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *O século XXI: Socialismo ou Barbárie*. Editora: Ivana Jinkings, 2003.

- MENEZES, H. J. *A produção do espaço e a relação rural urbano: do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), em Vitória da Conquista – BA*. São Cristóvão: 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade federal de Sergipe, 2011.
- MENEZES, C. R. C. *Dinâmica Urbana do Bairro Rosa Elze: o papel das políticas públicas na transformação do espaço*. Revista Scientia Plena. Vol. 7 n. 11, disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/458> Acesso em: 22 set.2014.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A. M. *A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, a luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba*. São Paulo. (Tese Doutorado PPGGH/FFFLCH). Universidade de São Paulo (USP). 476- 501f. 2008.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES, *Caderno 4. Resoluções Política Nacional de Habitação*. Disponível em: www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/127/titulo/cadernos-mcidades-4---politica-nacional-de-habitacao Acessado em: 14 de novembro de 2014.
- MOREIRA, E. *De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano*. Revista NERA Presidente Prudente: Revista NERA – Ano 10, N.º. 10 – janeiro/junho de 2007.
- NETTO, J.P. *O que é marxismo*. São Paulo: Editora Nova Cultural: Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: 4ª. ed. Editora Contexto, 2001.
- _____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: LABUR Edições, 2007.
- PAULINO, E. T. *Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: 1ª. ed. Editora Expressão Popular, 2010.
- PENZIM, A. M. B. *Habitação social e modos de vida: narrativas sobre a casa e o morar*. Disponível em: <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=201&cf=3> Acessado em: 16 de dezembro de 2016
- PINTO, R. *Os Estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências*. Revista Campo-Território. v. 1, n. 2, p. 3-11, ago., 2006.
- PEREIRA, J. M. M. *O Modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Teoria luta política e balanço de resultados. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, agosto de 2004.
- PORTELA, F.; VESENTINI, J. W. *Êxodo Rural e Urbanização*. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- PRADO JR., C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1956.

QUINTELA, M. D. *Considerações sobre os aglomerados subnormais em Sergipe segundo os resultados do Censo Demográfico 2010*. Disponível em <https://observatoriose.wordpress.com/tag/aglomerados-subnormais/> Acessado em 23 de abril de 2016.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Editora Ática, 1999.

RAMOS FILHO, E. S. *Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confortativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)*. Presidente Prudente: Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente, 2008.

____. *Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992–2011)*. Artigo DATALUTA (Banco de dados da luta pela terra). Presidente Prudente: NERA, 2012. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera Acessado em: 03 de outubro de 2013.

____. *Movimentos Socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate à pobreza rural: os casos do MST, CONTAG e MARAM*. Subordinação ou resistência camponesa. São Paulo, Buenos Aires: Editora Outras Expressões, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – (Coleção CLACSO-CROP), 2013.

RICCITELLI, A. *Função Social da Propriedade*. Disponível em: cial-da-propriedade-no-estatutodacidade#ixzz2RQCam5R1. Acesso em 13 de jan. 2009.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas Cidades brasileiras*. São Paulo: 7ª ed. Editora Contexto, 1997.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: 4ª ed. 2. Reimpr. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

____. *Espaço do Cidadão*. São Paulo: 2ª ed. Editora Nobel, 1993.

____. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: 12ª ed. Editora Record, 2005.

SANTOS, R. B. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: 3ª ed. Editora UNESP, 2008.

SANTOS, M. J. S; SANTOS, A. R. *A ação do Estado e da política habitacional na produção socioespacial da região metropolitana de Aracaju (SE)*. Universidade Federal do Ceará (UFC). Revista: Geosaberes Fortaleza, v. 6, número especial (1), out. 2015. Disponível em: www.geosaberes.ufc.br Acessado em: 17 de novembro de 2015.

SILVA, J.A. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: 30ª. ed. Editora Malheiros, 2007.

- SINGER, P. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: MARICATO, E. (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Ômega.
- SOUZA, B.C.M.F. *Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana*: reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) - 140 f. Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2009.
- SOUZA, M. L. *O Desafio Metropolitano*: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: 3ª ed. Editora Bertrand Brasil, 2010.
- SCHERER, W. I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: 5ª ed. Editora Loyola, 2011.
- THOREAU, Henry. *A Desobediência Civil*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2011.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: 1ª ed. 17ª. Reimpr. Editora Atlas, 2008.
- VEIGA, J. E. *Nem Tudo é Urbano*. São Paulo: Editora: da Universidade de São Paulo (USP), 2013.
- WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade*: na história e na Literatura, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1989.

Sites visitados:

Foto 03: <http://jornaltres.blogspot.com/2008/06/movimentos-sociais-uma-luta-contr.html><

Acessado em: 01/05/ 2012.

Foto 08: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=98458> Acessado em: 04/06/ 2012.

Foto 09: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=99300> Acessado em: 04/06/2012.

Foto 10: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=119206> Acessado em: 04/06/2012.

Foto 11: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=119206> Acessado em: 04/06/2012.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Hora:
2. Data:
3. Local:
4. Nome do entrevistado:
5. Idade:
6. Cidade de Origem:
7. Trabalha () sim () não.
8. Profissão:
9. Endereço:
10. Cargo que exerce no MOTU:
11. Motivo que fez com que você entrasse no movimento:
12. Histórico de como chegou a participar do movimento:
13. Você já participou de outro movimento?
14. O que é o MOTU para você?
15. Há alguma entidade, partido político (s), ONG (s), movimento (s) e outros que concede apoio ao movimento e famílias (político, logístico, financeiro, jurídico)?
16. Onde o MOTU atua?
17. Qual a sua base em: números de famílias, áreas ocupadas, municípios, Estados de atuação.
18. Quais os objetivos do MOTU?
19. O que tem sido realizado para conquistar os objetivos?
20. Há normas internas nas ocupações?
21. Como e quem faz cumprir as normas?
22. Há problemas de descumprimento das normas?
23. Há formas de punições? Quais?
24. Quais os principais problemas enfrentados nas ocupações?
25. Qual a origem (Estado, municípios) das famílias?
26. Quais as formas de geração de renda das famílias?
27. Como as famílias se denominam (sem teto, invasoras, ocupantes)?
28. O que contribuiu para que as famílias chegassem a essa condição?
29. Qual a interpretação que você tem sobre a Organização?
30. O que você acha das políticas habitacionais vigentes?
31. Como você avalia o movimento e a sua relação com o governo do Estado e municípios sobre o problema da falta de moradia?
32. Quais as suas perspectivas com relação ao movimento?
33. Você já sofreu algum tipo de ameaça?
34. Como você vê o movimento?
35. Qual o seu sonho?
36. Qual a sua perspectiva de futuro?
37. Você acredita numa sociedade mais justa para todos?